UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Câmpus de Presidente Prudente

CAMILA FERRACINI ORIGUÉLA

PARADIGMA E METODOLOGIAS DA QUESTÃO AGRÁRIA: UMA ANÁLISE DAS OCUPAÇÕES DE TERRAS NO BRASIL COM ÊNFASE PARA O PONTAL DO PARANAPANEMA-SP

PRESIDENTE PRUDENTE, 2011

PARADIGMA E METODOLOGIAS DA QUESTÃO AGRÁRIA: UMA ANÁLISE DAS OCUPAÇÕES DE TERRAS NO BRASIL COM ÊNFASE PARA O PONTAL DO PARANAPANEMA-SP

Trabalho de monografia apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, *Campus* de Presidente Prudente da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes.
Co-orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Feliciano.

PRESIDENTE PRUDENTE
2011

CAMILA FERRACINI ORIGUÉLA

PARADIGMA E METODOLOGIAS DA QUESTÃO AGRÁRIA: UMA ANÁLISE DAS OCUPAÇÕES DE TERRAS NO BRASIL COM ÊNFASE PARA O PONTAL DO PARANAPANEMA-SP

Monografia apresentada como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Geografia da FCT-UNESP, submetida à aprovação da banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes

Prof. Dr. Munir Jorge Felício

Profª. Dra. Sônia Maria Ribeiro de Souza

PRESIDENTE PRUDENTE, 2011

À José e Marli, pelo amor incondicional.
À Laura, Sophia e Lucca, luzes da minha vida.

AGRADECIMENTOS

O agradecimento, neste momento, será um pequeno gesto diante da importância das pessoas aqui citadas para a consolidação deste trabalho e para a minha vida.

Agradeço ao meu pai, José, por todo amor, tanto amor, dedicado a mim e aos meus irmãos. À minha mãe Marli, por me ensinar o caminho da fé. Aos meus irmãos Clóvis e Cristiane, mesmo distantes, sempre presentes nos meus pensamentos e orações. À minha cunhada Giane. Às minhas iluminadas sobrinhas Laura, Sophia e, ao Lucca, que acaba de chegar.

Ao meu namorado Guido, pelo amor e paciência.

À Agência de Fomento à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) por financiar durante quase dois anos minha pesquisa de iniciação científica. Ao meu orientador Bernardo Mançano Fernandes, pelas orientações e importância na minha vida acadêmica. Ao meu co-orientador Carlos Alberto Feliciano pela sua colaboração neste e em tantos outros trabalhos. Ao professor Munir Jorge Felício pela orientação nas leituras e paciência nas explicações.

Aos meus companheiros de NERA: Nallígia, Rubens, Estevan, Herivelto, Mayara, Rafael, Tiago, Janaina, Elenira, Elienai, Nino, Lara, Hellen, Thaís, Rodrigo, Ronaldo, Danilo, Lorena, Leandro e tantos outros que já passaram pelo grupo. Vocês fazem parte deste trabalho.

Ás valiosas amizades que fiz durante os cinco anos de faculdade: Beatriz e Jokasta. E, às minhas eternas amigas Naira, Tayla, Paula, Paulinha, Mayara, Isa, Tássia e Maytha.

Aos alunos do Curso Especial de Geografia da FCT/UNESP *Campus* de Presidente Prudente. Especialmente ao companheiro Valmir, sua amizade e ajuda foram fundamentais para a conclusão deste trabalho.

Por fim, a todas as famílias do Acampamento Dorcelina.

“A bandeira vermelha se moveu, é um povo tomando posição...”
Zé Ramalho.

RESUMO

A questão agrária é da essência do modo capitalista de produção. A existência ou não do campesinato nesse modo de produção é justamente o cerne da discussão. A questão agrária pode ser interpretada de diferentes formas, por meio de correntes teóricas ou até mesmo paradigmas, como o caso do Paradigma da questão Agrária e o Paradigma do Capitalismo Agrário. Neste trabalho procuro defender a ideia de que a questão agrária é um problema estrutural do capitalismo, atualizada conjunturalmente por diferentes elementos, sejam eles de cunho social, político ou econômico. Um destes elementos, destacado nesta pesquisa, é justamente a luta pela terra em escala nacional e regional. A criação e recriação do campesinato no Brasil tem se dado, principalmente, a partir da luta pela terra, materializada em ocupações, acampamentos e, conseqüente, criação de assentamentos rurais. Em escala nacional, discuto a diminuição das ocupações de terra e de novos acampamentos nos últimos anos, com o intuito de compreender as possíveis causas. Já, em escala regional, no Pontal do Paranapanema-SP, algumas mudanças no que diz respeito à mobilização das famílias sem-terra e a esporacidade da vida nos acampamentos são apresentadas a fim de colaborar com a discussão sobre a dinâmica, contemporaneidade e perspectiva da luta pela terra.

Palavras-chave: questão agrária, capitalismo, ocupações de terra, acampamentos.

RESUMEN

La cuestión agraria es la esencia del modo de producción capitalista. La existencia o no de los modo de producción campesino que es precisamente el núcleo de la discusión. La cuestión agraria puede ser interpretado de diferentes maneras, através de paradigmas o corrientes teóricas, como el caso de paradigma da cuestión agraria y paradigma del capitalismo agrario. En este trabajo hemos tratado de defender la idea de que la cuestión agraria es um problema estructural del capitalismo, la coyuntura actual de los diferentes elementos, son ellos sociales, políticos o econômicos. Uno de estos elementos, destaca em esta investigación, es precisamente la lucha por la tierra em escala nacional y regional. La creación y recreación de los campesinos em Brasil se há dado principalmente a partir de la lucha por la tierra, materializado en ocupaciones, acampamientos y, em consecuencia, la creación de asentamientos rurales. En escala nacional, se discute la reducción de lãs ocupaciones de tierras y acampamientos nuevos em los últimos años, con el fin de comprender las posibles causas. Ya, en una escala regional, el Pontal do Paranapanema-SP, algunos câmbios con respecto a la movilización de las famílias sin tierra y esporacidade de la vida en los acampamientos se presentam con el fin de colaborar con la discución y la perspectiva de la lucha contemporánea por la tierra.

Palabras-clave: cuestión agraria, capitalismo, ocupaciones de tierra, acampamientos.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Brasil - Número de Assentamentos Rurais e Ocupações de Terra - 1988-2010...43
Gráfico 2 - Brasil - Número de Ocupações de Terra - 1988-2010.....48
Gráfico 3 - Brasil - Número de Famílias em Ocupações de Terra - 1988-2010.....49
Gráfico 4 - Brasil - Número de Ocorrências de Conflitos no Campo - 2003-2010.....58
Gráfico 5 - Pontal do Paranapanema - Número de Ocupações de Terras - 1988-2010.....69
Gráfico 6 - Pontal do Paranapanema - Número de Famílias em Ocupações de Terra - 1988-2010.....70
Gráfico 7 - Pontal do Paranapanema - Repressão Judicial Criminal por Período de Governo 1987-2010.....71

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Brasil - Geografia dos movimentos socioterritoriais - Número de famílias em ocupações - 2000-2010.....38
Mapa 2 - Brasil - Geografia das ocupações de terra - Número de ocupações de terra - 1988-2010.....50
Mapa 3 - Brasil - Geografia das ocupações de terra - Número de famílias em ocupações - 1988-2010.....51
Mapa 4 - Brasil - Geografia das ocupações de terra - Número de ocupações de terra - 2010.....61
Mapa 5 - Brasil - Geografia das ocupações de terra - Número de famílias em ocupações - 2010.....62
Mapa 6 - Pontal do Paranapanema - Geografia das ocupações de terra - Número de ocupações 1988-2010.....64
Mapa 7 - Pontal do Paranapanema - Geografia das ocupações de terra - Número Famílias em ocupações 1988-2010.....65

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Ocupações de Terra e Acampamentos no Brasil - 2000-2010.....30
Tabela 2 - Atuações dos Movimentos Socioterritoriais em Ocupações de Terra no Brasil - 1988-2009.....39

Tabela 3 - Brasil - Número de Ocupações e de Famílias por Estado e Macrorregiões - 2010.....59
Tabela 4 - Município - Cana-de-Açúcar (hectare) - 95/96-07/08.....68
Tabela 5 - Número de Acampamentos e Famílias Acampadas (MST) no Estado de São Paulo - 2011.....83

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Fontes do DATALUTA Ocupações.....19
Quadro 2 - Metas do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) - 2003-2006.....52
Quadro 3 - Brasil - Movimentos Socioterritoriais e Estados onde Atuaram - 2010.....56
Quadro 4 - Propriedades do Pontal do Paranapanema e suas Produções - 2010.....67
Quadro 5 - Pontal do Paranapanema - Movimentos Socioterritoriais em Ocupações de Terra - 2000-2010.....74
Quadro 6 - Pontal do Paranapanema - Assentamentos Rurais Criados, Propriedades Ocupadas e Desapropriadas - 1988-2010.....77

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Planilha do Excel utilizada para o registro das ocupações de terra da Rede DATALUTA.....18
Figura 2 - Formas de acampamentos.....75

LISTA DE SIGLAS

CAIs - Complexos Agroindustriais
CEBs - Comunidades Eclesiais de Base
CPT - Comissão Pastoral da Terra
DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra
FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FUNAI - Fundação Nacional do índio
GECA - Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade do Pantanal
GEOLUTAS - Laboratório de Geografia das lutas no campo e na cidade

GETEC - Grupo de Estudos sobre Trabalho, Espaço e Campesinato

IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPES - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

LABER - Laboratório de Estudos Rurais

LAGEA - Laboratório de Geografia Agrária

MASTER - Movimento dos Agricultores Sem-Terra

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MP - Medida Provisória

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

NEAG - Núcleo de Estudos Agrários

NERA - Núcleo de Estudos Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

OAN - Ouvidoria Agrária Nacional

OCCA - Observatório dos Conflitos no Campo

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PT - Partido dos Trabalhadores

SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural

ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....13

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....15

1. FORMAÇÃO DA REDE DATALUTA: CONSTRUÇÃO DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E DA PESQUISA.....16

1.1. Rede DATALUTA: Metodologia e Pesquisa.....16

2. O DEBATE PARADIGMÁTICO E AS MUDANÇAS DA QUESTÃO AGRÁRIA.....20

2.1. Paradigma da Questão Agrária, Paradigma do Capitalismo Agrário e Mudanças da Questão Agrária.....20

3. AS OCUPAÇÕES DE TERRA NO BRASIL: DEBATE TEÓRICO, HISTÓRICO E ANÁLISE DOS DADOS DO DATALUTA DE 1988-2010.....31

3.1. As Primeiras Ocupações de Terra no Rio Grande do Sul e a Espacialização e Territorialização da Luta pela Terra no Brasil.....31

3.2. Análise dos Dados de Ocupações de Terra no Brasil - 1988-2010.....44

4. A LUTA PELA TERRA NO PONTAL DO PARANAPANEMA-SP: DISCUSSÃO SOBRE AS MUDANÇAS NAS OCUPAÇÕES DE TERRA E ACAMPAMENTOS.....63

4.1. Mudanças na Luta pela Terra no Pontal do Paranapanema-SP.....63

4.2. Trabalho de Base e Formação de Acampamentos.....72

4.3. Acampamento Dorcelina.....83

4.4. A ocupação da Fazenda Poá no Município de Sandovalina-SP.....86

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....89

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....90

ANEXOS.....96

INTRODUÇÃO

A presente monografia é parte e obra de dois projetos dos quais tive a oportunidade de contribuir durante os três anos em que participei como pesquisadora do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), o Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA) e a Rede DATALUTA.

O DATALUTA é um banco de dados formado por cinco categorias de pesquisa: *ocupação de terra*, *assentamento rural*, *estrutura fundiária*, *movimento socioterritorial* e *manifestação*. Destas cinco optei por pesquisar ocupação de terra e desde então coordenei a Rede DATALUTA. Atualmente a Rede DATALUTA desenvolve pesquisas de levantamento de informações e dados a partir de fontes de jornais impressos e *online* em oito estados brasileiros (São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Mato Grosso, Paraíba e Sergipe) sobre ocupação de terra, manifestação e estrangeirização de terra.

Durante meu aprendizado junto ao NERA coordenei a sistematização dos dados de ocupações de terra da Rede DATALUTA e, também, acompanhei a sistematização dos dados de manifestação e estrangeirização de terras, este a partir de 2011 e aquele desde 2009. Concomitantemente à coordenação elaborei e desenvolvi durante 1 ano e 10 meses um projeto de iniciação científica financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo (FAPESP), sob orientação do Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes e co-orientação do Prof. Dr. Carlos Alberto Feliciano.

O projeto de pesquisa intitulado "*Formação da Rede DATALUTA: um estudo das mudanças nas ocupações de terras no contexto da questão agrária atual*", teve como objetivo articular, receber, sistematizar, analisar e comparar mensalmente os registros de ocupações de terra da Rede DATALUTA. Além do levantamento bibliográfico sobre a questão agrária brasileira, ocupações de terra e acampamentos, análise dos dados do DATALUTA, entrevistas e trabalhos de campo com o intuito de estudar as mudanças nas ocupações de terra nestes últimos anos.

Apesar de ter contato com o levantamento de dados sobre ocupações de terras em oito estados diferentes, os trabalhos de campo e as considerações mais significativas sobre as mudanças na luta pela terra, foram no e sobre o Pontal do Paranapanema, extremo oeste do estado de São Paulo. Todavia, não posso deixar de citar que as primeiras indagações para a elaboração e o desenvolvimento da minha iniciação científica estão extremamente ligadas à coordenação da Rede DATALUTA. Esta monografia é, portanto, o resultado de todo o trabalho realizado junto à Rede DATALUTA e aos relatórios FAPESP.

A monografia tem como objetivo apresentar uma análise em diferentes escalas, primeiro, sobre a questão agrária e, segundo, sobre a luta pela terra no Brasil, onde averiguo a significativa diminuição do número de ocupações de terra e acampamentos e, no Pontal do Paranapanema, onde constato um novo dinamismo nas ocupações e acampamentos, devido ao perfil urbano das famílias acampadas, a esporacidade da vida nos acampamentos e a disputa territorial com o agronegócio. Justificando a necessidade de se pensar os rumos da luta pela terra, tanto no Brasil como no Pontal do Paranapanema, especificamente. Processo que tem proporcionado a (re)criação do campesinato a partir da consolidação de um território camponês, o assentamento rural.

A monografia está dividida em quatro capítulos. No primeiro capítulo, apresento a construção metodológica da pesquisa realizada pela Rede DATALUTA e como essa pesquisa vem contribuindo com a análise da questão agrária no Brasil. Sua importância no levantamento de informações sobre ocupações de terra e outros temas como manifestações e estrangeirização de terra e o aporte dado à pesquisa realizada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT).

No segundo capítulo apresento o debate paradigmático acerca da questão agrária, proposto por Fernandes (2008) e Felício (2011) e, ainda, como esse debate contribui com a leitura da realidade, interpretando ora a existência do campesinato ou o seu fim, ora sua transformação em agricultor familiar. Progredindo em direção à apresentação de alguns dos elementos da questão agrária atual, como: o avanço do agronegócio, o acirramento da disputa territorial entre campesinato e capital, a nova dinâmica das ocupações de terra e acampamentos, a diminuição no número de novos assentamentos rurais, o aumento dos conflitos por terra, entre outros.

No terceiro capítulo analiso as ocupações de terra no Brasil, discutindo, inicialmente, as primeiras ocupações de terra no estado do Rio Grande do Sul, a consolidação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e o processo de espacialização e territorialização da luta pela terra (FERNANDES, 2000). Após a discussão bibliográfica e a contextualização histórica, estudo o movimento das ocupações de terra de 1988-2010, buscando compreender as causas do arrefecimento dos números, o que, a meu ver, não significa o enfraquecimento da luta pela terra, como alguns jornais e revistas vêm avaliando.

No quarto e último capítulo, apresento os principais elementos das ocupações de terra e acampamentos, no Pontal do Paranapanema, como a heterogeneidade das famílias acampadas, com perfil, quase que exclusivamente, urbano; a esporacidade da vida nos

acampamentos; o avanço do agronegócio canavieiro sob o latifúndio, acirrando a disputa territorial. Acarretando uma nova dinâmica à luta pela terra na região.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No primeiro capítulo apresento a metodologia da Rede DATALUTA e sua importância para a consolidação desta pesquisa. Devo deixar claro que a metodologia da Rede é parte desta pesquisa, diferente dos procedimentos metodológicos da pesquisa, que apresento agora. Os procedimentos metodológicos podem ser divididos em três momentos: o levantamento bibliográfico, a análise de dados e os trabalhos de campo e, por fim, a reflexão sobre a contemporaneidade da luta pela terra.

Inicialmente, discuto a ideia de Paradigma da Questão Agrária e Paradigma do Capitalismo Agrário, proposta por Fernandes (2008) e Felício (2011) e a questão agrária brasileira em diferentes períodos históricos, Brasil-colônia, modernização da agricultura, redemocratização do país e o período atual com a exposição de novos elementos. Para a discussão sobre a questão agrária, utilizo referências como Delgado (2005); Frank (2005); Fernandes (2008); Graziano da Silva (1998); Guimarães (2005); Martins (2010); Oliveira (1981); Ploeg (2008); Prado Junior (2000) e Rangel (1990). E para a citação dos novos elementos, utilizo as seguintes referências: Alvim (2010); Coca, Fernandes (2008); Fernandes (2008); Fernandes (2011); Fernandes, Gonçalves, Welch (2010); Thomaz Junior (2002); Ramos Filho (2008); Santos (2010); Sauer (2010a; 2010b); Vieira (2008). Além dos dados da CPT e DATALUTA.

Num segundo momento da pesquisa, analiso através, também, de levantamento bibliográfico as primeiras ocupações de terra no Rio Grande do Sul (FERNANDES, 2000; ROSA, 2010), a consolidação do MST e o processo de espacialização e territorialização da luta pela terra (FERNANDES, 2000), a forma acampamento (SIGAUD, 2005) e, ainda, algumas considerações sobre ocupações e acampamentos propostas por Feliciano (2006). A fim de completar essa primeira análise, estudo as ocupações de terra no Brasil de 1988-2010 através dos dados do DATALUTA com o intuito de explicar as possíveis causas do aumento ou diminuição, como vem ocorrendo nos últimos anos, das ocupações de terra e acampamentos.

Os dados do DATALUTA são produtos do trabalho realizado pela Rede DATALUTA, CPT e OAN. Estas em âmbito nacional e aquela em âmbito estadual. Ambas as fontes que dão origem aos dados do DATALUTA provém de notícias de jornais, principalmente. Todavia a

CPT e OAN possuem, além dos jornais, outras fontes para o levantamento de informações. Atualmente a Rede DATALUTA está presente em oito estado brasileiros (São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Mato Grosso, Sergipe e Paraíba). Com a sistematização desses dados em planilhas do Excel, gráfico e tabelas foram gerados a fim de proporcionar ao leitor contato com os números e com a própria disposição geográfica dos fenômenos, através da representação cartográfica. O software Phill Carto foi utilizado para gerar os mapas e o software Corel Draw para configurá-los.

O aparato teórico e a análise dos dados, juntamente com os trabalhos de campo realizados em propriedades, ocupação de terra e acampamentos do Pontal do Paranapanema foram imprescindíveis para a compreensão e apresentação da nova dinâmica da luta pela terra na região. A dinâmica das ocupações de terra e acampamentos nesses últimos anos difere, em alguns pontos, da estudada por Fernandes (2000) e Feliciano (2006). O avanço do agronegócio canavieiro, bem como o perfil urbano das famílias acampadas vão de encontro à outra realidade, muito mais complexa e heterogênea como veremos no último capítulo.

1. FORMAÇÃO DA REDE DATALUTA: CONSTRUÇÃO DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E DA PESQUISA

1.1. Rede DATALUTA: Metodologia e Pesquisa

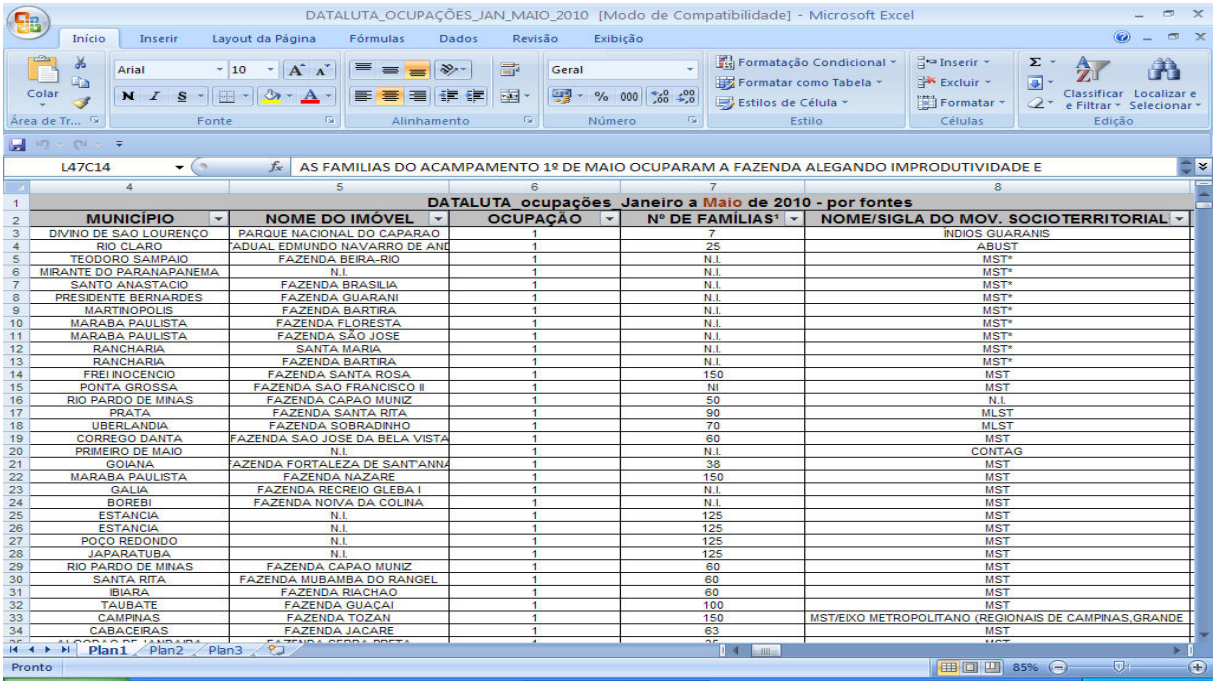
O Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) foi criado em 1998, vinculado ao Departamento de Geografia da FCT-UNESP *Campus* de Presidente Prudente sob coordenação do Professor Doutor Bernardo Mançano Fernandes. Recentemente coordenado, também, pelo Professor Doutor Carlos Alberto Feliciano.

O primeiro projeto de pesquisa e extensão desenvolvido pelo núcleo foi o Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), criado em 1998, com o objetivo de registrar e armazenar informações sobre a questão agrária no Brasil. O DATALUTA é formado por cinco categorias de pesquisa, sendo elas: ocupação de terra, assentamento rural, movimento socioterritorial, estrutura fundiária, manifestação. Atualmente, o DATALUTA está presente em oito estados brasileiros, lembrando que somente o NERA registra as cinco categorias do DATALUTA. Os outros sete estados registram a ocupação de terra, a manifestação e, ultimamente, estrangeirização de terra que ainda é um tema recente na pesquisa da Rede DATALUTA.

Em 2005, o primeiro grupo de pesquisa a trabalhar em conjunto com o NERA foi o Laboratório de Geografia Agrária (LAGEA), coordenado pelo Professor Doutor João Cléps Junior, da Universidade Federal de Uberlândia; em 2007 o Laboratório de Geografia das lutas no campo e na cidade (GEOLUTAS), coordenado pelo Professor Doutor João Edmilson Fabrini, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná passou a cooperar consolidando a Rede DATALUTA de pesquisas. Em 2009 o Núcleo de Estudos Agrários (NEAG), coordenado pela Professora Doutora Rosa Maria Medeiros, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul ingressou na rede.

A partir de 2010 outros quatro grupos de pesquisas completaram a Rede DATALUTA, o Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade do Pantanal (GECA), coordenado, também, pelo Professor Doutor Eduardo Paulon Girardi, da Universidade Federal do Mato Grosso; o Grupo de Estudos sobre Trabalho, Espaço e Campesinato (GETEC), coordenado pela Professora Doutora Emília de Rodat Fernandes Moreira, da Universidade Federal da Paraíba; o Laboratório de Estudos Rurais (LABER) coordenado pelo Professor Doutor Eraldo da Silva Ramos Filho, da Universidade Federal do Sergipe e o Observatório dos Conflitos no Campo (OCCA), coordenado pelo Professor Doutor Paulo Scarim, da Universidade Federal do Espírito Santo.

A metodologia de registro de dados da Rede DATALUTA tem como base, principalmente, fontes de jornais impressos e *online*, além de informações primárias recolhidas através de trabalhos de campo ou contatos com movimentos socioterritoriais. A pesquisa é realizada mensalmente, onde no dia 6 de cada mês todos os grupos de pesquisa enviam ao NERA as planilhas do Excel (ver figura 1) com os registros de ocupações de terra e as fontes digitalizadas em PDF para que eu possa conferir e enviar à CPT e a Ouvidoria Agrária Nacional (OAN). No caso dos registros de manifestações, a planilha e as digitalizações em PDF são enviadas ao LAGEA, responsável por articular, receber e conferir essas informações. Os registros de estrangeirização são enviados ao GETEC. Todas as planilhas e digitalizações são armazenadas.



DATALUTA_OCUPAÇÕES_JAN_MAIO_2010 [Modo de Compatibilidade] - Microsoft Excel

L47C14 — AS FAMILIAS DO ACAMPAMENTO 1º DE MAIO OCUPARAM A FAZENDA ALEGANDO IMPRODUTIVIDADE E

DATALUTA_ocupações_Janeiro a Maio de 2010 - por fontes

MUNICÍPIO	NOME DO IMÓVEL	OCUPAÇÃO	Nº DE FAMÍLIAS¹	NOME/SIGLA DO MOV. SOCIOTERRITORIAL
DIVINO DE SAO LOURENÇO	PARQUE NACIONAL DO CAPARAO	1	7	ÍNDIOS GUARANIS
RIO CLARO	ADUAL EDMUNDO NAVARRO DE AND	1	25	ABUST
TEODORO SAMPAIO	FAZENDA BEIRA-RIO	1	N.I.	MST*
MIRANTE DO PARANAPANEMA	N.I.	1	N.I.	MST*
SANTO ANASTACIO	FAZENDA BRASILIA	1	N.I.	MST*
PRESIDENTE BERNARDES	FAZENDA GUARANI	1	N.I.	MST*
MARTINOPOLIS	FAZENDA BARTIRA	1	N.I.	MST*
MARABA PAULISTA	FAZENDA FLORESTA	1	N.I.	MST*
MARABA PAULISTA	FAZENDA SÃO JOSE	1	N.I.	MST*
RANCHARIA	SANTA MARIA	1	N.I.	MST*
RANCHARIA	FAZENDA BARTIRA	1	N.I.	MST*
FREI INOCENCIO	FAZENDA SANTA ROSA	1	150	MST
PONTA GROSSA	FAZENDA SAO FRANCISCO II	1	NI	MST
RIO PARDO DE MINAS	FAZENDA CAPAO MUNIZ	1	50	N.I.
PRATA	FAZENDA SANTA RITA	1	90	MLST
UBERLANDIA	FAZENDA SOBRADINHO	1	70	MLST
CORREGO DANTA	FAZENDA SAO JOSE DA BELA VISTA	1	60	MST
PRIMEIRO DE MAIO	N.I.	1	N.I.	CONTAG
GOIANA	AZENDA FORTALEZA DE SANT'ANNA	1	38	MST
MARABA PAULISTA	FAZENDA NAZARE	1	150	MST
GALIA	FAZENDA RECREIO GLEBA I	1	N.I.	MST
BOREBI	FAZENDA NOIVA DA COLINA	1	N.I.	MST
ESTANCIA	N.I.	1	125	MST
ESTANCIA	N.I.	1	125	MST
POÇO REDONDO	N.I.	1	125	MST
JAPARATUBA	N.I.	1	125	MST
RIO PARDO DE MINAS	FAZENDA CAPAO MUNIZ	1	60	MST
SANTA RITA	FAZENDA MUBAMBA DO RANGEL	1	60	MST
IBIARA	FAZENDA RIACHAO	1	60	MST
TAUBATE	FAZENDA GUAÇAI	1	100	MST
CAMPINAS	FAZENDA TOZAN	1	150	MST/EIXO METROPOLITANO (REGIONAIS DE CAMPINAS,GRANDE
CABACEIRAS	FAZENDA JACARE	1	63	MST

Figura 1: Planilha do Excel utilizada para o registro das ocupações de terra da Rede DATALUTA. Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), 2011.

Até o ano de 2010, recebíamos os registros da CPT e OAN e confrontávamos com os registros da Rede DATALUTA, o que culminava na atualização do DATALUTA. Desde então, devido à dificuldade da CPT em continuar seus registros sobre conflitos agrários, a Rede DATALUTA envia mensalmente seus registros. Quando, a CPT nos envia seus dados anuais, os dados referentes aos estados que compõem a Rede já estão atualizados, portanto apenas acrescentamos os dados dos outros estados e conferimos os dados da Rede para constatar se a CPT registrou algum dado que não conseguimos registrar. A relação da Rede DATALUTA com a OAN é diferente. Apesar de enviarmos mensalmente nossos registros, a OAN ainda não enviou seus dados anuais referentes ao ano de 2010, sendo que o banco de dados foi atualizado até 2010, contando apenas com os registros da Rede e da CPT.

A CPT e a OAN são fontes primárias e a Rede DATALUTA fonte secundária (ver quadro 1) na construção do DATALUTA. Segundo o caderno Conflitos no Campo Brasil 2011 da CPT os dados de ocupações "são obtidos por meio de pesquisas primárias e secundárias. As pesquisas primárias são feitas pelos agentes dos Regionais da CPT e enviados à Secretaria Nacional em Goiânia. As pesquisas secundárias são realizadas através de levantamento de informações e dados em jornais de circulação local, estadual e nacional, boletins e publicações de diversas instituições: movimentos sociais, sindicatos, partidos, órgãos governamentais e Igrejas; declarações e cartas assinadas e boletins de ocorrência" (p.

9). Quando os dados secundários não coincidem com os primários, considera-se a pesquisa primária.

A CPT é a instituição mais antiga no registro dos conflitos do campo e, consequentemente, ocupações de terra. Na confrontação CPT, OAN e Rede DATALUTA quando encontramos dados semelhantes damos prioridade aos registros da CPT, caso a mesma não tenha registrado a fonte prioritária passa a ser OAN que registra ocupações desde 1995. A OAN registra as ocupações de terra e os conflitos no campo através do Disque Terra e Paz, em que gratuitamente são atendidas ligações de todo o país, também através de mediadores de conflitos sociais, atendimento de denúncias, mediação de conflitos agrários e implantação de ouvidorias agrárias em todas as unidades da Federação, com o objetivo de contribuir extrajudicialmente na resolução dos conflitos agrários[1].

Quadro 1 - Fontes do DATALUTA Ocupações

Fontes Primárias	**Fontes Secundárias**
CPT e OAN	CPT OAN GECA GEOLUTAS GETEC LABER LAGEA NEAG NERA OCCA

Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), 2011.

Todos os oito grupos de pesquisa são considerados fontes secundárias, pois os dados levantados por estes se baseiam em jornais de circulação nacional, estadual, regional e *online,* além do levantamento através de trabalhos de campo e movimentos socioterritoriais. O NERA consulta diariamente o Estado de São Paulo, a Folha de São Paulo, O Imparcial, o Oeste Notícias e jornais *online*; o LAGEA o Correio de Uberlândia e jornais *online*; o GEOLUTAS a Folha de Londrina, O Paraná e a Gazeta do Povo; o NEAG o Zero Hora e o Correio do Povo; o GECA a Folha do Estado, A Gazeta e o Diário de Cuiabá; o GETEC o Jornal Correio da Paraíba; o LABER o Jornal da Cidade; o OCCA o Jornal Tribuna e A Gazeta.

Anualmente a Rede DATALUTA realiza colóquios que proporcionam a atualização e o aperfeiçoamento da metodologia de pesquisa de dados no registro das ocupações de terra,

[1] Ver metodologia em:< www.mda.gov.br>.

manifestações e estrangeirização de terras, para que os mesmos se aproximem da realidade possibilitando a interpretação dos conflitos no campo. Em 2009, os quatro grupos de pesquisa que formavam a Rede DATALUTA reuniram-se no mês de março na FCT/UNESP *Campus* de Presidente Pudente. Em novembro, do mesmo ano, a reunião foi realizada na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) *Campus* de Marechal Cândido Rondon. Em 2010 foi realizado apenas um encontro na Cátedra da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, em São Paulo, também no mês de novembro, com a presença de pesquisadores dos oito grupos que compõem a rede. Para 2011, está previsto mais uma reunião.

A consolidação da Rede DATALUTA em oito estados brasileiros tem contribuído significativamente com o levantamento de dados. A ideia de sua ampliação é uma discussão constante em todas as reuniões, ainda mais devido à contribuição com a pesquisa da CPT com o envio dos registros de ocupações de terra e manifestações, já a questão da estrangeirização de terras ainda não é computada pela CPT. Além desses dois temas, enviamos notícias à CPT sobre os temas pesquisador por ela para os relatórios de conflito no campo, que vão desde conflitos por terra, conflitos por água, conflitos trabalhistas, entre outros, prestando assessoria.

A pesquisa e compilação dos dados sobre ocupações de terra, especificamente, pela Rede DATALUTA possibilitou o início dessa pesquisa e os primeiros questionamentos a cerca dos possíveis novos elementos da luta pela terra, evidenciando a importância do trabalho realizado pela Rede DATALUTA, tanto nas pesquisas realizadas pelos próprios integrantes dos oito grupos de pesquisa em nível de graduação e pós-graduação quanto por outros pesquisadores interessados no assunto.

2. O DEBATE PARADIGMÁTICO E AS MUDANÇAS DA QUESTÃO AGRÁRIA

2.1. Paradigma da Questão Agrária, Paradigma do Capitalismo Agrário e Mudanças da Questão Agrária

Autores como Fernandes (2008) e Felício (2011), propõem um debate sobre a questão agrária a partir da ideia de paradigmas. Inclusive, Felício (2011) em sua tese de doutorado, intitulada *Contribuição ao Debate Paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário*, defende a imprescindibilidade do debate paradigmático para a compreensão do campesinato no modo capitalista de produção. O conceito de paradigma

analisado por esses autores deriva das considerações de Kuhn (2005), em sua obra *A Estrutura das Revoluções Científicas*. Segundo Felício (2010) "paradigma é um modelo, um padrão, um protótipo ideal constituído pela 'incomensurabilidade de suas maneiras de ver o mundo e nele praticar a ciência (Kuhn, 2005, p. 23)'".

Conforme Fernandes (2008) e Felício (2011) existem dois paradigmas sobre a questão agrária, cujo cerne da discussão é, justamente, a existência do campesinato no modo capitalista de produção. O Paradigma da Questão Agrária e o Paradigma do Capitalismo Agrário. Sendo importante distinguir Paradigma da Questão Agrária de questão agrária. Esta enquanto problema estrutural engendrado pelo desenvolvimento do modo capitalista de produção na agricultura e, aquele, enquanto uma referência teórica construída por diferentes pesquisadores com o intuito de compreender a questão agrária como questão estrutural (FELÍCIO, 2010). Fernandes (2008) afirma que a questão agrária "nasceu da contradição estrutural do capitalismo que produz simultaneamente a concentração da riqueza e a expansão da pobreza e da miséria" (p. 4), determinada "pela diferenciação econômica dos agricultores, predominantemente do campesinato, por meio da sujeição da renda da terra ao capital" (p. 4). Nesse processo, o camponês pode se sujeitar ou resistir à lógica do capital.

Em consonância com as ideias propostas sobre questão agrária por Felício (2011) e Fernandes (2008) há o Paradigma da Questão Agrária, que é composto por duas correntes teóricas. A primeira corrente diz respeito à destruição do campesinato no sistema capitalista de produção, determinando sua proletarização. A segunda corrente, ao contrário da primeira, acredita que o campesinato é criado, destruído e recriado pelo próprio avanço contraditório e desigual do capitalismo (FERNANDES, 2008). Como veremos mais adiante, Carvalho (2005) propõe essas ideias a partir das seguintes concepções: fim do campesinato e fim do fim do campesinato.

Para Fernandes (2008), a questão agrária, sucessivamente, esteve pautada nos conflitos por terra. Todavia, analisá-la nessa perspectiva é simplório, "porque esses conflitos por serem territoriais não se limitam apenas ao momento de enfrentamento entre classes ou entre camponeses e Estado" (p. 2). Sendo que, para entender o movimento do conflito e, não apenas o enfrentamento enquanto conflito, utiliza-se o conceito de conflitualidade que pode ser explicado como um processo sustentado pelas contradições do capitalismo (FERNANDES, 2008). A compreensão que cada paradigma aspira da realidade influenciará na leitura sobre a conflitualidade e, consequentemente, sobre a questão agrária.

A opção paradigmática e, dentro do próprio paradigma, das correntes teóricas, estão relacionados à leitura e compreensão da realidade. É, por esse motivo, que compreendemos a

questão agrária não apenas enquanto um conflito por terra que surgiu em 1850 com a Lei de Terras e a propriedade privada, conforme Martins (2010). Mas sim, enquanto um problema estrutural da essência do capitalismo que, concomitantemente, territorializa-desterritorializa-reterritorializa relações sociais, no caso, o campesinato (FERNANDES, 2008).

Felício (2011) estuda as obras de Marx (1984), Kautsky (1986), Lênin (1985), Luxembrugo (1985), Chayanov (1974) e Shanin (1983), considerando-as essenciais para a compreensão da questão agrária e do próprio Paradigma da Questão Agrária. E as obras de Bartra (2007), Fernandes (2000), Martins (1981), Mazoyer e Roudart (1998), Oliveira (1991), Ploeg (2008), contemporâneas na discussão da questão agrária e, ainda, contribuições ao estudo do Paradigma da Questão Agrária. A obra de Kautsky (1986) é uma das precursoras na tentativa de compreender o campesinato e o capital. Para este autor, a expansão do modo capitalista na agricultura acarretará a absorção das pequenas propriedades pelas grandes e a prolaterização do campesianto, que não suportará pagar os impostos cobrados pelos latifundiários. A proletarização significa o fim do campesinato em um modo capitalista de produção, superado se e somente se houver a consolidação de uma sociedade socialista.

Obviamente, não nos cabe aqui discutir cada uma destas obras, mas, sim, apenas indicá-las enquanto obras fundamentais para a discussão do Paradigma da Questão Agrária, como proposto por Felício (2011) em sua tese. O que deve ser esclarecido, tendo como base as concepções de Fernandes (2008) e Felício (2011) é que, cada um desses autores compreende, nas respectivas obras, que a questão agrária é da essência do sistema capitalista de produção e, o que diferencia tais obras, enquanto visões de mundo, é a existência/ resistência ou subalternidade/proletarização do campesinato à lógica do capital. Mais adiante, ainda neste capítulo, para discutir a questão agrária brasileira, as considerações sobre o Paradigma da Questão Agrária e a resistência do campesinato serão fundamentais.

Já o Paradigma do Capitalismo Agrário tem sua gênese nas seguintes obras, Mendras (1984) e Lamarche (1993; 1998). Mais recentemente, temos Abramovay (1998), Germer (2004), Jollivet (1988), Navarro (2010), Schneider (2006), Veiga (1991), Wanderley (2009). Para esses autores e todos os autores do Paradigma do Capitalismo Agrário não existe questão agrária no capitalismo, conforme Felício (2011). Em outras palavras, o campesinato deve ser transformado em agricultor familiar e inserido no mercado capitalista, para que isso seja possível políticas públicas são implantadas.

Segundo Fernandes (2008, p.11), a denominação Paradigma do Capitalismo Agrário provém "do livro *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão,* derivado da tese de doutorado de Ricardo Abramovay, publicado em 1992, que se tornou uma referência

expressiva para pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento". Ainda, segundo Fernandes (2008, p. 11), nessa obra "(...) Abramovay propõe uma ruptura com o paradigma marxista ou lenista/kautskyano (...)" que perdurou até a década de 1980 e sugere que "(...) o desenvolvimento da agricultura nos países capitalistas ricos atingiu estágios determinados, sendo que a agricultura de base familiar teve participação expressiva e se consolidou". A tese de Abramovay introduz uma nova perspectiva às ideias até então discutidas, propondo a metamorfose do camponês em uma nova categoria social, a de agricultor familiar, que continuará a existir no sistema vigente somente se, integrar-se plenamente às estruturas sociais de mercado (FERNANDES, 2008).

A questão agrária é tão complexa que ultrapassa os limites entre o campo e a cidade, atingindo todas as dimensões do território e do próprio desenvolvimento (FERNANDES, 2008). As considerações que seguem nos próximos parágrafos é apenas um esboço da compreensão sobre a questão agrária no Brasil e dos, denominados, novos elementos, que, como veremos, extrapolam a escala nacional devido, principalmente, ao processo de mundialização do capital (CHESNAIS, 1996) e da agricultura.

O debate sobre a questão agrária no Brasil, tanto nos partidos políticos quanto na academia, sobre as origens e características do uso e posse da terra e das relações sociais na agricultura brasileira são relativamente recentes, com início na década de 1960 (STEDILE, 2005). Dentro do Partido Comunista Brasileiro (PCB) alguns intelectuais como Caio Prado Junior, Ignácio Rangel e Alberto Passos Guimarães foram os protagonistas na discussão sobre a questão agrária no âmbito do marxismo (DELGADO, 2005). Welch (2010) contradiz essa ideia ao estudar que antes mesmo da década de 1960, mais precisamente ainda na década de 1940, a semente sobre os questionamentos acerca do campesinato no Brasil já havia sido plantada.

Para se ter uma dimensão da questão agrária no Brasil, a análise em diferentes períodos históricos torna-se essencial. Análise que não se pauta somente nos conflitos por terra, mas no próprio desenvolvimento e consolidação do modo de produção capitalista no país e, na agricultura, especificamente.

Há diferentes concepções sobre a questão agrária existente no Brasil-colônia (1500-1822). Guimarães (2005) defende a idéia de que o regime econômico colonial brasileiro era baseado no feudalismo e não no capitalismo como defende Frank (2005), Rangel (1990) e Prado Junior (2000). Segundo Guimarães (2005, p. 37) "o processo evolutivo em curso na sociedade lusa não veio continuar-se no Brasil-colônia", sendo assim, o regime econômico aqui instaurado era atrasado se comparado à metrópole, Portugal. A divisão do território

nacional em sesmarias, sua concessão a donatários e sua organização através do modelo de *plantation*[2] levou muitos autores a uma interpretação equivocada sobre o regime econômico brasileiro. A existência de alguns elementos característicos do feudalismo não significa que o sistema aqui adotado seja o mesmo.

Frank (2005) defende a ideia de que o essencial do feudalismo não ocorreu no Brasil, pois "quaisquer que sejam os tipos de relações pessoais existentes em um sistema feudal, o determinante, para nosso propósito, é que se trata de um sistema fechado, ou fragilmente articulado com o mundo exterior (...)" (p. 57), diferente do que havia no Brasil-colônia, onde a produção agrícola tinha ampla conexão com a Europa, por exemplo. Sendo assim, as teses defendidas por alguns autores, até mesmo autores marxistas, de que o feudalismo antecede o capitalismo, ou de que o feudalismo coexistiu com o capitalismo ou de que o capitalismo penetra a unidade feudal não são capazes de explicar adequadamente a questão agrária brasileira no período colonial, nem mesmo as mudanças ocorridas ao longo do tempo (FRANK, 2005).

Ainda de acordo com Frank (2005, p. 65) "a agricultura brasileira só pode ser compreendida como resultado do desenvolvimento-subdesenvolvimento capitalista mundial". Para compreender esta afirmação o autor propõe a análise do desenvolvimento da própria agricultura a partir de três princípios organizativos: o caráter subordinado, o objetivo comercial e o monopólio. A partir do caráter subordinado devemos nos atentar ao fato de que tanto o Brasil quanto sua agricultura estiveram submissos à economia européia durante séculos. Primeiro, com o fornecimento de açúcar e fumo, depois ouro e diamante e, posteriormente algodão e café (FRANK, 2005 *apud* PRADO, 1962).

Já em relação ao objetivo comercial, o comércio teve grande influência sobre a agricultura no Brasil e seu desenvolvimento desde a colônia até os dias atuais. Já o terceiro e último princípio, o monopólio, diz respeito a terra enquanto principal fator de produção agrícola e seu grau de concentração. Vale ressaltar que a concentração monopolista não se restringe a terra, mas, também, ao capital. Sendo assim, "(...) o monopólio determina a subordinação e permite a exploração, as quais, por sua vez, produzem desenvolvimento e subdesenvolvimento" (FRANK, 2005, p. 74). Deste modo, concluímos que a expansão do modo capitalista de produção na agricultura, desde o período colonial, proporcionou

[2] Termo usado para explicar o modelo utilizado para organizar as unidades de produção agrícola no período colonial, caracterizado por grandes fazendas de áreas contínuas, com a prática da monocultura, destinada à exportação, utilizando mão-de-obra escrava.

concomitantemente uma crise ou um subdesenvolvimento, em outras palavras, a questão agrária está presente na agricultura brasileira desde o período colonial.

Compreendemos, portanto, que a questão agrária existe historicamente desde a formação e consolidação do território brasileiro. Conforme Frank (2005), sempre houve uma questão agrária, desde a colonização do país pelos portugueses, pautada no mercantilismo ou no capitalismo mercantil, inicialmente, que proporcionou o desenvolvimento e o subdesenvolvimento da agricultura no Brasil e na América Latina. Ainda, segundo esse mesmo autor, a única maneira de abolir a questão agrária existente é através da implantação de um regime socialista.

A ideia de que desde o Brasil-colônia o sistema capitalista esteve presente na consolidação do território brasileiro, permeará as próximas considerações sobre o desenvolvimento da questão agrária no Brasil enquanto um problema estrutural engendrado pelo próprio desenvolvimento do modo de produção vigente. Dentro desse contexto, autores como Graziano da Silva (1998) e Oliveira (1981), desenvolveram suas ideias sobre o processo de modernização da agricultura no século XX e o destino do campesianto no Brasil nesse período. O primeiro propondo a proletarização, através do trabalho assalariado e o segundo, a criação, destruição e recriação do campesinato por meio de um regime de trabalho familiar.

Em 1964, com a instauração da ditadura militar e a criação do Estatuto da Terra houve o enfraquecimento do latifúndio dito tradicional e o desenvolvimento do latifúndio capitalista moderno (ANDRADE, 1995) e, ainda, o controle das lutas sociais e conflitos por terra (FERNANDES, 1996). O período militar articulou no país o pensamento funcionalista norte-americano sobre os papéis da agricultura no desenvolvimento econômico a partir de cinco funções (DELGADO, 2005):

- Liberar mão-de-obra para a indústria;
- Gerar oferta adequada de alimentos;
- Suprir matérias primas para indústrias;
- Elevar as exportações agrícolas;
- Transferir renda real para o setor urbano.

Ainda, conforme Delgado (2005):

> Este processo de modernização técnica - da agricultura e integração com a - indústria, é caracterizada por 'um laço de mudança na base técnica de meios de produção utilizados pela agricultura, materializada na presença crescente de insumos industriais (fertilizantes, defensivos, corretivos do solo, sementes melhoradas e combustíveis líquidos, etc). De outro lado, ocorre uma integração de grau variável entre a produção primária de alimentos e matérias primas e vários ramos industriais (oleaginosos, moinhos, indústrias de cana e álcool, papel e papelão, fumo, têxtil, bebidas etc). Esses blocos de capital irão construir mais adiante a chamada estratégia do agronegócio, que vem crescentemente dominando a política agrícola do Estado (DELGADO, 2005, não paginado).

É neste contexto que Graziano da Silva (1998) elucida como ocorreu a industrialização da agricultura no final do século XIX e início do século XX através do abandono do complexo rural e a ascensão dos complexos agroindustriais, os chamados CAIs. Para este autor, primeiramente, houve a decomposição do complexo rural, entre 1850 e 1945, devido à proibição do tráfico negreiro e a implantação da Lei de Terras, principalmente. Logo após, a ascensão de um complexo cafeeiro no estado de São Paulo, mais especificamente, com a introdução do trabalho livre nas fazendas de café. Com a crise de 1929, a produção de café entra em declínio e a partir da década de 1930 até 1960 temos um importante período de constituição do D[1], fase da industrialização pesada, e de modernização da agricultura brasileira.

Ainda de acordo com as ideias de Graziano da Silva (1998), houve num primeiro período de modernização a transformação da base técnica da produção agropecuária com a importação de tratores e fertilizantes com o intuito de aumentar a produtividade; para que ocorresse a constituição dos CAIs, que já é uma forma avançada da modernização agrícola, onde o país precisou deixar de importar equipamentos, insumos químicos, máquinas, entre outros. Sendo assim, "a internalização da produção de insumos e máquinas para a agricultura rompe esse limite; a partir daí a modernização da agricultura brasileira caminha com seus próprios pés e os limites agora são colocados por ela mesma (...) (p.30)". Vale ressaltar que todo esse processo só foi possível através do Sistema de Nacional de Crédito Rural (SNCR), proposto pelo governo federal como forma de subsidiar os custos necessários para a consolidação dos complexos agroindustriais.

A unificação agricultura-indústria proporcionou também grandes mudanças no que diz respeito ao trabalho agrícola. Com a industrialização "o trabalhador deixa de ser o agente ativo, o controlador do processo de trabalho, para se tornar um apêndice das máquinas (...)" (p.34), através da formação "de um setor de assalariados rurais em substituição às formas antigas de relações familiares e dependência social (...)" (p.34). Portanto, para Graziano da

Silva (1998) a industrialização da agricultura, um processo irreversível, transformou o camponês em um assalariado rural, agora a mercê das decisões do capital. O autor segue a corrente dos autores que propõem a ideia de fim do campesinato, ou seja, não há a possibilidade de reprodução desta classe social em um campo dominado pela industrialização, determinando a subordinação direta ou indireta do camponês ao capital através do trabalho.

Em contraposição a Graziano da Silva (1998), Oliveira (1981) aborda a questão do desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo enquanto um processo contraditório e desigual de reprodução ampliada do capital. Ou seja, concomitantemente ao desenvolvimento de formas capitalista de produção há também a reprodução de formas sociais não capitalistas de produção, as quais o capital procura cooptar. O desenvolvimento de formas sociais não capitalistas é vital para a ampliação deste modo de produção.

Portando a expansão do capital no campo pode tanto subordinar o trabalhador expropriado, que vende sua força de trabalho, quanto/ou sujeitar a renda da terra. A sujeição da renda da terra se dá quando o capitalista, no caso capitalista e proprietário (unificação de classes[3]), compra a terra; a compra da terra significa a compra da renda da terra, de modo que o capitalista também se apropria de uma parte da mais-valia social. Sendo assim, a terra mesmo sem produzir rende, valoriza-se e "este fato decorre do monopólio que uma classe da sociedade detém sobre o meio de produção fundamental na agricultura (...)" (OLIVEIRA, 1981, p.06).

Nessa mesma perspectiva, Oliveira (1991), afirma que para o desenvolvimento do capital ser possível, ele necessita desenvolver aspectos contraditórios. Sendo o capital caracterizado como contraditório e desigual, no campo brasileiro iremos encontrar tanto o trabalho assalariado quanto as relações de trabalho não-capitalistas, como o trabalho familiar camponês (OLIVEIRA, 1991).

E, ainda, conforme Fernandes (2008) o processo de avanço do sistema capitalista no campo provoca aquilo que denominou de conflitualidade, alimentada pelas contradições e desigualdades do próprio sistema. Para esse autor, a questão agrária sempre esteve relacionada com conflitos por terra, sendo o movimento da conflitualidade "paradoxal ao promover, concomitantemente, a territorialização-desterritorialização-reterritorialização de diferentes relações sociais" (p. 02). Sendo o desenvolvimento e o conflito "processos

[3] A unificação do proprietário da terra e do capitalista proporciona a elevação da renda da terra. É o caso, por exemplo, de grandes propriedades voltadas para a produção de cana-de-açúcar, soja ou pecuária de corte (OLIVEIRA, 1981, p. 58).

inerentes da contradição estrutural do capitalismo e paradoxalmente acontecem simultaneamente" (p. 02).

Após o período da ditadura militar e com a, consequente, redemocratização do país a partir de 1985 e a concretização da Constituição Federal em 1988, a questão agrária, principalmente no que diz respeito ao tema da reforma agrária que, mesmo com o Estatuto da Terra não havia até o momento sido concretizada, volta a fazer parte da pauta política nacional, principalmente, devido à atuação do MST na luta pela terra. E é a partir deste cenário que os novos elementos da questão agrária começam surgir e/ou a tomar novas formas e, um novo contexto político, também, começa a se reajustar.

Contexto político pautado na Constituição Federal de 1988 e no processo de ajustamento constrangido à ordem econômica globalizada a que o Brasil se submete desde a década de 1990 até os dias de hoje (DELGADO, 2005). Ainda, conforme Delgado (2005, não paginado) esse processo de ajustamento constrangido "se caracteriza basicamente por restrições de ordem externa e interna, expressas por alto endividamento público e de pendência externa". Onde "essas restrições são geridas por meio de vários 'ajustamentos macroeconômicos' que no essencial não tem sido capaz de equacionar esses endividamentos". Ocorrendo como consequência um longo período de estagnação da economia.

Portanto, "este jogo de cartas marcadas, que experimentamos e continuamos a jogá-lo na atualidade, configurará os novos contornos conjunturais da questão agrária nestas já duas décadas de constrangimento externo da economia brasileira" (DELGADO, 2005, não paginado). É a partir da redemocratização do país, principalmente, que a economia internacional passa a influenciar significativamente a economia política da questão agrária de maneira que o setor agrícola inicia papel crucial nas chamadas operações de ajustes macroeconômicos, o agronegócio, por exemplo, terá um papel fundamental nesse período.

Ao longo dos séculos, a questão da posse e uso da terra, bem como das relações sociais e disputas territoriais no Brasil agravaram-se. A conjuntura da questão agrária atual é, também, obra dessas disputas políticas, econômicas e sociais. Compreendê-la ultrapassa a escala local ou até mesmo nacional, chegando à escala global (PLOEG, 2008). Por isso, uma leitura mais ampla da questão agrária deve ser feita a partir da compreensão do desenvolvimento capitalista em escala mundial, que produz e reproduz relações de interdependências entre diferentes países e subalternidade entre campesinato e capital.

Seguindo essa perspectiva, Ploeg (2008) estuda a condição camponesa e o modo camponês de fazer agricultura em diferentes países, levando em consideração os padrões atuais de acumulação capitalista que:

> (...) produzem níveis elevados de desemprego urbano e rural. A falta de renda e de perspectivas, a fome e outras formas de privação estão entre os vários resultados que podem ser sintetizados como a condição de marginalidade. Do meu ponto de vista, parece que, na maioria dos continentes, existe apenas um só mecanismo adequado para lidar com essa condição de marginalidade e superá-la. Esse mecanismo consiste na ampliação do número de camponeses e em criar condições para a gestão do desenvolvimento rural e agrícola pelos camponeses (p.22).

A ampliação do número de camponeses no mundo, enquanto uma alternativa para lidar com a questão da marginalidade provocada pela internacionalização do capital, ocorreria através do processo de recampesinização:

> A recampesinização é uma expressão moderna para a luta por autonomia e sobrevivência em um contexto de privação e dependência. A condição camponesa não é, definitivamente, uma condição estática. Ela representa uma linha através do tempo, com movimentos ascendentes e descendentes. Isto é, assim como a agricultura capitalista está continuamente evoluindo (expandindo-se e ao mesmo tempo mudando no sentido qualitativo, ou seja, através de uma maior industrialização dos processos de produção e de trabalho), também a agricultura camponesa está mudando. Uma de suas muitas mudanças é a recampesinização (p. 23).

Ploeg (2008) apresenta a construção do processo de recampesinização em diferentes países, inclusive no Brasil, através da luta pela terra protagonizada pelo MST, onde populações de origem urbana vêem o processo de conquista de um lote em assentamentos rurais como uma oportunidade de conquista de autonomia. Ainda, segundo Ploeg (2008), a recampesinização surge numa multiplicidade de formas, em diferentes países e diferentes contextos. O importante é relembrar que esse processo ocorre em um período de mundialização do capital, enquanto alternativa à exclusão que essa mesma mundialização provoca.

No caso do Brasil, especificamente, existem diferentes elementos da questão agrária atual que impedem e/ou dificultam o processo de territorialização camponesa que se dá através, sobretudo, da implantação de assentamentos rurais aliado ao processo de recampesinização (PLOEG, 2008). Dentre estes elementos podemos citar a produção de agrocombustíveis aliado ao avanço do agronegócio (FERNANDES, GONÇALVES, WELCH, 2010; THOMAZ JUNIOR, 2002) com a produção de *commodities* para exportação, ocasionando a ampliação da disputa territorial entre campesinato e capital (FERNANDES, 2008), a compra de terras nacionais por empresas transnacionais, o que podemos denominar como estrangeirização de terras (ALVIM, 2010; FERNANDES, 2011; SAUER e LEITE,

2010a); a dinâmica e, paradoxalmente, o arrefecimento das ocupações de terra e novos acampamentos (ver tabela 1), a relativa redução na consolidação de assentamentos rurais (DATALUTA, 2011; SANTOS, 2010) e no aumento dos conflitos por terra em 2010 (CPT, 2011); a compra de terras via crédito fundiário (RAMOS FILHO, 2008; SAUER, 2010b); a reconceitualização da reforma agrária (COCA, FERNANDES, 2008; SANTOS, 2010; OLIVEIRA, 2006); e, por fim, o processo de mundialização do campesinato com a consolidação de um movimento socioterritorial em escala mundial, a Via Campesina (VIEIRA, 2008). Indubitavelmente está em curso um cenário dispare e complexo, em que o capital utiliza-se das mais diferentes estratégias para cooptar e subalternizar o campesinato, enquanto este tenta, organizado em movimentos socioterritoriais, ultrapassar, com dificuldades, as barreiras impostas.

Tabela 1 - Ocupações de Terra e Acampamentos no Brasil - 2000-2010.

Ano	Ocupações de Terra	Acampamentos
2000	519	-
2001	273	65
2002	269	64
2003	540	285
2004	662	150
2005	561	90
2006	545	67
2007	533	48
2008	389	40
2009	391	36
2010	184	35
Total	**4.866**	**880**

Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), 2011; Caderno Conflitos no Campo (CPT), 2011.

Um dos elementos da questão agrária atual que será analisado, primeiramente em escala nacional e, depois, em escala regional, é a luta pela terra, materializada em ocupações de terra e acampamentos. As ocupações proporcionam a criação e recriação camponesa através do processo de espacialização e territorialização da luta pela terra (FERNANDES, 1999). Mudanças conjunturais, conforme apresentado, têm, neste início de século, provocado a diminuição das ocupações de terra e acampamentos em conformidade com uma nova dinâmica da própria luta como veremos nos próximos capítulos.

3. AS OCUPAÇÕES DE TERRA NO BRASIL: DEBATE TEÓRICO, HISTÓRICO E ANÁLISE DOS DADOS DO DATALUTA DE 1988-2010

3.1. As Primeiras Ocupações de Terra no Rio Grande do Sul e a Espacialização e Territorialização da Luta pela Terra no Brasil

As primeiras ocupações de terra e acampamentos de que se tem notícia, no estado do Rio Grande do Sul, segundo Rosa (2010), tiveram início ainda na década de 1960, mais precisamente em 1962, com a ocupação da fazenda Sarandi, antes mesmo de o Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER), primeiro movimento de trabalhadores sem-terra do país, organizar este tipo de ação e de o MST surgir. Além disso, e segundo esse mesmo autor, as ocupações e acampamentos não tiveram início na Encruzilhada Natalino (acampamento formado em 1980 e que deu origem à formação do MST), como muitos acreditam, mas sim, nas fazendas Macali e Brilhante (FERNANDES, 2000), que são glebas da fazenda Sarandi ocupada já em 1962, também ocupadas em 1978 e 1979.

Segundo Rosa (2010) há diversos depoimentos sobre a mobilização da primeira ocupação e acampamento no estado do Rio Grande do Sul. Esses depoimentos variam de acordo com as lembranças das famílias entrevistadas e das relações sociais existentes naquele período. Todavia, na maioria dos depoimentos fica claro a intensa participação de Jair Calixto, prefeito do município de Nonoai e primo do então governador Leonel Brizola, na organização da ocupação e do acampamento na fazenda Sarandi.

No início do mês de janeiro de 1962, um grupo de colonos saiu de Nonoai em direção a fazenda Sarandi, propriedade de um uruguaio. Segundo Rosa (2010) a ocupação da fazenda não foi algo planejado, os colonos "ali penetraram porque não tinham espaço suficiente na margem da rodovia e porque o próprio mato no qual haviam armado os barracos adentrava a fazenda" (p.36). "Dois dias após a invasão da fazenda Sarandi, comandada por Jair Calixto, foi decretada pelo Governo do Estado a desapropriação da área (decreto datado de 13 de janeiro de 1962)" (p.41). Ainda, conforme Rosa (2010), a informação de que um acampamento, com o intuito de reivindicar terras, seria preparado foi divulgada a partir de relações de parentesco, amizade e/ou vizinhança e, além disso, a maioria dos que se dirigiram ao acampamento eram os homens da família, alguns até passavam o dia trabalhando em terras arrendadas e voltavam somente à noite. Nesse mesmo acampamento houve, também, a inscrição por parte do governo estadual dos interessados em receber terra. Sendo assim, não

era necessário permanecer no acampamento para manifestar o desejo de conquistar um pedaço de terra, mas apenas possuir um papel que comprovava a inscrição.

Em janeiro de 1962, outro acampamento foi montado, agora organizado pela associação dos sem-terra[4], no município de Camaquã, mais precisamente em uma área pertencente ao governo do estado denominada Banhado do Colégio. Seguindo os mesmos passos da fazenda Sarandi a área foi destinada aos colonos da região (ROSA, 2010). O objetivo do então governador do estado Leonel Brizola ao destinar áreas como a Sarandi e o Banhado do Colégio a colonos era, na verdade, de implantar projetos de colonização com controle total do governo (ROSA, 2010). Em fevereiro desse mesmo ano, um novo acampamento foi montado em Nonoai, na localidade do Passo Feio. De acordo com Rosa (2010) "o acampamento teria sido motivado pela notícia de que o governo estadual desmembraria um pedaço da Reserva Florestal de Nonoai para assentar agricultores sem-terra, atraindo, inclusive, pessoas já cadastradas na Sarandi" (p. 62).

Podemos notar que a formação de dois acampamentos e a reivindicação da Sarandi e do Banhado do Colégio foram legitimadas por ações do governo estadual ao desapropriar a primeira área e ao doar a segunda às famílias de colonos que em sua maioria arrendavam terras para sobreviver. Todavia, tanto a ocupação como o acampamento, nesse momento, ainda não eram interpretados como uma forma efetiva de luta e organização de famílias sem-terra.

A partir do trabalho realizado por Eckert (1984), Rosa (2010) apresenta outros 10 acampamentos que se formaram no estado do Rio Grande do Sul ainda em 1962, 6 em 1963 e mais 3 em 1964. Em 1963 o governo de Leonel Brizola chegou ao fim com um saldo de 78 lotes distribuídos na fazenda Sarandi. Com o governo estadual de Ildo Meneghetti e a consolidação de uma ditadura militar no país houve certa repressão aos acampamentos da região (ROSA, 2010).

As ocupações e os acampamentos formados durante o início da década de 1960 proporcionaram experiências iniciais de luta que vão refletir no ressurgimento de outros acampamentos no final da década de 1970. Estes outros acampamentos possibilitaram a gênese e consolidação do MST, em 1984, enquanto um movimento socioterritorial de luta pela terra através do processo de espacialização e territorialização (FERNANDES, 2000).

Em junho de 1978, pequenos agricultores vindos da cidade de Nonoai, que não possuíam uma forma de organização definida, ocuparam as glebas Macali e Brilhante, no

[4] A associação tinha fortes vínculos com o MASTER.

município de Ronda Alta, pertencentes ao governo do estado e até então arrendadas para empresas privadas (Fernandes, 2000). De acordo com Rosa (2010) "o processo que culminou na formação desses acampamentos teve início com a expulsão de centenas de famílias residentes na reserva indígena dos índios Kaingang de Nonoai em maio de 1978" (p. 72).

Famílias de pequenos agricultores se instalaram na reserva, área pertencente ao Estado, durante as décadas de 1940 e 1950 (Rosa, 2010). A expulsão dessas famílias ocorreu na década de 1970 como "um dos resultados da intensificação da ação estatal para com os povos indígenas, simbolizada pela criação da Fundação Nacional do índio (FUNAI) e pela promulgação do chamado Estatuto do índio" (ROSA, 2010 p. 73).

Historicamente, a ocupação das glebas Brilhante e Macali são de extrema importância para a luta das famílias sem-terra. Fernandes (1999), explica que o Governo do Estado enviou um secretário na área para cadastrar as famílias, obrigando-os após a retornarem para as casas de familiares e amigos. Algumas outras famílias forma levadas ao Parque de Exposições de Esteio a alguns quilômetros de Porto Alegre. O Governo Federal propôs, também, que parte das famílias fosse levada para o estado do Mato Grosso e contemplada com projetos de colonização (FERNANDES, 2000).

Mais uma vez, no estado do Rio Grande do Sul, a ocupação de terra e o acampamento foram a forma mais eficaz de mobilização e pressão para que os governos tanto estadual quanto federal solucionassem o problema das famílias sem-terra que se tornou público, atraindo a atenção de políticos e interessados sobre a questão.

Colonos que não conseguiram se instalar na casa de parentes ou que não migraram para o Mato Grosso procuraram abrigo em paróquias da região, sindicatos e prefeituras (FERNANDES, 2000). Na paróquia de Ronda Alta, o padre Arnildo Fritzen, também funcionário da Secretaria de Agricultura do Estado e membro da CPT recebeu cerca de 5 famílias. Com o apoio do sociólogo Ivaldo Gehlen, padre Arnildo realizava reuniões aos finais de semana com as famílias que estavam na paróquia e outras que vinham para ouvir os ensinamentos do padre (ROSA, 2010). Ainda, de acordo com Rosa (2010), "nos meses seguintes, o Pe. Arnildo Fritzen, que era também pároco de Três Palmeiras, teria apresentado João Pedro [Stédile] aos vários grupos de expulsos espalhados pela região" (p. 97). Com a contribuição do padre e de ativistas vindos de Porto Alegre as assembléias passaram a ser realizadas também nos acampamentos com o intuito de construírem junto às famílias sem-terra "uma forma de organização e lutarem pelos seus direitos" (FERNANDES, 2000 p. 52).

No ano seguinte, 1979, após um árduo trabalho de conscientização de todos os envolvidos já citados no parágrafo anterior junto às famílias sem-terra, uma audiência foi

marcada com o governador do estado com o objetivo de reivindicar a criação de um assentamento na Brilhante e Macali (FERNANDES, 2000). Alguns dias após a reunião e sem nenhuma resposta por parte do governo, as famílias sem-terra ocuparam e montaram um acampamento na Gleba Macali; um dia após a ocupação a polícia militar do estado se instalou próximo ao acampamento (FERNANDES, 2000). Levando em consideração todo esse contexto Fernandes (2000) apresentou o acampamento como um espaço de luta e resistência, onde mulheres e crianças formaram uma barreira em torno do acampamento.

Apesar de já na década de 1960 tanto a ocupação quanto o acampamento se apresentarem como uma importante estratégia de luta a conscientização e organização das famílias ainda eram precárias e o contexto político outro. Além disso, as famílias que ocuparam pela segunda vez as Glebas Macali e Brilhante em 1979 já possuíam uma conscientização maior da necessidade de se organizarem e lutarem pelo acesso a terra graças ao apoio efetivo da Igreja Católica e da CPT nas lutas camponesas, o que proporcionou outro desfecho: o amadurecimento dessas ideia através da consolidação do MST.

Conforme Fernandes (2000 p. 55):

> Na luta pela terra, acampar é determinar um lugar e um momento transitório para transformar a realidade. Quando os sem-terra tomam a decisão de acampar, estão desafiando o modelo político que os exclui da condição de cidadãos. A resistência no acampamento é a façanha. A persistência é o desafio. Para sobreviver, os acampados dependem de sua organização, do trabalho e do apoio dos que defendem a reforma agrária (...).

O acampamento Encruzilhada Natalino, localizado no encontro das estradas que levavam a Ronda Alta, Sarandi e Passo Fundo, foi montado em 1980 por famílias vindas de Nonoai e famílias que também participaram da ocupação na Brilhante, e já nos primeiros dias o governo estadual tentou desmobilizar a ação (FERNANDES, 2000). A desmobilização não foi concretizada devido, principalmente, à consciência desenvolvida pelos sem-terra junto às reuniões organizadas pela CPT e todos os outros envolvidos na luta pela terra e pela reforma agrária, de que a luta através do acampamento era necessária para a transformação da realidade.

De acordo com Fernandes (2000), o acampamento contava com 600 famílias "que habitavam em barracos de lona, de capim, de madeira, de sacos de cimento ou adubo. Os barracos estendiam-se por quase dois quilômetros da estrada" (p. 56). Algumas características que comumente encontramos nos acampamentos formados nos últimos anos já existiam

nesses acampamentos, como o barraco de lona, a bandeira do Brasil, que foi substituída pela bandeira do movimento socioterritorial que organiza o acampamento e a organização das famílias em grupos, setores e comissão. O acampamento Encruzilhada Natalino foi um dos primeiros, de acordo com as bibliografias consultadas, a organizar as famílias e a própria vida no acampamento. Para Fernandes (2000, p. 56), "era o embrião de uma forma de organização social que seria referência nas novas lutas".

Nos anos seguintes, trabalhos de base foram realizados nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) pelos sem-terra, com total apoio da CPT. Os trabalhos de base disseminados por outros estados como Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul foram fundamentais para a luta pela reforma agrária. Nesses estados já existiam conflitos por terra, assim como no Rio Grande do Sul, todavia era necessário que as experiências de lutas através de ocupações e de acampamentos fosse articulada e disseminada.

Segundo Fernandes (2000, p. 75), "em cada estado, os camponeses sem-terra criaram as condições necessárias para a luta e conquista da terra. Essas lutas foram os primeiros momentos de vida do MST". Um momento de construção histórica de um dos mais importantes movimentos socioterritoriais do país. Fernandes (2000) explica que houve um período de gestação do MST, com início em 1979, nas ocupações e acampamentos nas Glebas Brilhante e Macali e na Encruzilhada Natalino no Rio Grande do Sul e, também, com a articulação da CPT entre estas e as lutas que estavam acontecendo em outros estados.

De 1979 a 1984 a articulação da CPT proporcionou a realização de encontros regionais para discutir questões como reforma agrária e luta pela terra. Em 1982, alguns sem-terras de diferentes estados juntamente com agentes da CPT participaram de uma reunião em Goiânia com o objetivo de discutir as experiências e possibilidades de articular as lutas e de como organizar os trabalhadores em escala regional ou até mesmo nacional (FERNANDES, 2000).

A princípio houve a formação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra da Regional Sul, reunindo os sem-terras dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, articulados, estes estados teriam força política suficiente para avançar na luta pela terra, dando também outro passo importante para a consolidação de um movimento nacional, o MST (FERNANDES, 2000).

Conforme Fernandes (2000 p. 79):

> A articulação aconteceria na construção de espaços de socialização política pelos próprios trabalhadores (...). As ocupações são espaços de resistências, são práticas que levam às reflexões. Essas, por sua vez, são feitas nos encontros dos trabalhadores, onde socializam seus conhecimentos. É na reprodução desses espaços que novas experiências são geradas, nascendo novas lutas num processo contínuo. E esse processo em movimento dos espaços de luta é chamado de espacialização da luta pela terra (...).

O processo da espacialização da luta pela terra nasce justamente da necessidade de unificação política da luta através da experiência, do conhecimento, erros, acertos, todos juntos em um único espaço, um espaço de socialização política, as CEBs. E, nos dias 20,21 e 22 de janeiro de 1984, houve o Primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em Cascavel-PR, uma vitória para a luta dos sem-terra através da consolidação de um movimento, o MST. Ainda neste encontro os sem-terra definiram quais seriam as terras a serem ocupadas, todos os latifúndios e as terras devolutas (FERNANDES, 2000).

O aprendizado na prática social da luta pela terra possibilitou o que Fernandes (2000) conceituou como territorialização do movimento e da luta em escala nacional, consolidando uma estrutura e uma organização de lutas através de ocupações de terra e formações de acampamentos, intensificando a resistência dos camponeses sem-terra (FERNANDES, 2000). Atualmente o MST é um dos movimentos socioterritoriais mais territorializados segundo Fernandes (2001). Conforme esse mesmo autor, que teve como referência alguns trabalhos do historiador marxista Eric Hobsbawm, as ocupações de terra podem ser classificados a partir de tipos e formas. Os tipos estão relacionados às propriedades ocupadas (capitalistas, públicas e de organizações não governamentais) e as formas estão relacionadas ao nível de experiência e organização dos sem-terra (espontâneas e isoladas, isoladas e organizadas e organizadas e espacializadas). Assim, "ao espacializarem o movimento, territorializam a luta e o movimento. Esses processos são interativos, de modo que espacialização cria a territorialização e é reproduzida por esta" (FERNANDES, 2001 p. 18).

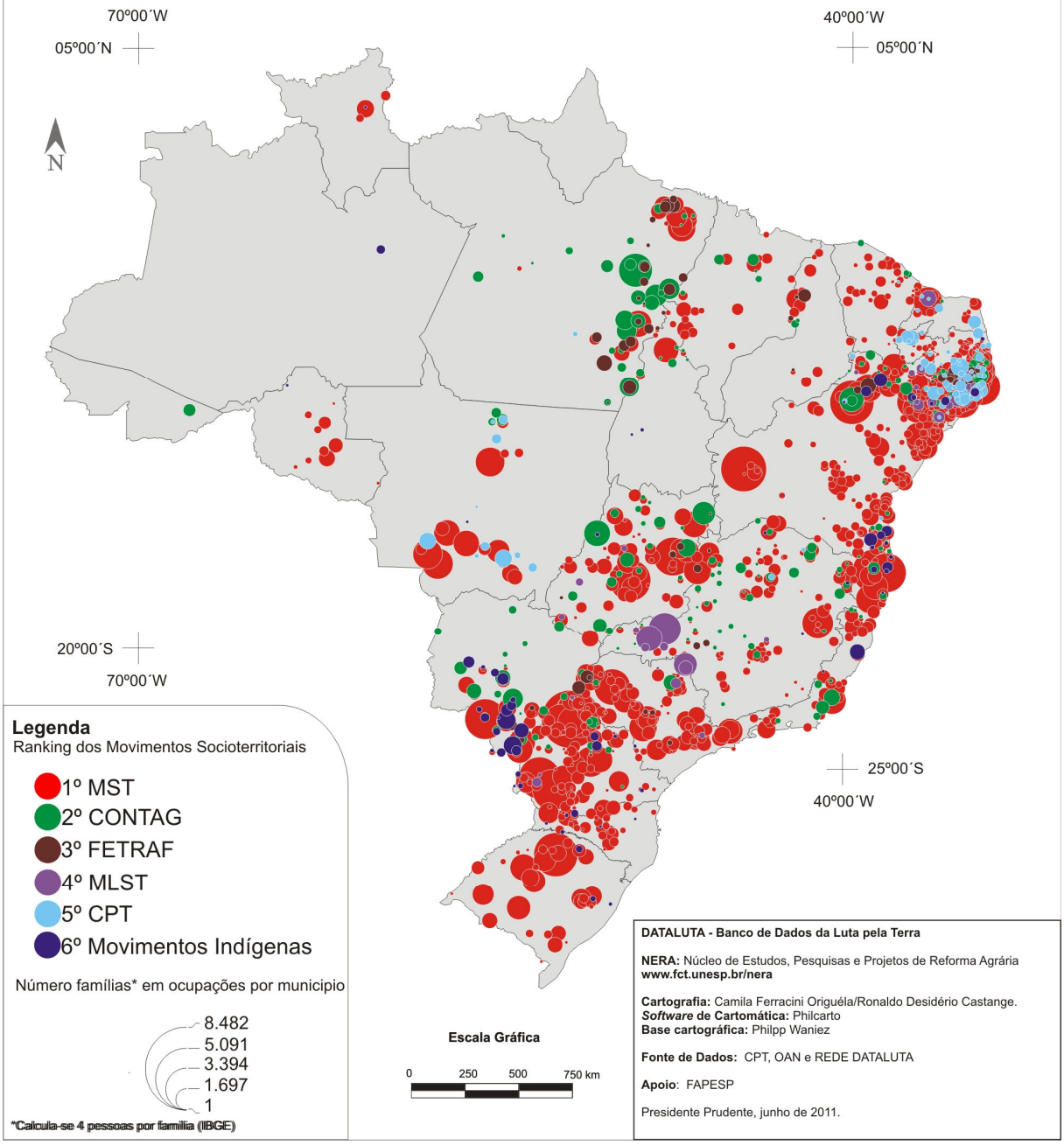
As ocupações espontâneas e isoladas são ações de pequenos grupos que visam à sobrevivência, não possuem uma organização e normalmente quando alcançam seus objetivos não realizam outras ocupações. As ocupações isoladas e organizadas acontecem a partir da organização de um ou mais movimentos isolados, que se findam após a conquista da terra ou transformam-se em movimentos territorializados. Ocupações organizadas e espacializadas são frutos de experiências trazidas de outros lugares, com um projeto político amplo, onde militantes, com experiências de ocupações em diversos lugares espacializam e territorializam

a luta e o movimento na conquista de territórios, no caso, assentamentos rurais (FERNANDES, 2001).

Já, para Feliciano (2006), o contexto da luta camponesa por terra deve ser entendido como um processo de conscientização, independentemente se "(...) irá tornar-se um movimento global ou se irá acabar no dia seguinte à ocupação" (p. 107). O desaparecimento de um movimento socioterritorial ou territorializado, segundo esse mesmo autor, não significa o fim da luta, que pode ressurgir de outra maneira e inesperadamente, pois a lógica e estratégia dos camponeses são bem mais complexas e a única unidade nesse processo é a capacidade de mudança.

No mapa 1 podemos observar os seis movimentos socioterritoriais mais territorializados do país nesses últimos dez anos, sendo o MST o principal movimento de luta pela terra no país, seguido da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF), do Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST), da CPT e Movimentos Indígenas.

Mapa 1 - Brasil - Geografia dos Movimentos Socioterritoriais - 2000-2010
Número de famílias em ocupações - por município



Além destes 6 movimentos, na tabela abaixo pode-se observar outros movimentos socioterritoriais que já atuaram/atuam em ocupações de terra e os respectivos anos. O que demonstra a diversidade da luta pela terra no final da década de 1990 e década de 2000.

Tabela 2 - Atuações dos Movimentos Socioterritoriais em Ocupações de Terra no Brasil - 1988-2009.

Ano	Número de Ocupações	Número e Nome dos Movimentos Socioterritoriais que Realizaram Ocupações
1988	71	Não Identificado
1989	86	Não Identificado
1990	50	1 – MST
1991	86	2 - MST, CUT
1992	91	1 – MST
1993	116	1- MST
1994	161	1 – MST
1995	186	1- MST
1996	451	5 - CONTAG, CPT, MBUQT, MLT, MST
1997	500	7 - Associação dos Trabalhadores Rurais 7 de Setembro, CONTAG, CPT, MBUQT, MLST, MLT, MST
1998	792	14 - CONTAG, CPT, CUT, LOC, MAST, MBST, MLST, MLT, MST, MT, MTB, Paz Sem Terra, Sem Terra Rosana, Terra Brasil
1999	856	12 -CONTAG, CPT, CUT, LOC, MAST, MBST, MLST, MLT, MST, MT, MTB, MTRSTB
2000	519	18 - CAA, CONTAG, COOTERRA, CPT, CUT, FETRAF, LOC, MBUQT, MLST, MLT, MST, MT, MTB, MTR, MTRST, MTRSTB, MTRUB, UFT
2001	273	15 - ACUTRMU, ASA, ATUVA, CONTAG, CPT, CUT, LOC, MAB, MLST, MLSTL, MLT, MSST, MST, MT, MTR
2002	269	15 - CCL, CETA, CLST, CONTAG, CPT, LCC, LCP, LOC, MAST, MCC, MCST, MST, MSTR, RACAA-SUL, USST
2003	540	38 - CAR, CETA, CLST, CONTAG, CPT, CUT, FERAESP, FETRAF, GRUPO XAMBRE, ÍNDIOS, LCP, LOC, MAB, MAST, MLST, MLT, MLTRST, MMA, MNF, MPA, MSO, MSST, MST, MSTA, MTA, MTAA/MT, MTB, MTBST, MTL, MTR, MTSTCB, OLC, OTC, QUILOMBOLAS, SINPRA, STL, UAPE, VIA CAMPESINA
2004	662	33 - ACRQBC, ADT, ARST, CETA, CONTAG, CPT, CUT, FETRAF, ÍNDIOS, LCP, MAB, MAST, MLST, MLT, MPA, MPT, MSONT, MSST, MST, MTB, MTD, MTL, MTR, MTRSTP, MTS, MTST, MTV, MUST, MUT, OLC, OTC, QUILOMBOLAS, VIA CAMPESINA

2005	561	27 - ACRQBC, AMPA, CETA, CONTAG, CPT, CUT, FETRAF, FST, ÍNDIOS, LCP, MAST, MCNT, MLST, MLT, MPA, MPRA, MST, MTA, MSTR, MTD, MTL, MTR, MUB, OAC, OLC, QUILOMBOLAS, TUPÃ 3E
2006	545	29 - ACRQ, CONLUTAS, CONTAG, CPT, CUT, FERAESP, FETRAF, FRUTO DA TERRA, FUVI, ÍNDIGENAS, LCP, LOC, MAB, MAST, MBUQT, MATR, MLST, MLT, MPRA, MPST, MST, MTAA/MT, MTD, MTL, OITRA, QUILOMBOLAS, TUPÃ 3E, UNIDOS PELA TERRA, VIA CAMPESINA
2007	533	33 - ACRQ, ASTECA, ASTST, CETA, CONAQ, CONLUTAS, CONTAG, CPT, CTV, CUT, FERAESP, FETRAF, INDÍGENAS, LCP, MAB, MAST, MLST, MLT, MLUPT, MPA, MPRA, MPST, MST, MTB, MTL, MTRST, MTST, OITRA, OLST, QUILOMBOLAS, UNITERRA, UST, VIA CAMPESINA
2008	261	20 - AST, CETA, CONTAG, CPT, FETRAF, ÍNDIOS, LCP, MAST, MLST, MLT, MST, MST DA BASE, MTB, MTD, MTST, OLST, QUILOMBOLAS, UNASFP, UNITERRA, VIA CAMPESINA
2009	391	27 - AMIGREAL, ASPARMAB, AST, CETA, CONTAG, CPT, CUT, FERAESP, FETRAF, GERAZEIROS, INDÍGENAS, LCP, MAB, MAST, MTR, MCC, MLST, MMC, MST, MST DA BASE*, MTD, MTST, QUILOMBOLAS, TERRA LIVRE, UNITERRA, VIA CAMPESINA
Total	**8.128**	**97**

Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), 2011.

Feliciano (2006) ao estudar as ocupações de terra e acampamentos em um contexto mais atual, início de 2000 no estado de São Paulo, afirma que "a ocupação de terras é uma forma de luta da classe camponesa na busca da criação, recriação e reprodução de um modo de vida baseado principalmente na autogestão e na liberdade" (p.103).

As ocupações podem ser ações individuais ou coletivas com o intuito de "(...) questionar e reivindicar um espaço que estava até então em desuso, parado. Estar em desuso não significa que formalmente não haja fazendeiros ou empresas se utilizando desse desuso". (FELICIANO, 2006 p.105). A ocupação possibilita o questionamento, tanto da improdutividade quanto legitimidade da posse da terra. Após o ato de questionar, há a construção do acampamento, concebido como um espaço de luta e resistência (FERNANDES, 2000).

Os sentidos da materialização da ocupação podem estar baseado na tradicionalidade e/ ou modernidade, onde componentes do primeiro estão presentes no segundo e o contrário, também, segundo Feliciano (2006). Sendo a tradicionalidade, a luta dos posseiros e a modernidade como "(...) o acúmulo da experiência camponesa em unir o sentido e o significado da ocupação em um componente extremamente político, coerente e ágil, reinventado pela luta dos sem-terra: o acampamento" (p. 103), fato histórico que vem ocorrendo nas ultimas décadas.

O acampamento, conforme Fernandes (2011, p. 1), "(...) é um espaço de luta e resistência. É a materialização de uma ação coletiva que torna pública a intencionalidade de reivindicar o direito a terra para produção e moradia". Sendo que alguns acampamentos existentes decorrência de ocupações de terra e outros estão se preparando para ocupar terras (FERNANDES, 2011). Os acampamentos são formados através dos trabalhos de base executados por militantes dos movimentos socioterritoriais que, nos últimos anos, tem ocorrido exclusivamente nas cidades, segundo informações do próprio movimento em trabalhos de campo. O perfil urbano das famílias acampadas nos remete à um espaço de luta e resistência muito mais complexo.

Sigaud (2005), partindo de uma visão sociológica e tendo como referência a Zona da Mata Pernambucana, defende a ideia da forma acampamento. O Estado ao desapropriar terras e destiná-las às famílias sem-terra que ocupam e vivem em acampamentos legitima essa forma de luta, o que constitui um fato novo na história brasileira devido à organização e amplitude da luta. "(...) As ocupações, os acampamentos e as desapropriações a eles associadas indicam, portanto, uma inflexão no modo de proceder das diversas organizações no mundo rural e do Estado" (p.260). Ainda, conforme Sigaud (2005), os acampamentos:

> Compreendiam técnicas ritualizadas de realizar a ocupação, uma organização espacial, uma etiqueta para entrar no acampamento e nele se instalar, regras para ali conviver, um vocabulário próprio e elementos dotados de forte simbolismo, como a bandeira e a lona preta, que constituíam os marcos distintivos. Essa combinação de aspectos modelares constitui uma forma, a forma acampamento. Trata-se de um modelo engendrado no Sul do país, ao longo do processo que desembocou na constituição do MST. Seus militantes, deslocados para o Nordeste, ali o implantaram e, na mata pernambucana, o modelo foi progressivamente ajustado às condições locais (p. 260).

Sigaud (2005) compreende o acampamento enquanto uma forma de se reivindicar terras no Brasil. E, não, conforme Fernandes (2011) como um espaço de luta e resistência. A forma acampamento está pautada apenas em um tipo de modelo de que tem sido legitimado pelo Estado. Diferentemente de Fernandes (2011), que tem no acampamento um espaço e tempo de luta pela terra, uma realidade em transformação, que permite a conquista do território por parte dos camponeses.

Nota-se que há divergências entre a compreensão sociológica (SIGAUD, 2005) e geográfica (FERNANDES, 2000; FELICIANO, 2006) sobre as ocupações de terra e acampamentos. E, ainda, diferentes visões geográficas sobre o processo de luta pela terra. Fernandes (1996; 2000) estuda a formação e consolidação do MST, primeiro no estado de São Paulo e, depois no Brasil, durante a década de 1980 e 1990 e Feliciano (2006) as ocupações terra no início do século XXI. Os diferentes contextos históricos permitiram a Feliciano (2006) questionar alguns dos processos explicados por Fernandes (1996; 2000).

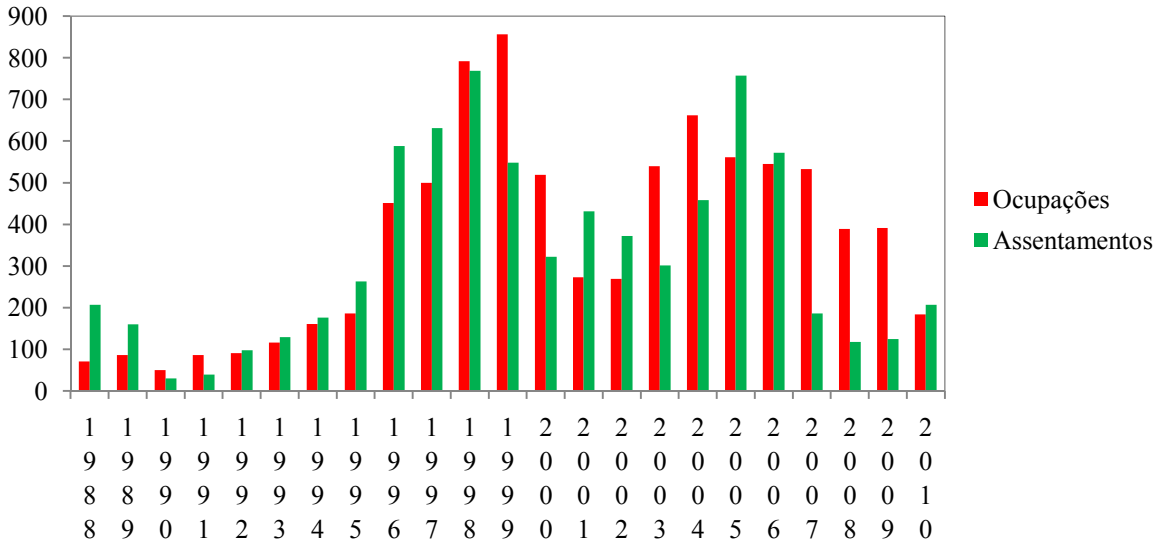
Feliciano (2006) acredita que até a década de 1980 as CEBs contribuíam com a organização das famílias do MST, que só ocupavam áreas após todo o preparo nos espaços de socialização política. Todavia, os princípios de autonomia do movimento transformou as famílias sem-terra em sujeitos políticos da sua própria história já no final da década de 1980 (FELICIANO, 2006). As ocupações de terra com um grande contingente de famílias pressionavam o Estado sobre o tema da reforma agrária. Feliciano (2006), crítica essas ações ao questionar a capacidade de preparo e formação das famílias para as ocupações sem o espaço de socialização política e se o acampamento, enquanto espaço de luta e resistência, é capaz de construir a identidade camponesa entre as famílias.

As CEBs possuíam, na década de 1980, três momentos importantes e distintos: o espaço comunicativo, o espaço interativo e o espaço de luta e resistência. No primeiro espaço as famílias se conhecem e trocam experiências. Já no segundo espaço e, após o contato inicial, essas mesmas famílias tomam consciência sobre a realidade, refletem e conscientizam-se politicamente da necessidade de se organizarem. E, por último, no espaço de luta e resistência, o acampamento, formado após a ocupação de alguma propriedade reivindicada, as famílias materializam a luta pela terra e por seus direitos (FERNANDES, 1996). A não existência de um espaço de socialização política contribui para com a desistência de famílias acampadas no processo de luta pela terra, como veremos mais adiante.

As ocupações de terra em massa têm sido a principal maneira de conquista do território camponês, no caso, os assentamentos rurais. De acordo com o gráfico 1, anos de intensas ocupações de terra tem coincidido com a criação de assentamentos rurais. Ao ocupar,

os movimentos socioterritoriais, contestam a legitimidade da pose da terra, a improdutividade e, até mesmo a produtividade do agronegócio, que vem arrendando latifúndios para a produção de *commodities*.

Gráfico 1 - Brasil - Número de Assentamentos Rurais e Ocupações de Terra - 1988-2010



Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), 2011.

Todavia, nos anos de 2008, 2009 e, sobretudo, 2010, as ocupações de terra têm diminuído, juntamente com o número de novos acampamentos criados (ver tabela 1) e assentamentos rurais. Diversos questionamentos sobre o enfraquecimento da luta pela terra têm sido exposto pela mídia em geral. E, até o mês de outubro de 2011 nenhuma propriedade havia sido desapropriada pela Presidente Dilma Rousseff para fins de reforma agrária[5]. Cerca de 90 processos de desapropriações foram negados pela presidente, que exige "qualidade" e "boa localização" às áreas.

O arrefecimento das ocupações de terra e acampamentos, como veremos mais detalhadamente no próximo subcapítulo, diminui a pressão por parte dos movimentos socioterritoriais para com o governo federal no processo de implantação de assentamentos rurais. O fato de a presidente não assinar processos de desapropriação é, justamente, uma consequência da atual conjuntura agrária brasileira.

[5] Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po1510201114.htm>. Acesso 17 out. 2011.

3.2. Análise dos Dados de Ocupações de Terra no Brasil - 1988-2010

Analisar as ocupações de terra no Brasil nos remete à questão da formação e ocupação territorial, intensamente marcada pelo domínio das grandes propriedades de terras, e à questão da reforma agrária. Primeiramente, entender a configuração territorial é imprescindível para compreender a ascensão de movimentos de luta e resistência pela e na terra. Em 1530, tivemos a divisão do território em capitanias hereditárias e sesmarias, estas regulamentavam a distribuição das terras com o intuito de ocupá-las. Entretanto, a concentração fundiária brasileira herdada do período colonial pouco foi alterada contemporaneamente.

Em 1850 a Lei de Terras, instituída no Brasil Império (1822-1889), estabeleceu como único recurso para a aquisição de propriedades rurais o processo de compra, abolindo o regime de sesmarias, regulamentando a estrutura fundiária. As terras não cercadas a partir de 1850 com a Lei de Terras passaram a ser devolutas e de posse do Estado, controlado por uma forte classe de grandes proprietários (MARTINS, 1995). Muitas dessas terras foram griladas contribuindo com o aumento do número de grandes extensões de propriedades. E trabalharia para a grande fazenda, conforme Martins (1995, p. 42), "os camponeses não-proprietários, os que chegassem depois da Le ide Terras ou aqueles que não tiveram suas posses legitimadas em 1850 (...).

As terras griladas caracterizam-se pela falsificação dos documentos de posse da propriedade. Essas ações contribuíram para a territorialização dos grandes latifúndios, ou seja, a territorialização da grande propriedade no campo. Nesse mesmo período surgem outros atores sociais como os posseiros, que não tinham o domínio das terras, mas se apropriavam para sobrevivência, os arrendatários, meeiros, entre outros.

A manutenção e instalação de grandes propriedades no campo brasileiro geraram inúmeros conflitos fundiários devido, principalmente, a exploração de inúmeros camponeses. É nesse momento histórico que as lutas de resistência camponesa ganham repercussão. Podemos citar a Guerra de Canudos, na Bahia; a Guerra do Contestado no Paraná e em Santa Catarina e também, o Cangaço, uma forma de organização dos camponeses rebeldes no nordeste brasileiro.

Segundo Martins (1995, p.67), entre o final dos anos 40 e o golpe de Estado de 1964 foram vários os movimentos camponeses que surgiram nas diferentes regiões do país. Dentre eles podemos citar as Ligas Camponesas que surgiram no Nordeste brasileiro em 1955, mais especificamente no sertão pernambucano lideradas por Francisco Julião Arruda de Paula. É

nesse período, sobretudo, que a luta contra o latifúndio ganha dimensão. Conforme Oliveira (2007, p. 106):

> O movimento das ligas camponesas tem, portanto, que ser entendido, não como um movimento local, mas como manifestação nacional de um estado de tensão e injustiças a que estavam submetidos os camponeses e trabalhadores assalariados do campo e as profundas desigualdades nas condições gerais do desenvolvimento capitalista no país.

É, destarte, extremamente importante ressaltar o papel das Ligas Camponesas na luta pela terra no Brasil e na própria formação de um dos, atualmente, principais movimentos socioterritoriais, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) (FERNANDES E STÉDILE, 1999).

Do contexto da formação das Ligas Camponesas até a instauração do regime militar no país alguns encontros/reuniões contribuíram para a organização de trabalhadores rurais em algumas regiões do país. Devemos ressaltar, nesse contexto, a importância do Partido Comunista, dos sindicatos rurais e de alguns pequenos movimentos como MASTER e a União dos Lavradores e Trabalhadores (ULTAB) e, num segundo momento, da Igreja Católica nesse processo.

No período militar (1964-1985), as políticas de desenvolvimento agropecuário contribuíram e agravaram a concentração da terra e da renda no campo. Para Fernandes (1996, p. 38-39):

> A implantação dessa política agrária a qualquer preço resultou, por um lado, na manutenção dos latifúndios no Nordeste, na criação de inúmeros latifúndios na Amazônia e na disseminação da agroindústria no Centro-Sul e Nordeste, através da monocultura para exportação (soja, laranja, etc.) e da cana-de-açúcar para produção do álcool. Esse processo intensificou a concentração de terras e a expropriação dos lavradores que, impossibilitados de reproduzir a agricultura familiar, migraram em direção à Amazônia e em maior número para as cidades.

Pouco antes do golpe militar alguns projetos relacionados à reforma agrária já haviam sido definidos pelo grupo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) /Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) sendo que, futuramente, esses mesmos projetos transformar-se-iam no Estatuto da Terra de 1964. Este, por sua vez, ia de encontro aos interesses da

propriedade capitalista; prevendo, também, a ocupação de regiões pouco habitadas para solucionar os problemas sociais de outras regiões (FERNANDES, 1996).

Os governos militares criaram condições para a expansão da produção e da propriedade capitalista acentuando a concentração fundiária. De acordo com Fernandes (1996, p.31) "O capital é uma relação social que é, antes de mais nada, uma relação de expropriação e de exploração (...)". A reprodução ampliada do capital no campo e a consequente modernização da agricultura, principalmente a partir da década de 1960, expropriou inúmeros trabalhadores rurais. Estes acabaram subordinando-se ao capital através do assalariamento, venda da sua força de trabalho. As políticas agrárias desenvolvidas durante a ditadura militar no Brasil, no intuito de desmobilizar e proletarizar o campesinato, privilegiou as grandes propriedades de terras através do fornecimento de créditos e subsídios para a expansão e industrialização da mesma.

Durante os governos militares, a modernização da agricultura através de incentivos e créditos estatais, concomitantemente ao aumento das grandes propriedades de terras, a territorialização do capital e a repressão dos movimentos do campo, significaram, mais uma vez, a não realização da reforma agrária. Ou seja, a Lei de Terras, o Estatuto da Terra e as políticas instauradas nas duas décadas do regime militar em nada contribuíram com a questão da reforma agrária brasileira.

Somente na década de 1980 com a elaboração do Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) retoma-se o debate sofre a reforma agrária no país. O PNRA caracteriza-se como uma política de implementação da reforma agrária, elaborado em 1985 no governo de José Sarney. Após a estagnação econômica vivida pelo Brasil no final da década de 1970 e início da década de 1980, o período de elaboração do primeiro PNRA nos remete à redemocratização política e tentativa de estabilidade econômica no país. Todavia, vale ressaltar, que a política econômica externa incorporou o setor agrícola brasileiro como solução às dívidas externas, reforçando a concentração de terras e a especulação fundiária (CARTER, 2010).

O plano tinha como intuito dar continuidade ao Estatuto da Terra de 1964, contribuindo com a melhor distribuição de terras através da desapropriação de grandes latifúndios e o assentamento de aproximadamente 1.400.000 famílias em cinco anos. Entretanto a falta de apoio político e econômico impossibilitou a realização do plano que foi abandonado em 1986, um ano após sua elaboração. Mais uma vez a reforma agrária é deixada de lado já que a agricultura em larga escala é um dos trunfos para a economia do país.

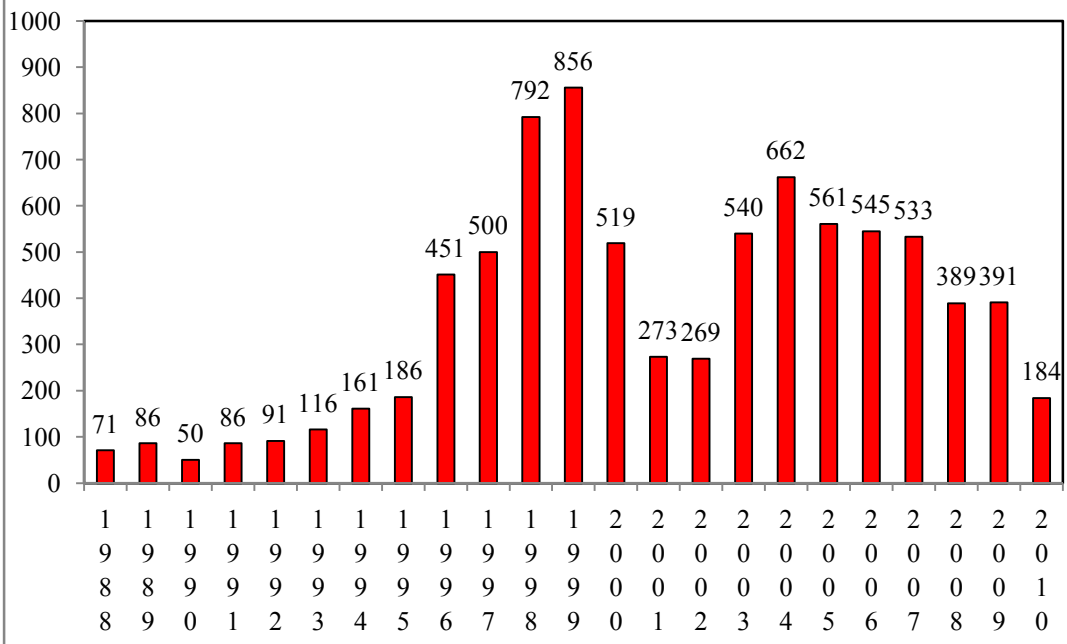
Novamente, na Constituição Federal de 1988 a reforma agrária fica para segundo plano. Apesar de existir um capítulo inteiro sobre a política agrária e os requisitos básicos para se cumprir a função social da terra, alguns deputados e senadores que defendiam o modelo agropecuário brasileiro foram contra a desapropriação de grandes propriedades ditas "produtivas", ou seja, a Constituição em nada alterou a estrutura fundiária, concordando com a permanência de latifúndios (FERNANDES, 2000).

Durante a presidência de Fernando Collor de Mello (1990-1992), defensor assíduo do modelo neoliberal, a questão agrária não sofreu nenhuma alteração significativa no que diz respeito à reforma agrária (FERNANDES, 2000). Desde a Constituição Federal até o fim do governo Collor, o DATALUTA registrou 384 ocupações de terra em todo o Brasil, com a participação de 69.783 famílias sem-terra. Devemos ressaltar, ainda, que o movimento socioterritorial que mais atuava nesse período era o MST (ver tabela 2). É neste contexto de não realização da reforma agrária que a luta pela terra através de ocupações e acampamentos entra em cena com mais intensidade

Quando Itamar Franco assumiu a presidência de 1992 até 1994, os números continuaram a aumentar. Itamar, neste período, foi a favor da desapropriação de algumas áreas na tentativa de diminuir os conflitos sociais no campo (FERNANDES, 2000).

Durante o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) ocorreram 1.929 ocupações de terra em todo o Brasil (ver gráfico 2). Os anos de 1996, 1997 e 1988 destacam-se com 451, 500 e 792 ocupações respectivamente. A intensa luta pela terra se deu pelas promessas do então presidente em assentar cerca de 280.000 famílias, apontando a reforma agrária como a solução para agricultura familiar e a segurança alimentar do país. Sendo assim, as ocupações de terras visavam denunciar os latifúndios, principalmente, improdutivos. Ocupá-los seria a melhor forma de mostrar à sociedade e aos governos a existência de inúmeras propriedades que não cumprem com a função social da terra.

Gráfico 2 - Brasil - Número de ocupações de terra - 1988-2010

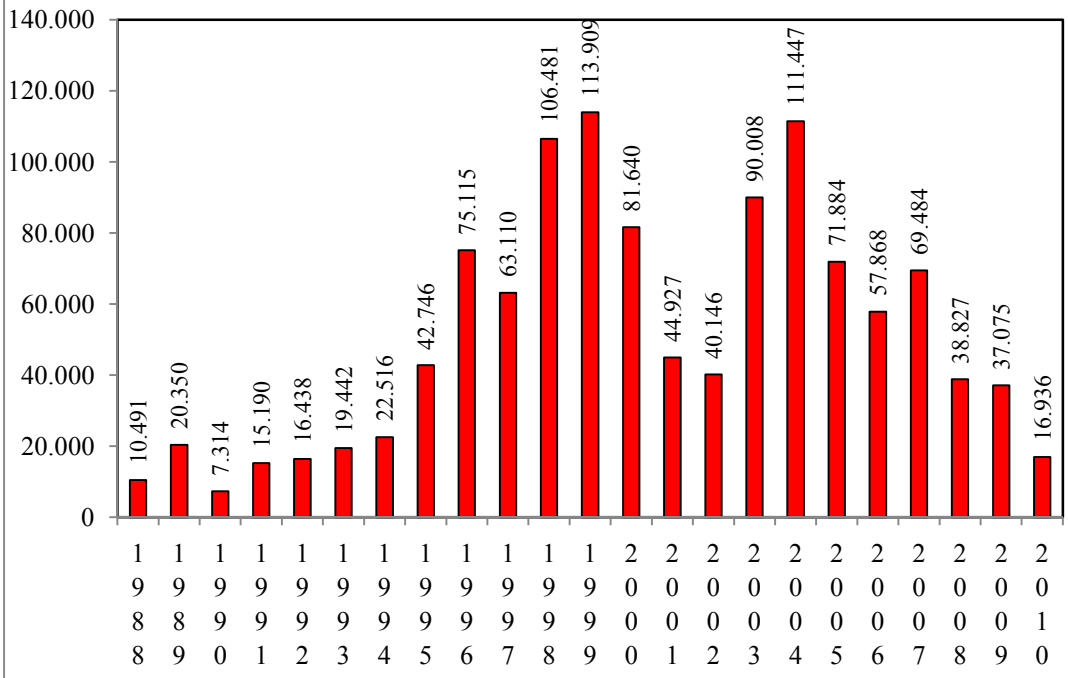


Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), 2011.

Apesar das promessas de assentar famílias sem-terra, as políticas adotadas pelo presidente nos primeiros anos do seu governo demonstravam claramente a defesa do modelo agroindustrial no campo. A implantação da reforma agrária de mercado caracteriza qual modelo o governo Fernando Henrique Cardoso defende.

No ano eleitoral de 1998 registramos um dos maiores números de ocupações e de famílias em ocupações (ver gráfico 3) da década de 1990. Anos de disputa eleitoral são estratégicos para as ações dos movimentos, pois além de denunciar a concentração fundiária pressionam os presidenciáveis a propor mudanças à estrutura agrária através de projetos e futuras políticas caso sejam (re) eleitos.

Gráfico 3 - Brasil - Número de Famílias em Ocupações de Terra - 1988-2010

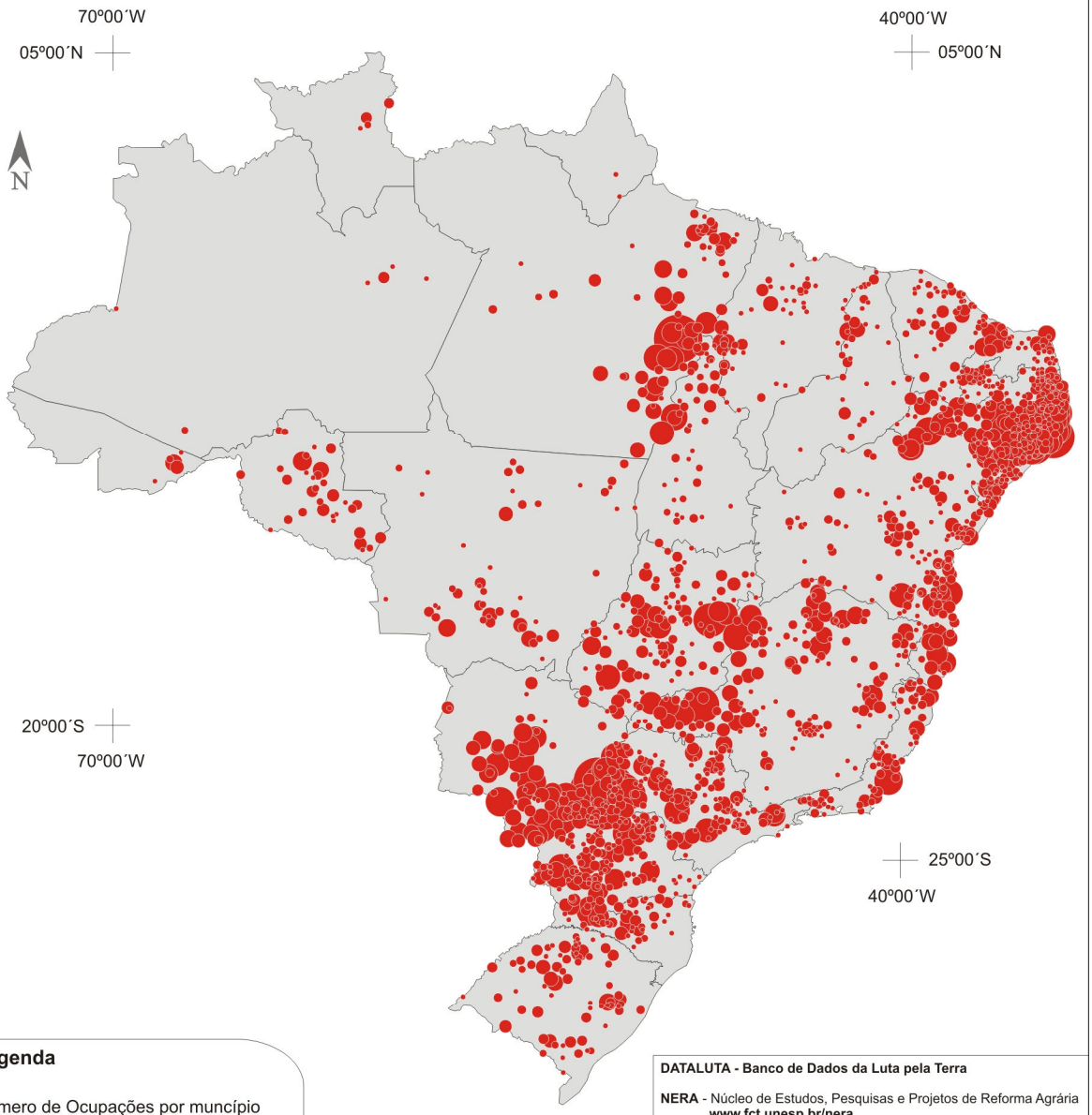


Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), 2011.

Com a reeleição de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), registramos 1917 ocupações de terra, foram 856 ocupações em 1999, 519 em 2000, 273 em 2001 e 269 em 2002 (ver gráfico 2). A significativa diminuição nas ocupações ocorreu devido à edição da Medida Provisória (MP) 2.109-52 em maio de 2001. A medida impedia a vistoria, avaliação e desapropriação de propriedades rurais ocupadas nos dois anos seguintes à sua desocupação, com objetivo de diminuir o número de ocupações de terra no Brasil. Em agosto de 2001 a MP 2.2027-38 foi substituída pela MP 2.183-56, onde além da não vistoria de propriedades ocupadas, excluía do Programa Nacional de Reforma Agrária do Governo Federal os sem-terras identificados direta ou indiretamente nas ocupações.

Geograficamente as ocupações de terra e as famílias em ocupações concentraram-se, no decorrer desses últimos, nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul. Podemos notar maior intensidade no litoral nordestino, no oeste do estado do Pará, no oeste do estado de São Paulo e nos estados de Goiás, Paraná e Mato Grosso do Sul (ver mapa 2). As famílias em ocupações seguem a mesma tendência de concentração (ver mapa 3).

Mapa 2 - Brasil - Geografia das Ocupações de Terra - 1988-2010
Número de Ocupações



Legenda

Número de Ocupações por muncípio

172
86
49
16
1

Escala Gráfica

0 250 500 750 km

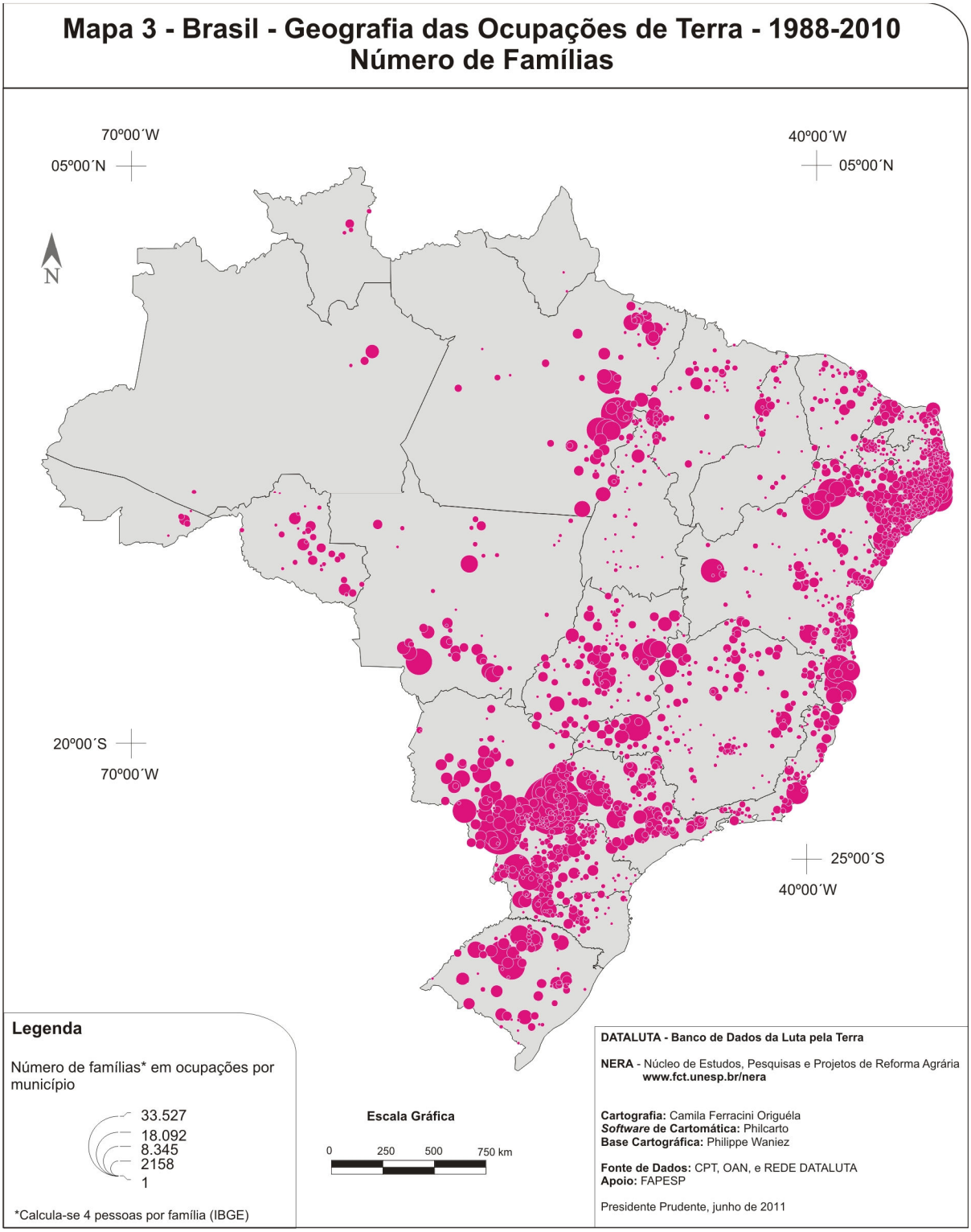
DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
www.fct.unesp.br/nera

Cartografia: Camila Ferracini Origuéla
***Software* de Cartomática:** Philcarto
Base Cartográfica: Philippe Waniez

Fonte de Dados: CPT, OAN, e REDE DATALUTA
Apoio: FAPESP

Presidente Prudente, junho de 2011



O retrocesso na luta pela terra nos anos de 2000 e 2001, principalmente, são reflexos das políticas adotadas pelo então presidente da república. Podemos notar que o número de famílias nesses anos cai pela metade praticamente (ver gráfico 3). Ainda podemos citar a "campanha" de criminalização dos movimentos sociais através, principalmente, da mídia, onde os movimentos eram responsabilizados pela violência no campo.

O primeiro mandato do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006) é marcado pelo aumento das ocupações de terras (ver gráfico 2). Nos quatro anos registramos 2.308 ocupações em todo o Brasil com a participação de 331.207 famílias. A eleição de Lula, membro do Partido dos Trabalhadores (PT), foi motivo de esperanças à luta camponesa e a tão sonhada realização da reforma agrária. Todavia, este governo enfrentou dificuldades ao tratar dessa questão. O aumento do número de ocupações se deu em consequência, justamente, do apoio que sem-terra sempre tiveram do PT e do Lula enquanto sindicalista e candidato à presidência.

Em 2003, foi apresentado o segundo PNRA durante a Conferência da Terra em Brasília. Segundo o próprio PNRA (2003) "suas metas representam a realização do maior plano de reforma agrária da história do Brasil. Até o final de 2006 serão 400 mil novas famílias assentadas; 130 mil famílias terão acesso a terra por meio do crédito fundiário e outras 500 mil adquirirão estabilidade na terra com a regularização fundiária. São mais de 1 milhão de famílias beneficiadas e mais de 2 milhões de novos postos de trabalho gerados". Abaixo podemos verificar quais as metas específicas para o plano.

Quadro 2 - Metas do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) - 2003-2006.

Meta 1	400.000 novas famílias assentadas.
Meta 2	500.000 famílias com posses regularizadas.
Meta 3	150.000 beneficiadas pelo Crédito Fundiário.
Meta 4	Recuperar a capacidade produtiva e a viabilidade econômica dos atuais assentamentos.
Meta 5	Criar 2.075.000 novos pontos permanentes de trabalho no setor reformado.
Meta 6	Implementar cadastramento georreferenciado do território nacional e regularização de 2,2 milhões de imóveis rurais.
Meta 7	Reconhecer, demarcar e titular áreas de comunidades quilombolas.
Meta 8	Garantir o reassentamento dos ocupantes não índios de áreas indígenas.
Meta 9	Promover a igualdade de gênero na Reforma Agrária.
Meta 10	Garantir assistência técnica e extensão rural, capacitação, crédito e políticas de comercialização a todas as famílias das áreas reformadas.
Meta 11	Universalizar o direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas.

Fonte: II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), 2003.

Apesar da significativa relevância do segundo PNRA seus objetivos não vão de encontro com a reforma agrária de fato, como a desapropriação de propriedades improdutivas e que não cumprem com a função social da terra. O assentamento das famílias em áreas de fronteira agrícola na Amazônia, por exemplo, caracteriza-se como uma política de compensação para diminuir os conflitos por terra, sem tocar na estrutura fundiária brasileira. E é este tipo de assentamento que verificamos nos últimos anos no Brasil (OLIVEIRA, 2006).

Com a reeleição do governo lula, o segundo mandato (2007-2010), caracteriza-se pela diminuição das ocupações de terra e pelo fortalecimento do agronegócio no Centro-Sul do país. Em 2008 o DATALUTA registrou 389 ocupações de terras, em 2009, 391, apesar do pequeno aumento, comparado a anos anteriores houve uma significativa diminuição.

Não podemos deixar de levar em consideração que juntamente com a elaboração de planos para a reforma agrária, o atual governo não deixou de incentivar políticas que contribuem com a territorialização do agronegócio no campo, deixando de lado a imagem do latifúndio que nada produz para acentuar a produtividade de commodities, principalmente. O agronegócio brasileiro é de imensa importância para a economia, pois equilibra a mesma através da exportação dos seus produtos, ou seja, contribui com a elevação do superáfit, que é o que sustenta o Brasil no exterior.

Novamente a agricultura tem sido o trunfo do governo para diminuir dívidas externas, como aconteceu na década de 1980. O agronegócio, fruto da aliança entre o latifúndio, as grandes empresas multinacionais e os subsídios estatais, com apoio da bancada ruralista no Congresso, está se tornando o grande inimigo das lutas camponesas e da reforma agrária. Na safra de 2010/2011, por exemplo, o governo irá destinar cerca de R$ 116 bilhões em crédito para o Plano Agrícola e Pecuário no país, segundo o Plano Agrícola e Pecuário do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Para o agronegócio está previsto um investimento de aproximadamente R$ 100 bilhões de reais, um aumento de 8% em relação à última safra. Enquanto que a agricultura familiar receberá 16 bilhões de reais. Os recursos do governo impulsionarão a produção em larga escala de cana-de-açúcar, soja, milho, algodão.

A desilusão com o governo federal em relação à criação de assentamentos diminuiu o contingente de famílias acampadas e consequentemente de ocupações nos últimos anos (ver tabela 1). De acordo com o DATALUTA desde 2003, início do governo Lula, até 2009 foram obtidos 2.673 assentamentos rurais, destes 606 na região Norte, 1.326 na região Nordeste, 424 na região Centro-Oeste, 216 na região Sudeste e, por fim, 101 na região Sul. Vale ressaltar que há uma grande discussão sobre os números da reforma agrária. Alguns estudiosos defendem a idéia de que o INCRA infla os números (OLIVEIRA, 2006). Políticas de

obtenção de assentamentos como regularização, reconhecimento, compra de terras e doação são também consideradas como reforma agrária pelo governo e não só a desapropriação de terras (SANTOS, 2010). Movimentos, como o MST, não consideram a regularização de terras, por exemplo, como reforma agrária, pois esta não beneficia famílias que estão acampadas, mas sim famílias que já estão na terra.

Segundo Sauer (2010), a diminuição da luta e das mobilizações nos últimos dois anos ocorreu devido ao diálogo entre o presidente Lula e os movimentos socioterritoriais. Na gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso a criminalização dos movimentos e da luta pela terra era constante através da criminalização dos movimentos. Todavia, quando Lula assumiu a presidência o diálogo com os movimentos passou a ser um trunfo utilizado pelo governo para equilibrar os assuntos agrários no país. As contradições do governo Lula quanto à realização da reforma agrária se encontram justamente em manter relações tanto com os movimentos socioterritoriais quanto com a União Democrática Ruralista (UDR) e o agronegócio. Há, portanto, dois movimentos no Brasil, o a favor da reforma agrária, no caso os movimentos socioterritoriais e o contra a reforma, os ruralistas. Estes movimentos disputam modelos de desenvolvimento territoriais completamente distintos, sendo que o primeiro é o modelo da agricultura familiar e o segundo do agronegócio.

> [...] O governo Lula abriu espaço para o diálogo, mas não realizou ações governamentais significativas relacionadas à real democratização da propriedade da terra, deixando os movimentos sociais em dificuldade. Criou também diferentes perspectivas e novos desafios para as organizações do campo, uma vez que suas agendas políticas oposicionistas devem ser remodeladas para se adequarem a um governo amigo, mantendo as demandas e mobilizações sociais por reforma agrária (SAUER, 2010, p. 97).

Nas últimas décadas a ocupação de terra tem sido realizada por famílias normalmente organizadas em movimentos socioterritoriais. Além dessas famílias, comunidades quilombolas e indígenas e, ainda os chamados posseiros tem aparecido com freqüência nos dados sobre ocupações registrados pela CPT e DATALUTA. A partir das considerações de Oliveira (2011), a luta pela terra em 2010 foi extremamente peculiar no que diz respeito ao protagonismo dos posseiros em detrimento aos sem-terra nos conflitos registrados no campo. Os posseiros conduziram a luta pela terra, seguidos pelos sem-terra, quilombolas e, por fim, os indígenas. Os posseiros e os sem-terra enquanto camponeses e os quilombolas e indígenas enquanto populações tradicionais no cenário nacional das ocupações de terra. Podemos compreender o aumento dos conflitos com posseiros se levarmos em consideração o avanço

do agronegócio em áreas de fronteiras agrícolas, como ocorre na Amazônia. Conforme Fernandes (2000):

> Os posseiros ocupam terras, predominantemente, nas faixas das frentes de expansão, em áreas de fronteiras. Com o avanço da frente pioneira, ocorre o processo de expropriação desses camponeses, desenvolvido, principalmente pela grilagem de terra, por latifundiários e empresários. Os sem terra ocupam terras, predominantemente, em regiões onde o capital já se territorializou. Ocupam latifúndios - propriedades capitalistas - terras de negócio e exploração – terras devolutas e ou griladas."

No quadro abaixo podemos observar melhor quais os 21 movimentos socioterritoriais que atuaram nas ocupações de terra em 2010 e os estados onde esses movimentos atuaram. Neste caso contemplamos apenas os sem-terra e os quilombolas e indígenas.

Quadro 3 - Brasil - Movimentos socioterritoriais e Estados onde Atuaram - 2010.

Nº	Sigla	Nome do movimento socioterritorial	Estados
1	ABUST	Associação Brasileira do Uso Social da Terra	SP
2	CETA	Coordenação Estadual de Trabalhadores Assentados	BA
3	CODEVISE	Comitê de Defesa das Vítimas de Santa Elina	RO
4	CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura	BA, CE, MG, PA, PR
5	CPT	Comissão Pastoral da Terra	AL, PE
6	CUT	Central Única dos Trabalhadores	SP
7	FERAESP	Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo	SP
8	FETRAF	Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar	PA, SP
9	MCP	Movimento dos Conselhos Populares	CE
10	MLST	Movimento de Libertação dos Sem Terra	MG, AL
11	MLT	Movimento de Luta pela Terra	SP
12	MOVIMENTOS INDÍGENAS	Movimentos Indígenas	BA, ES, MG, MS, RR, RS, SC
13	MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	AL, BA, CE, GO, MG, MS, PA, PB,
14	MST da Base	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra da Base	SP
15	MSTR	Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais	RO, ES
16	MTL	Movimento Terra, Trabalho e Liberdade	MG
17	MTR	Movimento dos Trabalhadores Rurais	MT
18	MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra	SP
19	QUILOMBOLAS	Quilombolas	MG
20	TERRA LIVRE	Movimento Popular do Campo e da Cidade	GO
21	VIA CAMPESINA	Via Campesina	MG

Fonte: Banco de Dados de Luta pela Terra (DATALUTA), 2011.

Oliveira (2011) ao estudar as ocupações de terra que ocorreram nos últimos anos no Brasil denominou o período do primeiro mandato do governo Luís Inácio Lula da Silva e o

significativo aumento no número de ocupações de terra (ver gráfico 2), devido principalmente à esperança por parte das famílias sem-terra para com a realização da reforma agrária pelo governo federal, como "a não reforma agrária" ou "a reforma agrária que o agronegócio queria" pela não criação de assentamentos rurais em áreas de domínio do agronegócio ou a criação apenas em áreas de interesse do próprio agronegócio. Este é um dos grandes entraves para a realização da reforma agrária no Brasil, seu avanço sem medida no campo proporciona o acirramento da disputa territorial já existente entre camponês e capital, além do aumento da compra de terras nacionais por empresas transnacionais, o que Fernandes (2011) denominou de estrangeirização de terras.

Apesar do aumento no número de ocupações no início do século XXI, mais precisamente nos anos 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007, a territorialização camponesa através da criação de assentamentos rurais não foi prioridade nas políticas efetivadas pelo governo federal, o que comprova o desinteresse do mesmo na realização da reforma agrária.

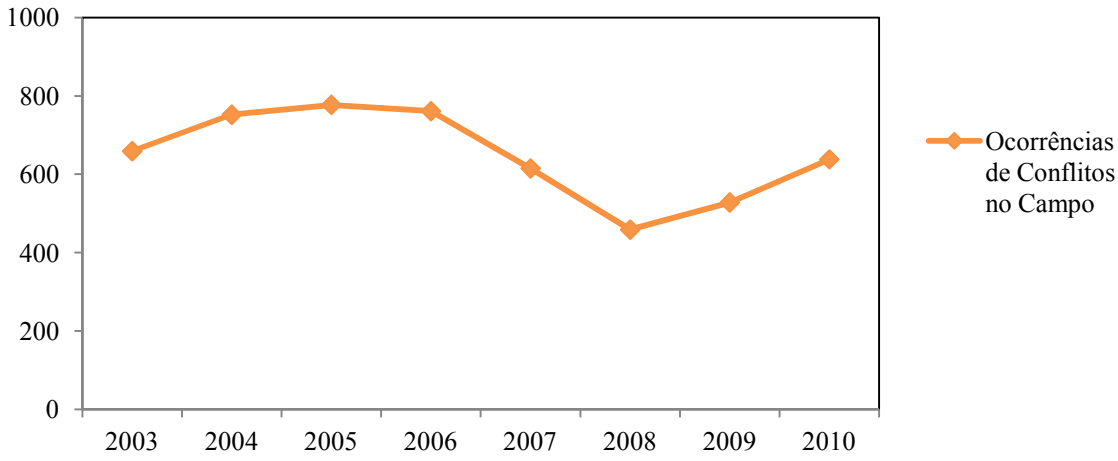
Se considerarmos todos os assentamentos criados no primeiro período do governo Lula, segundo o DATALUTA, chegaremos ao número de 2.165 novos assentamentos. Todavia, analisando as políticas de criação de assentamentos rurais observamos que destes apenas 55% são frutos de desapropriação de terras (SANTOS, 2010); o que nos indica que apesar da criação de assentamentos rurais e do aumento do chamado território camponês, o que é um grande avanço, apenas um pouco mais da metade dos assentamentos criados são frutos da desapropriação de terras e contemplam famílias acampadas. A não contemplação de famílias acampadas é um dos elementos que explicam a diminuição no número de ocupações de terra (ver gráfico 2) e de famílias em ocupações (ver gráfico 3) nos últimos três anos, principalmente.

Ainda conforme Oliveira (2011), o segundo mandato do governo Luís Inácio Lula da Silva pode ser denominado como "a contra-reforma agrária aliada à expansão do agronegócio no Brasil" devido, primeiramente, ao não assentamento de 250.510 famílias[6], meta prevista pelo II e, segundo, pela instituição das medidas provisórias 422 (Lei nº 11.763 - 1/8/2008) e a 458 (Lei nº 11.592 - 25/6/2009), ampliando "as possibilidades de regularização da grilagem da terra pública rural e urbana na Amazônia Legal" (OLIVEIRA, 2011, p. 56). Ainda, como consequência, "o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) criou o Programa Terra

[6] Devemos ressaltar que Oliveira (2011) não considera como assentamento rural as áreas frutos de reconhecimento, regularização fundiária, doação e compra de terras mas, sim, as áreas desapropriadas para fins de reforma agrária. Portanto, apesar do INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária anunciar que assentou 573.000 famílias no governo Lula, o autor considera apenas 197.000 famílias, que foram as assentadas em áreas desapropriadas.

Legal para regularizar as terras públicas do INCRA, griladas pelo agronegócio" (OLIVEIRA, 2011, p. 56). Em virtude da "contra-reforma agrária" o número de conflitos no campo aumentou em 2010 (ver gráfico 4)[7], principalmente na Amazônia Legal, e, ainda, os posseiros realizaram mais ações no que diz respeito a luta pela terra que os próprios sem-terra, já citado em parágrafos anteriores (OLIVEIRA, 2011).

Gráfico 4 - Brasil - Número de Ocorrências de Conflitos no Campo - 2003-2010



Fonte: Comissão Pastoral da Terra (CPT), 2011.

O aumento no número de conflitos no campo em 2010, contraditório à diminuição no número de ocupações de terra e de novos acampamentos formados, compreendem a luta pela terra em 2010. Podemos explicar o aumento no número de conflitos a partir do número de assassinatos registrados, por exemplo, 30, 5 assassinatos a mais que em 2009; o maior número registrado nos últimos quatro anos.

Se analisarmos as ocupações registradas em cada região temos a seguinte distribuição:

[77] No gráfico 3 apresentamos somente o número de ocorrências de conflitos no campo, sem contar o número de ocupações de terra e de acampamentos. Se contabilizarmos esses números o total de conflitos por terra seria praticamente igual em 2009 e 2010, com 854 e 853, respectivamente.

Tabela 3 - Brasil - Número de Ocupações e de Famílias por Estado e Macrorregiões - 2010.

Região/UF	Nº ocupações	%	Nº famílias	%
Norte	**10**	**5,43**	**1.441**	**8,51**
AC	1	0,54	35	0,21
AM	0	0,00	0	0,00
AP	0	0,00	0	0,00
PA	7	3,80	1.298	7,66
RO	1	0,54	100	0,59
RR	1	0,54	8	0,05
TO	0	0,00	0	0,00
Nordeste	**84**	**45,65**	**9.145**	**54,00**
AL	8	4,35	573	3,38
BA	27	14,67	2.566	15,15
CE	5	2,72	1.615	9,54
MA	0	0,00	0	0,00
PB	5	2,72	518	3,06
PE	33	17,93	3.288	19,41
PI	0	0,00	0	0,00
RN	2	1,09	325	1,92
SE	4	2,17	260	1,54
Centro-Oeste	**14**	**7,61**	**1.629**	**9,62**
DF	0	0,00	0	0,00
GO	6	3,26	920	5,43
MS	5	2,72	566	3,34
MT	3	1,63	143	0,84
Sudeste	**63**	**34,24**	**4.205**	**24,83**
ES	2	1,09	67	0,40
MG	23	12,50	2.042	12,06
RJ	1	0,54	200	1,18
SP	37	20,11	1.896	11,20
SUL	13	7,07	516	3,05
PR	9	4,89	241	1,42
RS	2	1,09	65	0,38
SC	2	1,09	210	1,24
Brasil	**184**	**100,00**	**16.936**	**100,00**

Fonte: Banco de Dados da Luta Pela Terra (DATALUTA), 2011.

Das 184 ocupações de terra registradas pelo DATALUTA no Brasil, 84 ocorreram na região Nordeste, seguida de 63 na região Sudeste. Em relação ao número de famílias em ocupações forma 9.145 na primeira e 4.205 na segunda. O Nordeste possui uma realidade bem diferente do resto do país no que diz respeito à luta pela terra. Sendo assim, não podemos fazer considerações precipitadas sobre esta região no que diz respeito às mudanças nas ocupações de terra, pois apesar da diminuição em números gerais é uma das regiões com o

maior contingente de famílias acampadas (procurar fonte). Sendo assim, quando nos referimos a algumas mudanças nas ocupações de terra temos como exemplo o Pontal do Paranapanema-SP, onde todos os trabalhados de campo da pesquisadora foram realizados, de modo que não podemos generalizar esta realidade para todo o país. Mas também não podemos deixar de notar a contribuição desta realidade para a compreensão da luta pela terra nesses últimos anos.

Quanto a localização das ocupações, para melhor apresentação, elaborados os mapas 3 e 4, com o número de ocupações e o número de famílias em ocupações em 2010, respectivamente. E mais uma vez podemos observar que as ações concentram-se nas regiões Nordeste e Sudeste.

Mapa 4 - Brasil - Geografia das Ocupações de Terras - 2010
Número de Ocupações

Legenda

Número de Ocupações por muncípio

172
86
49
16
1

Escala Gráfica

0 250 500 750 km

DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
www.fct.unesp.br/nera

Cartografia: Camila Ferracini Origuéla
***Software* de Cartomática:** Philcarto
Base Cartográfica: Philippe Waniez

Fonte de Dados: CPT, OAN, e REDE DATALUTA
Apoio: FAPESP

Presidente Prudente, junho de 2011

Em escala nacional, a diminuição do número de ocupações de terra e acampamentos é um dos principais elementos para compreender a questão agrária atual. Já, em escala regional, como veremos no próximo capítulo, não só a diminuição dos números explica a luta pela terra mas, também, um conjunto de outros fatores que proporcionam uma nova dinâmica à região do Pontal do Paranapanema.

4. A LUTA PELA TERRA NO PONTAL DO PARANAPANEMA-SP: DISCUSSÃO SOBRE AS MUDANÇAS NAS OCUPAÇÕES DE TERRA E ACAMPAMENTOS

4.1. Mudanças na Luta pela Terra no Pontal do Paranapanema-SP

A luta pela terra no Pontal do Paranapanema possui, atualmente, uma nova dinâmica devido, principalmente, às ações do Estado, do capital e do próprio campesinato. Neste capítulo serão apresentados os principais elementos que proporcionam esta dinâmica, como: a diminuição no número de ocupações de terra e acampamentos, as dissensões dos movimentos socioterritoriais, os processos de mobilização de família que se concentram nas cidades, a conciliação da vida no acampamento com outras atividades, o avanço do agronegócio canavieiro e a disputa territorial, a repressão aos movimentos socioterritoriais e a demora na arrecadação de terras para a implantação de assentamentos rurais.

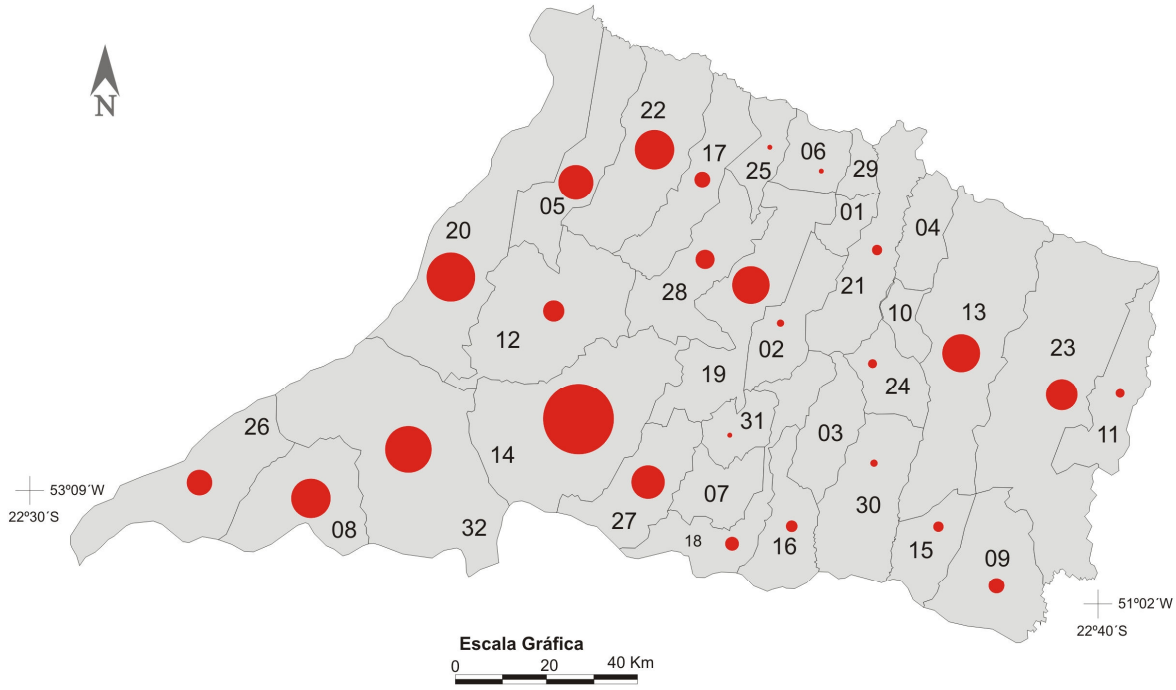
Poucos estudos procuram compreender a dinâmica das ocupações de terra e acampamentos ao priorizarem pesquisas sobre assentamentos rurais e movimentos socioterritoriais. Entretanto, a luta pela terra através de ocupações e acampamentos é o primeiro e principal elemento para que alguns tipos de assentamentos rurais sejam criados. Segundo Santos (2010), existem diferentes políticas de obtenção de assentamentos rurais no Brasil, dentre elas temos: desapropriação, regularização, reconhecimento e compra de terras. Destas, apenas as desapropriações de terras contemplam famílias acampadas e organizadas em movimentos socioterritoriais.

O MST deu início às suas ações no Pontal do Paranapanema, localizado no extremo oeste do estado de São Paulo e formado por 32 municípios, no ano de 1990 (THOMAZ JUNIOR, 2009), o que possibilitou o processo de enfrentamento entre latifundiários e trabalhadores rurais expropriados que, através de ocupações de terras e acampamentos questionaram a legitimidade da posse da terra na região. Desde então, inúmeras ocupações de terra foram realizadas em quase todos os municípios da região (ver mapa 6), com a participação de famílias sem-terra (ver mapa 7). Conforme Feliciano (2006):

> O Pontal do Paranapanema, que possui como seus limites físicos o rio Paranapanema (fronteira com o estado do Paraná), o rio Paraná (fronteira com o Mato Grosso do Sul) e o rio do Peixe (que o separa da região da Alta Paulista), passou por um intenso processo de grilagem de terras desde o início do século XX. Segundo o ITESP, essa região possui cerca de 321 mil hectares de áreas devolutas, portanto pertencentes ao governo estadual, sendo que a maioria delas está ocupada irregularmente pelos fazendeiros. O

movimento camponês viu nessa irregularidade a possibilidade de luta para sua recriação. Por isso sua atuação é forte nessa região (p. 179).

Mapa 6 - Pontal do Paranapanema - Geografia das Ocupações de Terra - 1988-2010
Número de Ocupações



Índice de Municípios

01 - Alfredo Marcondes
02 - Álvares Machado
03 - Anhumas
04 - Caiabu
05 - Caiuá
06 - Emilianópolis
07 - Estrela do Norte
08 - Euclides da Cunha Paulista
09 - Iepê
10 - Indiana
11 - João Ramalho
12 - Marabá Paulista
13 - Martinópolis
14 - Mirante do Paranapanema
15 - Nantes
16 - Narandiba
17 - Piquerobi
18 - Pirapozinho
19 - Presidente Bernardes
20 - Presidente Epitácio
21 - Presidente Prudente
22 - Presidente Venceslau
23 - Rancharia
24 - Regente Feijó
25 - Ribeirão dos Índios
26 - Rosana
27 - Sandovalina
28 - Santo Anastácio
29 - Santo Expedito
30 - Taciba
31 - Tarabaí
32 - Teodoro Sampaio

Legenda

Número de Ocupações por município

172
86
49
16
1

DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra

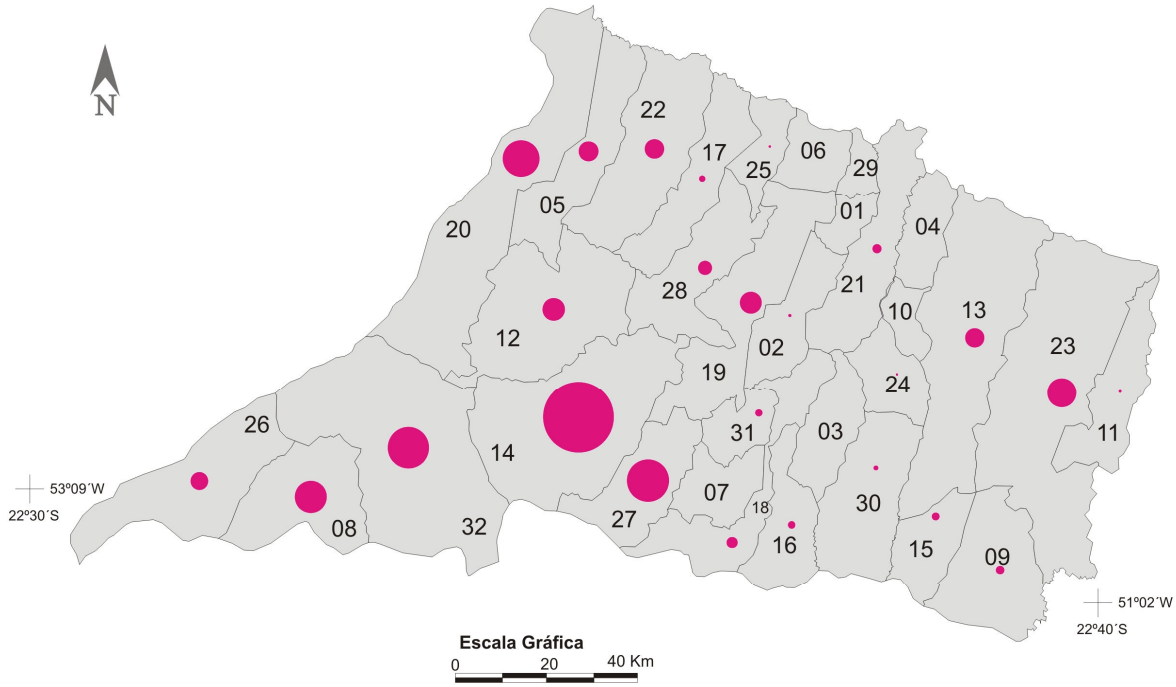
NERA: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
www.fct.unesp.br/nera

Cartografia: Camila Ferracini Origuéla
***Software* de Cartomática:** Philcarto
Base cartográfica: Philippe Waniez

Fonte de Dados : CPT, OAN e DATALUTA (NERA)
Apoio: FAPESP

Presidente Prudente, junho de 2011

Mapa 7 - Pontal do Paranapanema - Geografia das Ocupações de Terra - 1988-2010
Número de Famílias em Ocupações



Índice de Municípios

01 - Alfredo Marcondes
02 - Álvares Machado
03 - Anhumas
04 - Caiabu
05 - Caiuá
06 - Emilianópolis
07 - Estrela do Norte
08 - Euclides da Cunha Paulista
09 - Iepê
10 - Indiana
11 - João Ramalho
12 - Marabá Paulista
13 - Martinópolis
14 - Mirante do Paranapanema
15 - Nantes
16 - Narandiba
17 - Piquerobi
18 - Pirapozinho
19 - Presidente Bernardes
20 - Presidente Epitácio
21 - Presidente Prudente
22 - Presidente Venceslau
23 - Rancharia
24 - Regente Feijó
25 - Ribeirão dos Índios
26 - Rosana
27 - Sandovalina
28 - Santo Anastácio
29 - Santo Expedito
30 - Taciba
31 - Tarabaí
32 - Teodoro Sampaio

Legenda

Número de famílias* em ocupações por município

33.527
18.092
8.345
2.158
1

*Calcula-se 4 pessoas por família (IBGE)

DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra

NERA: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
www.fct.unesp.br/nera

Cartografia: Camila Ferracini Origuéla
***Software* de Cartomática:** Philcarto
Base cartográfica: Philippe Waniez

Fonte de Dados : CPT, OAN e DATALUTA (NERA)
Apoio: FAPESP

Presidente Prudente, junho de 2011

O histórico de grilagem de terras[8], desmatamentos e pastagens do Pontal do Paranapanema, nos últimos anos, mais precisamente a partir de 2006, está sendo

[8] A grilagem de terras pode ser caracterizada como a prática de emissão de títulos de propriedades falsos (THOMAZ JUNIOR, 2009).

gradativamente substituído por plantações de cana-de-açúcar (THOMAS JUNIOR, 2009). De acordo com Fernandes e Welch (2008 p. 48), que concordam com a conceituação de Davis e Goldberg (1957), o agronegócio pode se interpretado como "um complexo de sistemas que compreende agricultura, indústria, mercado e finanças". E, ainda, segundo esses mesmos autores:

> (...) O movimento desse complexo e suas políticas formam um modelo de desenvolvimento econômico controlado por corporações transnacionais, que trabalham com um ou mais *commodities* e atuam em diversos outros setores da economia. Compreendemos que essa condição confere às transnacionais do agronegócio um poder extraordinário que possibilita a manipulação dos processos em todos os sistemas do complexo.

No caso específico do Pontal do Paranapanema, o agronegócio canavieiro é o mais expressivo e que tem disputado territórios com camponeses sem-terra e assentados. Estes, particularmente, têm arrendado parte dos seus lotes para usinas de cana-de-açúcar da região, acreditando ser mais lucrativos arrendar do que produzir (Gonçalves, 2011).

A partir dos resultados de alguns trabalhos de campo nos municípios de Mirante do Paranapanema, Presidente Bernardes, Sandovalina e Teodoro Sampaio é possível observar o avanço do agronegócio canavieiro em fazendas antes improdutivas, um exemplo disso é quando encontramos em uma mesma área a produção de cana-de-açúcar e a pecuária extensiva, demonstrando que a primeira está avançando sob a segunda (ver tabela 6)[9] (ver anexos 1, 2 e 3).

[9] Todas as propriedades apresentadas na tabela já foram, em algum momento, ocupadas por movimentos socioterritoriais que atuam ou atuaram na região.

Quadro 4 - Propriedades do Pontal do Paranapanema e suas Produções - 2010.

Município	Propriedade	Produção
Teodoro Sampaio	Fazenda São João	Cana-de-Açúcar
Teodoro Sampaio	Fazenda Odebrech	Cana-deAçúcar
Teodoro Sampaio	Fazenda Santa Isabel II	Cana-de-Açúcar
Teodoro Sampaio	Fazenda Bonanza	Pecuária Extensiva
Teodoro Sampaio	Fazenda Barracão de Zinco	Cana-de-Açúcar
Teodoro Sampaio	Fazenda Beira-Rio	Cana-de-Açúcar/Pecuária Extensiva
Teodoro Sampaio	Fazenda Copacabana	Cana-deAçúcar/Pecuária Extensiva
Teodoro Sampaio	Fazenda Curumim	Cana-deAçúcar
Teodoro Sampaio	Fazenda Margarete	Pecuária Extensiva
Teodoro Sampaio	Fazenda Planaltina/Planalto	Pecuária Extensiva
Teodoro Sampaio	Fazenda Santa Ida	Pecuária Extensiva
Teodoro Sampaio	Fazenda Santa Maria	Cana-de-Açúcar
Teodoro Sampaio	Fazenda São José	Cana-de-Açúcar
Teodoro Sampaio	Fazenda São Sebastião	Pecuária Extensiva
Teodoro Sampaio	Sítio São Carlos	Pecuária Extensiva
Teodoro Sampaio	Fazenda 6R	Pecuária Extensiva
Teodoro Sampaio	Fazenda Bananal	Pecuária Extensiva
Sandovalina	Fazenda Santa Fé	Pecuária Extensiva
Sandovalina	Fazenda Ipezal/São Manuel	Cana-de-Açúcar
Sandovalina	Fazenda Santa Irene	Cana-de-Açúcar/Pecuária Extensiva
Sandovalina	Fazenda São Domingos I	Cana-de-Açúcar/Pecuária
Sandovalina	Área da Duque Energia	Milho
Sandovalina	Fazenda Santa Rita	Cana-de-Açúcar/Pecuária Extensiva
Mirante do Paranapanema	Fazenda Dumontina/Cruzeiro do Sul	Pecuária Extensiva
Presidente Bernardes	Fazenda São Luís	Cana-deAçúcar/Pecuária Extensiva
Presidente Bernardes	Fazenda Guarani	Pecuária Extensiva

Fonte: Trabalho de Campo, 2010.

A disputa territorial entre campesinato e agronegócio é um dos principais elementos que explicam a nova dinâmica da luta pela terra. As ocupações e acampamentos que durante as décadas de 1980 e 1990 questionavam a improdutividade e legitimidade das grandes propriedades, com a expansão da produção de cana-de-açúcar no estado de São Paulo, chegando ao Pontal do Paranapanema em 2006 (ver tabela 4) (Acervo DATALUTA JORNAL) isso não é mais possível, pois o INCRA não vistoria propriedades produtivas.

Tabela 4 - Município - cana-de-açúcar (hectare) - 95/96-07/08

Municípios	LUPA (1995/96)	%	LUPA (2007/08)	%	Crescimento (Há)
Alfredo Marcondes	123,4	0,2	149,2	0,1	25,8
Álvares Machado	340,5	0,5	482,8	0,2	142,3
Anhumas	101,2	0,2	6.809,0	2,6	6.707,8
Caiabu	2.058,8	3,3	9.895,4	3,8	7.836,6
Caiuá	3.032,9	4,9	6.395,6	2,5	3.362,7
Emilianópolis	121,1	0,2	5.706,1	2,2	5.585,0
Estrela do Norte	89,5	0,1	6.204,4	2,4	6.114,9
Euclides da Cunha	1.901,5	3,1	136,5	0,1	-1.765,0
Iepê	5.703,2	9,2	10.961,9	4,2	5.258,7
Indiana	88,2	0,1	223,4	0,1	135,2
João Ramalho	4.409,9	7,1	15.709,3	6,0	11.299,4
Marabá Paulista	3.364,8	5,4	13.335,6	5,1	9.970,8
Martinópolis	4.719,8	7,6	27.922,8	10,7	23.203,0
Mirante do Paranapanema	1.805,4	2,9	6.799,1	2,6	4.993,7
Nantes	0,0	0,0	5.627,3	2,2	5.627,3
Narandiba	93,4	0,2	5.256,7	2,0	5.163,3
Piquerobi	70,4	0,1	3.171,4	1,2	3.101,0
Pirapozinho	506,0	0,8	16.749,5	6,4	16.243,5
Presidente Bernardes	2.529,8	4,1	3.103,8	1,2	574,0
Presidente Epitácio	88,0	0,1	1.794,1	0,7	1.706,1
Presidente Prudente	4.392,7	7,1	9.785,0	3,8	5.392,3
Presidente	1.545,3	2,5	9.574,5	3,7	8.029,2
Rancharia	5.255,8	8,4	22.300,0	8,6	17.044,2
Regente Feijó	1.212,2	1,9	2.078,9	0,8	866,7
Ribeirão dos Índios	0,0	0,0	3.174,6	1,2	3.174,6
Rosana	182,0	0,3	622,9	0,2	440,9
Sandovalina	91,9	0,1	19.425,6	7,5	19.333,7
Santo Anastácio	1.844,5	3,0	4.619,7	1,8	2.775,2
Santo Expedito	88,5	0,1	1.998,3	0,8	1.909,8
Taciba	3.154,6	5,1	17.675,4	6,8	14.520,8
Tarabaí	65,2	0,1	2.716,9	1,0	2.651,7
Teodoro Sampaio	13.257,6	21,3	19.726,6	7,6	6.469,0
Total	**62.238,1**	**100,0**	**260.132,3**	**100,0**	**197.894,2**

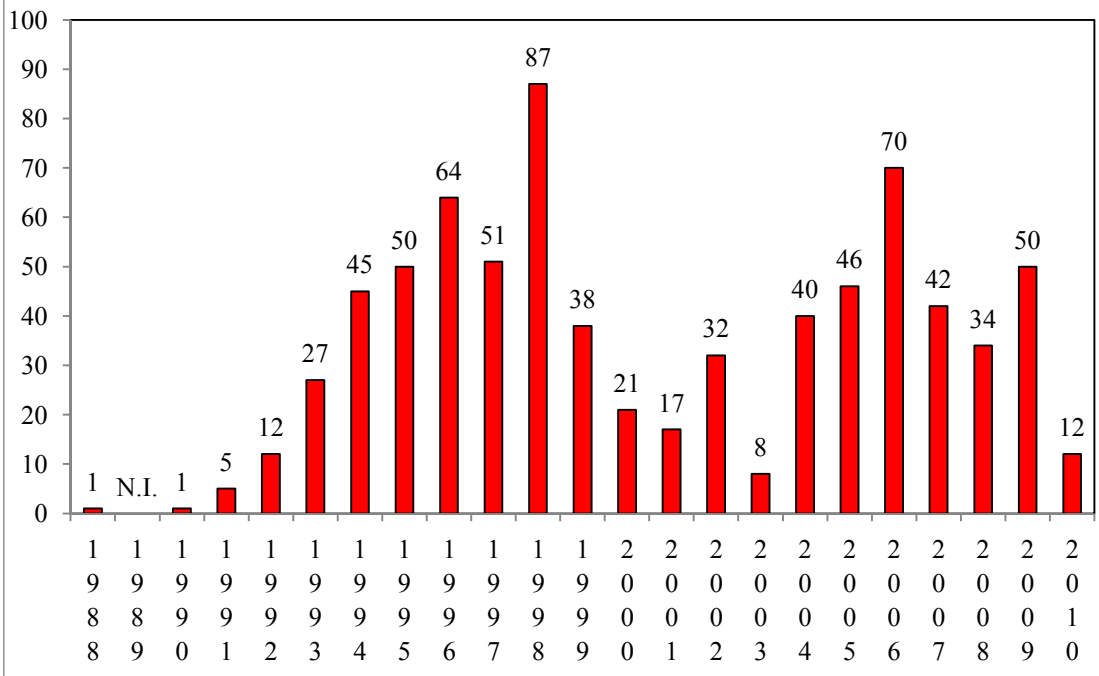
Fonte: SOBREIRO FILHO, J. (2011).

O avanço deste tipo de produção em fazendas antes improdutivas, também, proporcionou que algumas ocupações fossem realizadas em terras do agronegócio (Acervo DATALUTA JORNAL). A intenção dos movimentos ao ocuparem essas terras é a de contestar um tipo de desenvolvimento territorial rural antagônico ao modelo sustentável, com bases na agricultura camponesa e, ainda, reivindicar as terras públicas griladas que atualmente são destinadas a produção de cana-de-açúcar, como é o caso da fazenda São Domingos I, ocupada pelo MST em abril de 2011 e reivindicada pelas famílias do acampamento Dorcelina, que será analisado nos próximos capítulos.

Mais um indício de que com a chegada do agronegócio canavieiro na região as ocupações de terra e acampamentos diminuíram é que no ano de 2005 havia 47 acampamentos na região, levando em consideração todos os movimentos socioterritoriais atuando em ocupações de terra nesse ano, segundo Feliciano (2006). A partir de 2006, com o avanço do agronegócio, esses números foram diminuindo gradativamente.

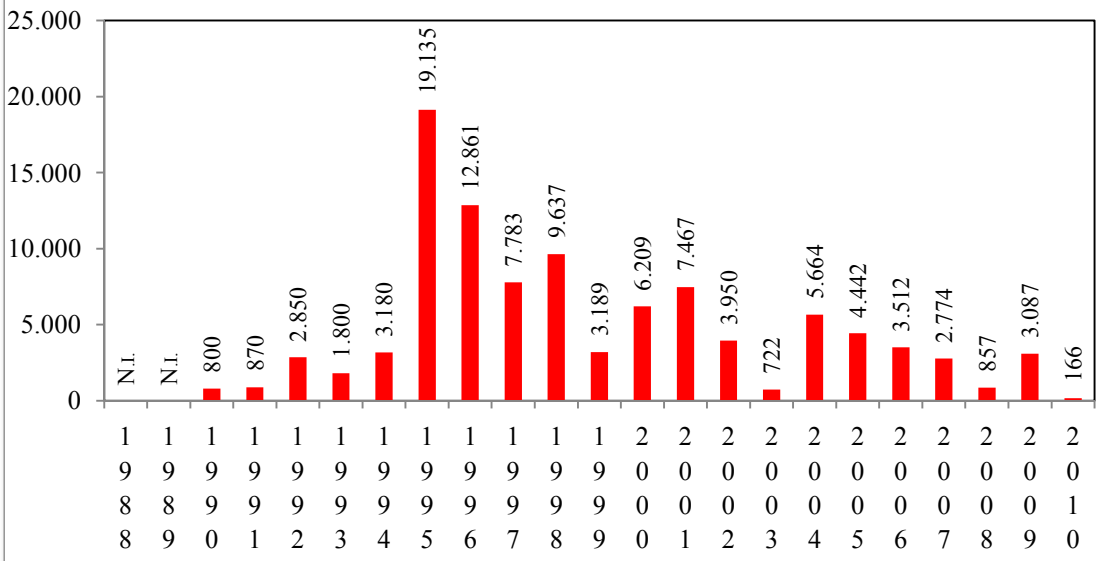
Nos gráficos 5 e 6 é possível observar o movimento dos números de ocupações de terra e famílias em ocupações no Pontal do Paranapanema de 1988 a 2010.

Gráfico 5 - Pontal do Paranapanema - Número de Ocupações - 1988-2010



Fonte: Banco de Dados da Luta Pela Terra (DATALUTA), 2011.

Gráfico 6 - Pontal do Paranapanema - Número de Famílias em Ocupações - 1988-2010



Fonte: Banco de Dados da Luta Pela Terra (DATALUTA), 2011.

Além de toda a disputa territorial entre latifúndio-agronegócio e camponeses sem-terra, outros elementos dão forma à luta pela terra no Pontal do Paranapanema, especificamente. O Estado ao legitimar a reivindicação de terras por parte de famílias acampadas ligadas a determinado movimento socioterritorial cria o que denominamos de assentamentos rurais. A criação destes, juntamente com todo um aparato de investimentos em infra-estrutura, produção, crédito, entre outros, entusiasma novas famílias a ocuparem, a acamparem e assim reivindicar a criação de novos assentamentos.

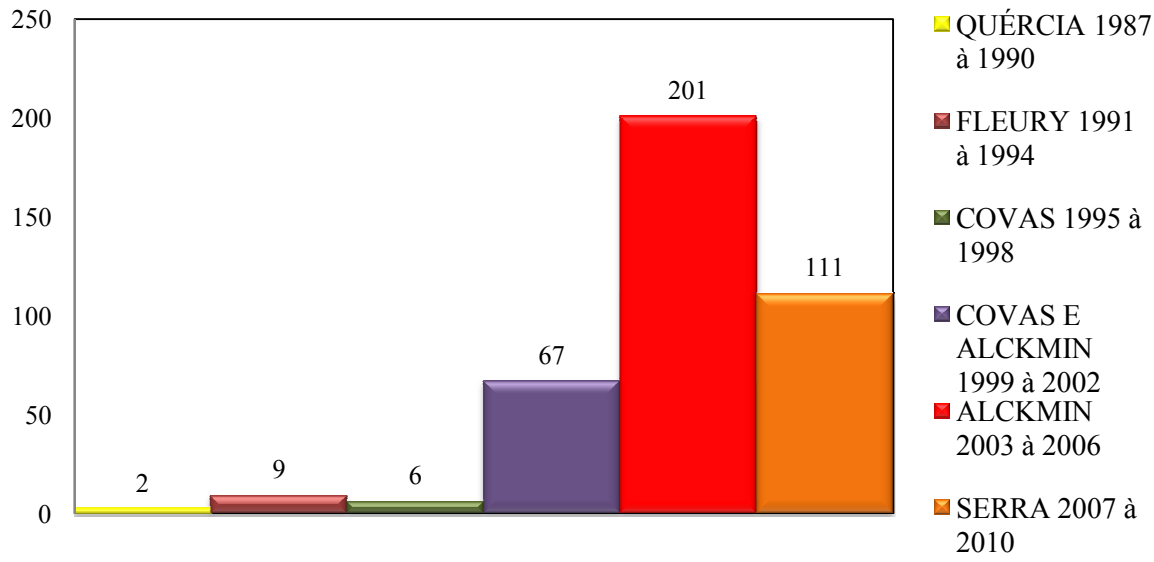
A demora na criação de novos assentamentos rurais (ver gráfico 1), bem como a falta de investimentos financeiros nos mesmos inviabiliza a luta pela terra. Famílias sem-terra que ficam anos acampadas, sem respostas por parte do Estado, retornam às cidades, desistem da luta. Nessa mesma perspectiva, os trabalhos de base têm dificuldade em arregimentar famílias para os acampamentos. Em entrevista ao Jornal Folha de São Paulo do dia 17 de abril[10], João Pedro Stédile, membro da direção nacional do MST e da Via Campesina, quando questionado sobre a possível decadência do movimento em relação à década de 1990, onde o movimento realizou grandes marchas e ocupações de terra, afirmou que o que mudou no decorrer dos anos não foi a luta dos camponeses, mas sim as formas de se lutar. Sendo que um dos principais motivos para a diminuição no número de ocupações de terra e famílias acampadas é a lentidão do governo federal para com a realização da reforma agrária.

[10] Disponível em:< http://www1.folha.uol.com.br/poder/903566-turma-do-agronegocio-so-pensa-na-conta-bancaria-diz-stedile.shtml>. Acesso em 10 setembro de 2011.

É a partir desse contexto que movimentos socioterritoriais como o MST procuram atualizar a luta pela terra, para que a mesma não cesse, a exemplo disso temos a intensificação dos trabalhos de base e a reformulação do que é reforma agrária para o movimento através da "Reforma Agrária Popular", que, segundo João Pedro Stédile, na entrevista já citada, "combine acesso a terra com a implantação de agroindústrias, com universalização da escola e técnicas agrícolas, que respeitem o ambiente para produzir alimentos saudáveis".

Além do avanço do agronegócio no Pontal e não realização da reforma agrária pelos governos federal e estadual, outro elemento que tem influenciado significativamente as ações dos movimentos socioterritoriais é a ação do poder judiciário através da repressão política de militantes e sem-terra (ver gráfico 7).

Gráfico 7 - Pontal do Paranapanema - Repressão judicial criminal por período de governo - 1987-2010



Fonte: SOUZA, R. S. R. de (2011).

A divisão dos processos criminais por períodos de governos nos permite observar a maior ou menor repreensão das ações dos movimentos socioterritoriais. O último governo de Geraldo Alckmin (2003-2006) pode ser avaliado como intenso no quesito controle social, foram expedidas 201 sentenças contra militantes, assentados ou acampados. Sentenças essas que contribuem com a desmobilização dos movimentos em ocupações de terra, por exemplo. Os militantes mais engajados com as ações dos movimentos acabam prejudicados frente a tantos processos, o que contribui para com a diminuição das ocupações de terra e,

consequentemente, com os trabalhos de base e formação dos acampamentos como veremos adiante.

O capital, representado pelo agronegócio, a diminuição e demora do Estado na arrecadação de terras para fins de reforma agrária, além da repressão judicial aos movimentos socioterritoriais, num primeiro momento compõem uma nova dinâmica à luta pela terra no Pontal do Paranapanema, diferente da dinâmica apresentada por Fernandes (1996; 2000) e Feliciano (2006), como apresentado no decorrer dos capítulos. Esta nova dinâmica influencia e é influenciada também pelas ações dos movimentos socioterritoriais como será visto a seguir.

4.2. Trabalho de Base e Formação de Acampamentos

Além do contato com notícias mensais sobre ocupações de terra, a sistematização dessas informações e as leituras bibliográficas, durante alguns trabalhos de campo no Pontal do Paranapanema e em conversas com líderes da frente de massa e acampados notamos a existência de alguns novos elementos, além de todos os já citados anteriormente, no que diz respeito à luta pela terra na região, mais especificamente ao trabalho de base e aos próprios acampamentos.

Dias, ou até mesmo, meses antes de se realizar uma ocupação de terra, os militantes, acampados e assentados dos movimentos socioterritoriais, no caso do MST, realizam os chamados trabalhos de base. Estes tem como objetivo arregimentar famílias para participarem de ocupações de terra e acamparem para que, futuramente, recebam um lote em um assentamento de reforma agrária. Conforme Feliciano (2006, p. 104-105) a decisão de participar de uma ocupação de terra está ligada ao sentimento de medo, "o medo de ficar e/ou de ir. O medo de não dar certo, de ser estigmatizado, de ocorrerem atos violentos, de não estar preparado, e o medo de ficar nas condições precárias em que se encontra (...)". Ainda, segundo esse mesmo autor, essa é uma decisão única e individual, apesar de todas as reuniões realizadas pelo movimento para conscientizar as famílias. "É um momento de ruptura com a atual condição, negando sua presença e projetando sua esperança" (p. 105).

Os trabalhos de base durante as décadas de 1980 e 1990, principalmente, foram realizados quase que exclusivamente no campo, mobilizando pequenos arrendatários, meeiros, parceiros, ex-funcionários de usinas, entre outros. Contemporaneamente, os trabalhos de base são realizados nas cidades, normalmente nas periferias pobres, como é o

caso do Pontal do Paranapanema, onde as famílias acampadas provém de municípios da região, do estado ou até mesmo de outros estados como o Paraná.

Bernat (2009), a partir da realidade estudada no estado do Paraná, afirma que não há nos acampamentos do MST uma identidade prévia em comum. As famílias que participam das ocupações e acampamentos são:

> (...) Famílias marginalizadas pelo avanço das relações capitalistas na sua fase atual, o neoliberalismo (desempregados urbanos e rurais, antigos cortadores de cana descartados pelas usinas, antigos proprietários de pequeno comércio, filhos de assentados que no caso de não sair do lote familiar o inviabilizariam, brasileiros ou filhos de brasileiros que migraram ao Paraguai onde perderam as terras compradas na década dos setenta como resultado do avanço da monocultura de soja com matriz transgênica, etc. (p. 05).

Thomaz Junior (2007) também atribui a mudança no perfil das famílias acampadas à consolidação de políticas neoliberais no país que proporciona uma nova dinâmica ao trabalho nas cidades e até mesmo no campo. Seguindo essa mesma lógica, Ploeg (2008) confere aos atuais padrões de acumulação, níveis elevados de desemprego, falta de renda e perspectivas, uma condição de marginalidade que só pode ser superada com a ampliação do número de camponeses.

A identidade comum a esses sem-terras há alguns anos atrás era justamente o vínculo com a terra, com o trabalho na terra, com a questão da expropriação e exclusão causada pelo avanço do capital na agricultura. Não só nos acampamentos do Pontal do Paranapanema, mas, também, nos acampamentos do Norte do Paraná houve uma alteração identitária que pode ser explicada, primeiro, pelos trabalhos de base serem realizados exclusivamente nas cidades, segundo e, conforme Bernat (2009) "o campesinato brasileiro está dotado de uma natureza mais vinculada à exclusão social urbana que à exclusão propriamente rural" (p. 09). Ainda segundo esse mesmo autor, devido a essa diferença identitária existente entre essas famílias, faz-se necessário "haver um espaço/tempo onde se produza a construção e a consolidação desses traços compartidos" (p. 05), evidenciando a importância da ocupação de terra e do acampamento nesse processo.

Seguindo a mesma lógica de Bernat (2009), os acampamentos são um importante espaço de luta e resistência como evidenciado por Fernandes (2000). Todavia, contemporaneamente, a vida nos acampamentos possui outra lógica que, consequentemente, influencia e altera o processo de conscientização das famílias acampadas, como veremos no subcapítulo sobre o Acampamento Dorcelina.

A mudança de perfil das famílias que atualmente realizam ocupações e compõem os acampamentos contribui também para a existência de fissuras dentro do próprio espaço de luta e resistência, o acampamento, ocasionando a fragmentação da luta pela terra e do próprio movimento socioterritorial. Segundo Sobreiro Filho (2010), a dissensão de movimentos socioterritoriais está ligada à ruptura de uma ideia ou acordo/contrato social, ou seja, as dissidências "ocorrem por divergências de opiniões, diferenças na prática e na forma de se fazer a luta (...)" (p. 63). Devemos ressaltar que além do próprio MST, outros movimentos atuam ou atuaram na região (ver quadro 5)[11] e algum destes são movimentos dissidentes, à exemplo disto há o MAST e o MST da Base.

Quadro 5- Pontal do Paranapanema - Movimentos Socioterritoriais em Ocupações de Terra - 2000-2010.

Ano	Movimentos Socioterritoriais
2000	**3 -** FETRAF, MBUQT, MST
2001	**1** – MST
2002	**3 -** MAST, MCST, MST
2003	**4** - MAST, MNF, MST, MTSTCB
2004	**7** - ARST, MAST, MPT, MST, MTB, MTV, MUST
2005	**4** - MAST, MST, MLT, MUB
2006	**5** - MAST, MBUQT, MLST, MST, Unidos pela Terra
2007	**8** - CONTAG, CTV, CUT, FERAESP, MAST, MST, MTB, UNITERRA
2008	**11 -** CONTAG, FETRAF, MAST, MST, MST da Base*, MLST, MTB, MTST, MTRSTB, UNITERRA, VIA CAMPESINA
2009	**11 -** CONTAG, CUT, FERAESP, FETRAF, MAST, MLST, MLT, MST, MST da Base*, MTST, UNITERRA
2010	**4 -** MLT, MST, MST da Base*, MTST

Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), 2011.

O trabalho de base é um dos principais processos da luta pela terra, mesmo que a decisão de ocupar e acampar sejam individuais. É através da mobilização de famílias excluídas pelo sistema capitalista de produção, ora no campo, ora na cidade, e conscientização das mesmas sobre a necessidade de se lutar por melhores condições de vida através do acesso

[11] Os movimentos socioterritoriais que realizaram ocupações de terra em um determinado ano, não necessariamente atuou em todos os outros. Alguns movimentos cessam e voltam a atuar, ou cessam definitivamente.

a terra, primeiramente, que as ocupações de terra e acampamentos são possíveis. Como menciona Sigaud (2005, p. 266) “a lona preta passa a fazer parte do repertório das possibilidades de ‘melhorar de vida’ (...). Quando um indivíduo passa a fazer parte de uma ocupação, crê e aposta nas possibilidades da lona preta”.

As alterações geográficas nos trabalhos de base e, consequentemente, no perfil das famílias não são os únicos elementos que explicam a luta pela terra no Pontal nesses últimos anos. Podemos citar também a questão da disposição dos acampamentos, nas fazendas ocupadas ou nas beiras de estradas. Feliciano (2006), explica através de figuras (ver figura 1) a lógica de organização espacial dos acampamentos, que pode ser: linear, próxima a fundos de vale, ou acompanhando a cerca da fazenda ou a rodovia, circular, ou em formato de tabuleiro de xadrez, dependendo da área onde o acampamento será montado.

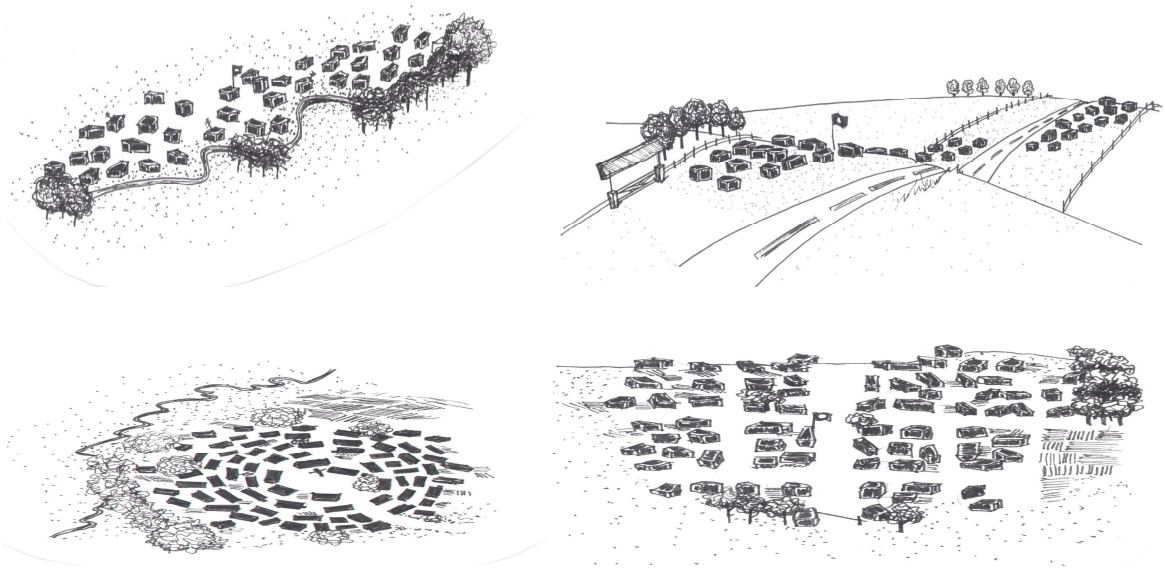


Figura 2: Formas de Acampamentos. Fonte: Feliciano, C. A. , 2006.

Normalmente e, mais precisamente neste inicio de século, os acampamentos do Pontal dispõem-se linearmente, em frente à fazenda reivindicada. Os movimentos chegam a ocupar as fazendas, mas em questão de horas o poder judiciário é acionado e a reintegração de posse solicitada. Com o despejo das famílias, as beiras da estrada são ocupadas e os acampamentos novamente erguidos. Existem acampamentos que já são montados nas beiras da estrada, próximo a área reivindica, mais um elemento que explica a luta pela terra nos dias de hoje. Com a Medida Provisória Nº 2.109-50/2001 os movimentos socioterritoriais mudaram suas estratégias ocupando estradas vicinais na tentativa de esquivar da MP.

> O imóvel rural de domínio público ou particular objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo não será vistoriado, avaliado ou desapropriado nos dois anos seguintes à sua desocupação, ou no dobro desse prazo, em caso de reincidência; e deverá ser apurada a responsabilidade civil e administrativa de quem concorra com qualquer ato omissivo ou comissivo que propicie o descumprimento dessas vedações (Medida Provisória nº 2.109-50, de 2001).

Para Fernandes (2011), esta medida pode ser considerada como uma das ações políticas que mudaram as formas dos acampamentos, embora ainda mantenham a essência de um espaço de luta e resistência, "de acordo com a conjuntura política da luta, os sujeitos mudam a forma de organização do acampamento" (p. 02).

Como já apresentado, a luta pela terra através de ocupações e acampamentos é a principal forma de acesso a terra, se não a única, para famílias sem-terra. O que vem acontecendo no Pontal do Paranapanema são desapropriações à medida que são feitas as ocupações (ver quadro 6). Sem ocupação não há desapropriação, fato. A diminuição dos números de ocupações e acampamentos, bem como as mudanças apresentadas ao longo deste capítulo, vão de encontro com questionamentos sobre as possibilidades e até mesmo perspectivas da luta pela terra e, o que os movimentos socioterritoriais estão propondo para ultrapassar esse período de dissenso na luta pela terra.

A luta pela terra na atualidade pode ser considerada dinâmica, com a atuação de diferentes movimentos territoriais; complexa se levarmos em conta os trabalhos de base e heterogenia no que diz respeito às famílias que acampam e que, no futuro, são assentadas. Para aprofundar ainda mais as analises apresentadas ao longo deste capítulo estudamos mais a fundo o acampamento Dorcelina e a ocupação da fazenda Poá.

Quadro 6 - Pontal do Paranapanema - Assentamentos rurais criados, propriedades ocupadas e desapropriadas - 1988-2010.

Assentamentos							Ocupações				
Nº	**Município**	**Nome do Assentamento**	**Capacidade de Famílias**	**Fonte**	**Ano de Criação**	**Ano de Obtenção**	**Fazenda Ocupada**	**Primeira Ocupação**	**Última Ocupação**	**Número de Famílias**	**Número de Ocupações**
1º	Teodoro Sampaio	PA Água Sumida	121	9_INCRA/2_ITESP	1988	1987	N.I.	N.I	N.I	N.I	N.I
2º	Marabá Paulista	PA Areia Branca	87	9_INCRA/2_ITESP	1988	1987	N.I.	N.I	N.I	N.I	N.I
3º	Martinópolis	PA Chico Castro Alves	87	9_INCRA/2_ITESP	1995	1993	N.I.	N.I	N.I	N.I	N.I
4º	Mirante do Paranapanema	PE Alvorada	21	9_INCRA/2_ITESP	1997	1997	Fazenda Alvorada	01/04/1995	11/12/1995	470	6
5º	Mirante do Paranapanema	PE Arco Íris	105	9_INCRA/2_ITESP	1997	1995	Fazenda Arco-irís	02/04/1995	17/06/1996	2494	4
6º	Mirante do Paranapanema	PE Canaã	56	9_INCRA/2_ITESP	1997	1995	Fazenda Canaã	29/04/1992	17/06/1996	1835	15
7º	Mirante do Paranapanema	PE Flor Roxa	39	9_INCRA/2_ITESP	1997	1995	Fazenda Flor Roxa	19/07/1992	26/08/1995	1750	4
8º	Mirante do Paranapanema	PE Haroldina	71	9_INCRA/2_ITESP	1997	1995	Fazenda Aroldina	10/05/1994	17/06/1996	172	8
9º	Mirante do Paranapanema	PE King Meat	46	9_INCRA/2_ITESP	1997	1997	Fazenda King Meat	02/04/1995	17/06/1996	900	3
10º	Mirante do Paranapanema	PE Lua Nova	18	9_INCRA/2_ITESP	1997	1996	Fazenda Lua Nova	N.I	N.I	N.I	N.I
11º	Mirante do Paranapanema	PE Marco II	9	9_INCRA/2_ITESP	1997	1997	Fazenda Marco II	01/04/1995	02/10/1995	2000	5
12º	Mirante do Paranapanema	PE Nossa Senhora Aparecida	9	9_INCRA/2_ITESP	1997	1997	Fazenda Aparecidinha	N.I	N.I	N.I	N.I
13º	Mirante do Paranapanema	PE Novo Horizonte	57	9_INCRA/2_ITESP	1997	1996	Fazenda Novo Horizonte	N.I	N.I	N.I	N.I
14º	Mirante do Paranapanema	PE Santa Apolônia	104	9_INCRA/2_ITESP	1997	1996	Fazenda Santa Apolônia	01/04/1995	26/12/1995	N.I	3
15º	Mirante do Paranapanema	PE Santa Carmem	37	9_INCRA/2_ITESP	1997	1995	Fazenda Sta. Carmem	12/08/1996	08/03/2006	90	2
16º	Mirante do Paranapanema	PE Santa Cristina	36	9_INCRA/2_ITESP	1997	1996	Fazenda Santa Cristina	17/07/1996	17/07/1996	N.I	1
17º	Mirante do Paranapanema	PE Santa Lúcia	24	9_INCRA/2_ITESP	1997	1996	Fazenda Santa Lúcia	16/07/1993	16/07/1993	N.I	1
18º	Mirante do Paranapanema	PE Santa Rosa I	24	9_INCRA/2_ITESP	1997	1996	Fazenda Santa Rosa I	N.I	N.I	N.I	N.I
19º	Mirante do	PE Vale dos	23	9_INCRA/2_ITESP	1997	1996	N.I.	N.I	N.I	N.I	N.I

	Paranapanema	Sonhos									
20º	Mirante do Paranapanema	PE Washington Luis	16	9_INCRA/2_ITESP	1997	1996	Fazenda Washington Luís	19/07/1992	02/10/1995	2000	5
21º	Piquerobi	PE Santo Antonio da lagoa	29	9_INCRA/2_ITESP	1997	1997	Fazenda Santo Antônio	19/02/2007	19/02/2007	120	1
22º	Presidente Bernardes	PE Água Limpa I	31	9_INCRA/2_ITESP	1997	1996	Fazenda Água Limpa	17/05/1996	17/05/1996	76	1
23º	Presidente Bernardes	PE Água Limpa II	26	9_INCRA/2_ITESP	1997	1996	Fazenda Água Limpa	17/05/1996	17/05/1996	76	1
24º	Presidente Bernardes	PE Estância Palu	44	9_INCRA/2_ITESP	1997	1996	Estância Palu	01/06/1996	01/06/1996	100	1
25º	Presidente Bernardes	PE Rodeio	65	9_INCRA/2_ITESP	1997	1997	Fazenda Rodeio	N.I	N.I	N.I	N.I
26º	Presidente Bernardes	PE Santa Eudóxia	6	9_INCRA/2_ITESP	1997	1996	N.I.	N.I	N.I	N.I	N.I
27º	Presidente Venceslau	PE Radar	29	9_INCRA/2_ITESP	1997	1996	Fazenda Radar	12/07/1996	12/07/1996	26	1
28º	Presidente Venceslau	PE Tupaciretã	78	9_INCRA/2_ITESP	1997	1996	Fazenda Tupanciretã	18/05/1996	23/11/1996	362	6
29º	Rancharia	PA Nova Conquista	104	9_INCRA/12_INCRA	1997	1996	Fazendas S. João da Mata/Faxinal/Matão/Outras	01/05/1995	11/08/1995	450	2
30º	Ribeirão dos Índios	PE Yapinary	40	12_INCRA/2_ITESP	1997	1996	Fazenda Yapinare	N.I	N.I	N.I	N.I
31º	Sandovalina	PE Bom Pastor	130	9_INCRA/2_ITESP	1997	1997	Fazenda Flora	26/10/1996	26/10/1996	N.I	1
32º	Teodoro Sampaio	PE Santa Rita da Serra	40	9_INCRA/2_ITESP	1997	1997	Fazenda Ribeirão Bonito	07/01/1997	07/01/1997	200	1
33º	Mirante do Paranapanema	PE Santo Antonio II	21	9_INCRA/2_ITESP	1997	1996	N.I.	N.I	N.I	N.I	N.I
34º	Caiuá	PA Engenho	29	9_INCRA	1998	1998	N.I.	N.I	N.I	N.I	N.I
35º	Caiuá	PE Maturi	172	9_INCRA/2_ITESP	1998	1998	N.I.	N.I	N.I	N.I	N.I
36º	Euclides da Cunha Paulista	PE Porto Letícia	36	9_INCRA/2_ITESP	1998	1997	Fazenda Porto Letícia	06/01/1997	09/01/1997	600	2
37º	Martinópolis	PA Nova Vida	37	9_INCRA/2_ITESP	1998	1994	N.I.	N.I	N.I	N.I	N.I
38º	Mirante do Paranapanema	PA Paulo Freire	62	9_INCRA/2_ITESP	1998	1998	Fazenda Santa Clara	01/09/1991	07/12/1998	1790	14
39º	Mirante do Paranapanema	PE Che Guevara	46	9_INCRA/2_ITESP	1998	1995	Fazenda Santa Clara	01/09/1991	07/12/1998	1790	14
40º	Mirante do Paranapanema	PE Estrela Dalva	31	9_INCRA/2_ITESP	1998	1995	Fazenda Estrela Dalva	21/01/1994	25/07/1994	2000	9

41º	Mirante do Paranapanema	PE São Bento	182	9_INCRA/2_ITESP	1998	1995	Fazenda São Bento	23/03/1991	30/04/1994	3220	25
42º	Piquerobi	PE Santa Rita II	26	9_INCRA/2_ITESP	1998	1997	Fazenda Santa Rita	01/03/1998	01/03/1998	20	1
43º	Piquerobi	PE São José da Lagoa	29	9_INCRA/2_ITESP	1998	1996	Fazenda São José	09/02/1999	24/06/2007	108	3
44º	Presidente Bernardes	PE Florestan Fernandes	55	9_INCRA/2_ITESP	1998	1998	Fazenda São Jorge	N.I./02/1998	N.I./02/1998	76	1
45º	Presidente Bernardes	PE Santo Antonio II	24	9_INCRA/2_ITESP	1998	1998	Fazenda Santo Antônio	21/01/1998	N.I./02/1998	53	2
46º	Presidente Epitácio	PA Lagoinha	153	12_INCRA/2_ITESP	1998	1997	Fazenda Nova Lagoinha ou Reserva Florestal	17/07/1992	15/03/2003	3650	19
47º	Presidente Epitácio	PA Porto Velho	87	9_INCRA/2_ITESP	1998	1998	Fazenda Porto Velho	28/01/1998	28/09/1998	75	2
48º	Teodoro Sampaio	PE Cachoeiro do Estreito	29	9_INCRA/2_ITESP	1998	1997	Fazenda Ribeirão Bonito	07/01/1997	07/01/1997	200	1
49º	Teodoro Sampaio	PE Córrego Azul	9	9_INCRA/2_ITESP	1998	1997	Fazenda Ribeirão Bonito	07/01/1997	07/01/1997	200	1
50º	Teodoro Sampaio	PE Haidéia	24	9_INCRA/2_ITESP	1998	1997	Fazenda Ribeirão Bonito	07/01/1997	07/01/1997	200	1
51º	Teodoro Sampaio	PE Laudenor de Souza	60	9_INCRA/2_ITESP	1998	1997	Fazenda Corema	N.I	N.I	N.I	N.I
52º	Teodoro Sampaio	PE Santa Vitória	27	9_INCRA/2_ITESP	1998	1997	Fazenda Ribeirão Bonito	07/01/1997	07/01/1997	200	1
53º	Teodoro Sampaio	PE Santo Antonio dos Coqueiros	23	9_INCRA/2_ITESP	1998	1997	Fazenda Ribeirão Bonito	07/01/1997	07/01/1997	200	1
54º	Teodoro Sampaio	PE Vale Verde	50	9_INCRA/2_ITESP	1998	1997	Fazenda Ribeirão Bonito	07/01/1997	07/01/1997	200	1
55°	Caiuá	PE Santa Rita	21	9_INCRA/2_ITESP	1999	1998	N.I.	N.I	N.I	N.I	N.I
56º	Euclides da Cunha Paulista	PA Nova Esperança	98	9_INCRA/2_ITESP	1999	1998	Fazenda Nova Esperança/Fazenda Nova Esperança III/Fazenda Nova Esperança II	20/09/1998	24/06/2007	296	7
57º	Euclides da Cunha Paulista	PE Rancho Alto	52	9_INCRA/2_ITESP	1999	1998	Fazenda Rancho Alto	15/07/1998	15/07/1998	40	1
58º	Euclides da Cunha Paulista	PE Rancho Grande	101	9_INCRA/2_ITESP	1999	1998	Fazenda Rancho Grande	11/09/1993	26/10/1996	1260	7
59º	Euclides da Cunha Paulista	PE Santa Rita do Pontal	49	9_INCRA/2_ITESP	1999	1990	N.I.	N.I	N.I	N.I	N.I
60º	Euclides da Cunha Paulista	PE Santa Rosa	65	9_INCRA/2_ITESP	1999	1992	Fazenda Santa Rosa	06/05/2000	17/04/2006	2	122

61º	Euclides da Cunha Paulista	PE Tucano	36	9_INCRA/2_ITESP	1999	1991	Fazenda Tucano	N.I	N.I	N.I	N.I
62º	Marabá Paulista	PE Santo Antonio	74	9_INCRA/2_ITESP	1999	1999	Fazenda Santo Antônio	06/01/1997	06/01/1997	300	1
63º	Mirante do Paranapanema	PA Antonio Conselheiro II	65	9_INCRA/2_ITESP	1999	1999	Fazenda Santa Clara	01/09/1991	07/12/1998	1790	14
64º	Rosana	PE Gleba XV	572	9_INCRA/2_ITESP	1999	1984	N.I.	N.I	N.I	N.I	N.I
65º	Mirante do Paranapanema	PE Santa Cruz	50	9_INCRA/2_ITESP	1999	1995	Fazenda Santa Cruz	22/08/1995	26/04/2007	2376	7
66º	Mirante do Paranapanema	PE Santa Izabel	70	9_INCRA/2_ITESP	1999	1996	Fazenda Santa Isabel	08/03/1997	02/12/1998	640	5
67º	Mirante do Paranapanema	PE Santa Rosa II	27	9_INCRA/2_ITESP	1999	1996	Fazenda Santa Rosa II	N.I	N.I	N.I	N.I
68º	Mirante do Paranapanema	PE Santana	29	9_INCRA/2_ITESP	1999	1995	Fazenda Santana	06/06/1995	18/01/1998	750	2
69º	Presidente Bernardes	PE Quatro Irmãs	15	9_INCRA/2_ITESP	1999	1998	Fazenda Quatro Imãs	N.I	N.I	N.I	N.I
70º	Presidente Venceslau	PE Primavera I	82	9_INCRA/2_ITESP	1999	1996	Fazenda Primavera	27/04/1996	16/01/1998	656	8
71º	Presidente Venceslau	PE Primavera II	43	9_INCRA/2_ITESP	1999	1996	Fazenda Primavera II	15/07/1996	15/07/1996	42	1
72º	Presidente Venceslau	PE Santa Maria	85	9_INCRA/2_ITESP	1999	1996	Fazenda Santa Maria	N.I	N.I	N.I	N.I
73º	Rancharia	PA São Pedro	74	9_INCRA/12_INCRA	1999	1998	Fazenda S. Pedra	15/01/1997	23/05/1997	553	3
74º	Rosana	PE Bonanza	33	9_INCRA/2_ITESP	1999	1998	Fazenda Bonanza	14/09/1998	20/10/1998	53	2
75º	Rosana	PE Nova Pontal	122	9_INCRA/2_ITESP	1999	1998	Fazenda Nova Pontal	20/02/1998	10/09/1998	150	3
76º	Teodoro Sampaio	PE Água Branca I	29	9_INCRA/2_ITESP	1999	1998	Fazenda Água Branca	N.I	N.I	N.I	N.I
77º	Teodoro Sampaio	PE Alcídia da Gata	19	9_INCRA/2_ITESP	1999	1998	Fazenda Alcídia da Gata	N.I	N.I	N.I	N.I
78º	Teodoro Sampaio	PE Santa Terezinha da Alcídia	26	9_INCRA/2_ITESP	1999	1998	Fazenda Santa Terezinha da Alcídia	N.I	N.I	N.I	N.I
79º	Teodoro Sampaio	PE Santa Zélia	104	9_INCRA/2_ITESP	1999	1999	Fazenda Santa Zélia	14/02/1998	11/09/1998	470	5
80º	Teodoro Sampaio	PE Vô Tonico	22	9_INCRA/2_ITESP	1999	1998	Fazenda Vô Tonico	N.I	N.I	N.I	N.I
81º	Caiuá	PE Fazenda Santo Antonio	50	9_INCRA	2001	2001	N.I.	N.I	N.I	N.I	N.I
82º	Sandovalina	PE Guarany	68	9_INCRA/2_ITESP	2001	2001	Fazenda Guarani	24/06/1999	15/05/2002	550	2
83º	Teodoro Sampaio	PE Santa Cruz da Alcídia	28	9_INCRA/2_ITESP	2001	2000	Fazenda Santa Cruz da Alcidia	26/04/2000	26/04/2000	200	1

84º	Teodoro Sampaio	PE Santa Terezinha da Água Sumida	50	9_INCRA/2_ITESP	2001	1999	Fazenda Santa Terezinha da Água Sumida	10/10/1998	10/10/1998	60	1
85º	Caiuá	PA Luis Moraes Neto	104	9_INCRA/2_ITESP	2002	2001	N.I.	N.I	N.I	N.I	N.I
86º	Presidente Epitácio	PE Fazenda Lagoinha	26	12_INCRA	2002	2002	N.I.	N.I	N.I	N.I	N.I
87º	Caiuá	PE Malú	24	9_INCRA/2_ITESP	2003	2003	N.I.	N.I	N.I	N.I	N.I
88º	Caiuá	PE Santa Angelina	23	9_INCRA/2_ITESP	2003	2002	N.I.	N.I	N.I	N.I	N.I
89º	Caiuá	PE Vista Alegre	22	9_INCRA/2_ITESP	2003	2002	N.I.	N.I	N.I	N.I	N.I
90º	Euclides da Cunha Paulista	PE Guana Mirim	34	9_INCRA/2_ITESP	2003	2002	Fazenda Guaná Mirim	02/01/2001	07/09/2001	137	4
91º	Mirante do Paranapanema	PE Repouso	21	9_INCRA/2_ITESP	2003	2000	Fazenda Repouso	N.I	N.I	N.I	N.I
92º	Teodoro Sampaio	PE Fusquinha	43	9_INCRA/2_ITESP	2003	2003	Recanto Porto X	15/02/2001	07/09/2001	175	2
93º	Teodoro Sampaio	PE Padre Josimo	97	9_INCRA/2_ITESP	2003	2003	Fazenda São Pedro	25/04/2002	25/04/2002	98	1
94º	Teodoro Sampaio	PE Santa Edwirges	25	9_INCRA/2_ITESP	2003	2003	Fazenda Santa Edwirges	N.I	N.I	N.I	N.I
95º	Marabá Paulista	PE Nossa Senhora Aparecida	17	9_INCRA/2_ITESP	2004	2003	Fazenda Aparecidinha	N.I	N.I	N.I	N.I
96º	Marabá Paulista	PE Santa Maria	40	9_INCRA	2004	2004	Fazenda Santa Maria	07/09/2001	07/09/2001	175	1
97º	Marabá Paulista	PE Santo Antonio da Prata	34	9_INCRA/2_ITESP	2004	2004	Fazenda Santo Antônio do Prata	11/04/2004	11/04/2004	220	1
98º	Mirante do Paranapanema	PE Roseli Nunes	55	9_INCRA/2_ITESP	2004	2003	Fazenda Inhacá	06/11/1997	17/04/2006	800	8
99º	Presidente Epitácio	PE São Paulo	76	9_INCRA/2_ITESP	2004	2003	Fazenda Lagoa São Paulo	N.I	N.I	N.I	N.I
100º	Marabá Paulista	PE São Pedro	8	9_INCRA/2_ITESP	2005	2004	Fazendo São Pedro	N.I	N.I	N.I	N.I
101°	Mirante do Paranapanema	PE Santo Antonio	24	9_INCRA/2_ITESP	2005	2005	Fazenda Santo Antônio	17/01/1994	29/08/1999	50	2
102º	Rosana	PA Porto Maria	47	2_ITESP	2005	2005	Fazenda Porto Maria	09/11/2006	07/07/2007	300	2
103º	Iepê	PDS Emergencial Bom Jesus	50	9_INCRA	2006	2006	Fazenda 3 córregos	N.I	N.I	N.I	N.I
104º	João Ramalho	PDS Emergencial Boa Esperança	40	9_INCRA	2006	2006	N.I.	N.I	N.I	N.I	N.I
105º	Mirante do Paranapanema	PA Margarida Alves	90	9_INCRA	2006	2005	Fazenda Santa Luzia (Fazenda Porteira Preta ou da Preta)	27/01/2005	25/03/2006	236	4

106º	Mirante do Paranapanema	PE Santo Antonio II	7	9_INCRA/2_ITESP	2006	2005	Fazenda Santo Antônio do Mirante	27/06/2004	27/06/2004	2	1
107º	Teodoro Sampaio	PE Santo Expedito	30	9_INCRA/2_ITESP	2006	2005	Fazenda Santo Expedito	01/02/2005	24/09/2005	428	5
108º	Mirante do Paranapanema	PA Dona Carmem	150	13_INCRA	2008	2007	N.I.	N.I	N.I	N.I	N.I
109º	Rosana	PA Porto Maria	41	13_INCRA	2008	2005	N.I.	N.I	N.I	N.I	N.I
110°	Presidente Venceslau	PE São Camilo	25	14_INCRA	2009	2009	Fazenda São Camilo	15/02/1999	24/06/2007	508	12
111°	Euclides da Cunha Paulista	PE Santa Tereza	46	14_INCRA	2009	2009	Fazenda Santa Tereza	06/01/1997	03/12/2006	490	4
112°	Presidente Venceslau	PE Nossa Senhora das Graças	66	15_INCRA	2010	-	Fazenda Nossa Senhora das Graças	N.I.	07/04/2006	14	1

Fonte: SOBREIRO FILHO, J. , (2011).
Atualizado pela autora.

4.3. Acampamento Dorcelina

Os acampamentos são espaços de luta e resistência, onde, através de uma ação coletiva torna-se publica a reivindicação de terras (FERNANDES, 2011). Uma forma eficaz de pressionar o Estado para a realização da reforma agrária. Onde há ocupação e acampamento, provavelmente, há desapropriações. Segundo Fernandes (2011), "parte desses espaços de luta e resistência é resultado de ocupações de terra e outra parte está se preparando para ocupar a terra". A formação de acampamentos só é possível, como já apresentado, graças aos trabalhos de base realizados pelos movimentos socioterritoriais. Especula-se muito sobre a diminuição do número de novos acampamentos no decorrer dos últimos anos. Quanto aos acampamentos já existentes e às famílias que moram debaixo da lona há anos, num processo de extrema precarização da vida, pouco se fala. Em números, de acordo com o MDA[12], são 220 mil famílias acampadas até 2010, sendo aproximadamente 90 mil famílias do MST[13].

No estado de São Paulo foram contabilizados, até meados de 2011, 27 acampamentos do MST (ver tabela 5), subdivididos através de regionais estipuladas pelo próprio movimento, com aproximadamente 4800 famílias.

Tabela 5 - Número de acampamentos e famílias acampadas (MST) no estado de São Paulo - 2011

Regionais	Número de acampamentos	Número de famílias
Vale do Paraíba	1	46
Grande São Paulo	1	200
Campinas	1	164
Sorocaba	1	120
Itapeva	2	164
Iaras	5	1120
Promissão	1	400
Ribeirão Preto	2	80
Andradina	11	1800
Pontal do Paranapanema	2	700
Total	**27**	**4794**

Fonte: Trabalho de campo, 2011.

[12] Sobre os dados do MDA, ver: http://www1.folha.uol.com.br/poder/854096-novo-ministro-diz-que-governo-nao-defendera-invasoesde-terras-produtivas.shtml.

[13] Sobre os dados do MST, ver: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2010/04/20/interna_brasil,187598/incra-contesta-numeros-do-mst-sobre-familias-acampadas.shtml.

Destes 27, no Pontal do Paranapanema, são encontrados 2 acampamentos com 350 famílias cada. Os acampamentos Dorcelina e Irmã Goreti, nos municípios de Sandovalina e Marabá Paulista, respectivamente. Até 2010 eram quatro acampamentos na região, Dorcelina, Vitória, Irmã Goreti e Bartira. Com a possibilidade de saírem duas áreas, as fazendas São Domingos I em Sandovalina e a Nazaré em Marabá Paulista, as famílias dos quatro antigos acampamentos formam aglomeradas em apenas dois. Esta prática é comum nos acampamentos do MST, quando existe a possibilidade de uma área ser desapropriada, famílias de outros acampamentos são deslocadas para os acampamentos próximos à área. É, também, graças a isso que algumas regionais possuem mais acampamentos que outras.

Podemos notar que a prática de migração entre acampamentos ou a junção de diferentes acampamentos em um único, proporciona a acumulação de trajetórias pelas famílias acampadas em direção a conquista da terra. Compreender a dinâmica dos acampamentos tem se tornado cada vez mais difícil, justamente devido a toda essa mobilidade das famílias e do próprio espaço de luta e resistência. Sendo que com a chegada de novas famílias e/ou o deslocamento do acampamento um novo espaço é formado. Como afirma Fernandes (2011) “os acampamentos são espaços de transição na luta pela terra. são, por conseguinte, realidades em transformação. São uma forma de materialização da organização dos sem-terra e trazem em si, os principais elementos organizacionais do movimento (...)”.

De acordo com as considerações de Fernandes (2011) o acampamento traz em si as principais formas de organização dos movimentos, a questão da mobilidade das famílias e dos acampamentos nos apresenta justamente uma dessas formas, como estratégia na luta pela terra. Os novos elementos citados até o momentos caminham justamente de acordo com a necessidade de os movimentos e, no caso o MST, atualizarem suas estratégias de luta para darem continuidade à luta pela reforma agrária.

Em trabalhos de campo no acampamento Dorcelina, além da questão da trajetória das famílias, notamos que a maioria, se não todas as famílias, são de origem urbana, o que não significa que nunca tiveram contato com o campo. A questão da origem urbana é um dos elementos mais significativos tanto do trabalho de base quanto dos acampamentos. Além disso, durante a semana são poucas as famílias que ficam nos acampamentos, algumas voltam a noite para dormir e outros somente nos finais de semana para participar das reuniões com as outras famílias e das assembléias com os coordenadores do acampamento.

Fernandes (2011) atribui à questão das idas esporádicas aos acampamentos, as mudanças na política econômica como “o aumento do emprego e políticas compensatórias,

tipo Bolsa Família" (p. 06). Explicando a participação de apenas alguns membros da família nos acampamentos e o pouco fluxo durante a semana.

Muitas dessas famílias deixam os acampamentos para trabalharem nas cidades mais próximas. Empregos na construção civil, bicos, serviços domésticos ou em usinas são os mais comuns. Realidade esta que Sigaud (2005; 2010) também encontrou nos acampamentos da Zona da Mata pernambucana:

> (...) A montagem da barraca sinalizava a participação no acampamento. Os indivíduos não permaneciam ali o tempo todo, pois a maioria não interrompia as atividades destinadas à manutenção da família, saindo para trabalhar nos canaviais, fazer biscates na construção civil, atuar como vigias ou vendedores ambulantes, catar caranguejos nos mangues ECT., enquanto as famílias ficavam cuidando das barracas (...) (p. 258).

Ainda, conforme Fernandes (2011):

> (...) Quando próximos de assentamentos, os acampados trabalham nos lotes dos assentados, como diaristas ou em diferentes formas de meação. Também vendem sua força de trabalho como bóias-frias para usinas de álcool e açúcar ou outras empresas capitalistas, ou para pecuaristas (p. 04).

O acampamento, muito mais do que um espaço de luta e resistência, tornou-se uma linguagem, uma maneira de se comunicar, de se reivindicar perante o Estado o acesso a terra. E todas as mudanças que essa forma de luta vem sofrendo vão de acordo justamente com a necessidade de fortalecer a luta pela terra, pela reforma agrária. Para Fernandes (2011), o acampamento além de espaço de luta e resistência é também espaço interativo e comunicativo, as três dimensões do espaço de socialização política; a dimensão interativa ocorria nos trabalhos de base, todavia devido à demanda de lutas do próprio movimento durante a década de 1990, esta dimensão passou a ocorrer nos espaços de luta e resistência, os acampamentos. O que, também, pode ser destacada enquanto mudança e problema. Problema porque a vida nos acampamentos têm sido, nesses últimos anos, dispersa. Famílias vão e voltam, trabalham durante o dia, durante a semana, evidências que prejudicam a questão da conscientização das famílias. É importante ressaltar que não nego a importância do acampamento, apenas afirmo que há uma nova dinâmica em curso e que merece ser estudada.

Ainda em relação ao acampamento Dorcelina, desde a ocupação em abril deste ano da fazenda São Domingos I, localiza-se na beira da estrada, linearmente, acompanhando as

cercas da fazenda (ver anexo 5). A Fazenda pertence a uma área pública devoluta, o que é comum nesta região do estado. Esta mesma fazenda já foi ocupada outras vezes pelo MST e é considerada uma área de intensos conflitos entre o movimento e o proprietário. Em uma ocupação realizada ainda na década de 1990 nesta área, cerca de 9 acampados foram feridos em confronto com jagunços do fazendeiro.

No acampamento, atualmente, há 12 grupos de famílias, cada grupo possui mais ou menos entre 20 e 35 famílias, e segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) uma família atualmente é constituída por 4 pessoas. A divisão das famílias em grupos facilita a comunicação nas reuniões e assembléias realizadas aos finais de semana pelo movimento. Esta divisão é feita de acordo com a afinidade e trajetória das famílias.

Além da divisão em grupos de famílias há a divisão em setores. O setor de educação, de produção, de infra-estrutura, de saúde e por assim vai. Estes setores trabalham com o objetivo de organizar a vida no acampamento, acompanhar e ajudar as famílias. Todo o controle das atividades e cadastro das famílias acampadas é feito pelos membros da secretaria do movimento (ver anexo 6).

Há uma forma de organização comum ao próprio movimento na trajetória de luta, todavia em cada acampamento há uma forma de organização espacial particular, de acordo com a localização, o número de famílias, a trajetória e o grau de afinidade das famílias acampadas, como no caso do acampamento Dorcelina. Conforme Fernandes (2011), "todos os acampamentos têm suas histórias nas lutas das famílias sem-terra" (p. 06).

Acampar sem ocupar raramente leva a conquista da terra, sendo a ocupação o trunfo da luta e das negociações (Fernandes, 2011). A ocupação da Fazenda Poá, como varemos adiante, foi realizada por algumas famílias que compõem atualmente o acampamento Dorcelina e, para compreender, mais a fundo a ação do MST, analisá-la-emos no próximo item.

4.4. A Ocupação da Fazenda Poá no Município de Sandovalina-SP

A ocupação de terra não é algo novo no cenário de luta por terras em nosso país. Todavia a ocupação em massa, visando à desapropriação de grandes concentrações de terras e o assentamento de famílias é recente, segundo Stédile e Fernandes (1999). A ocupação enquanto reivindicação por terra teve início no Rio Grande do Sul, através de ações do MASTER conforme Eckert (1984) ou sem ligação com movimentos, sindicatos, entre outros, segundo Rosa (2010). O que vale ressaltar é que essas primeiras experiências, datadas da

década de 1960, deram impulso para a organização de famílias expropriadas, com a ajuda das CEBs e CPT, e para a consolidação do MST, onde a ocupação de terra e a formação do acampamento proporcionaram a espacialização da luta pela terra em quase todo o país e, consequentemente, a territorialização da mesma com a criação de assentamentos rurais.

A ocupação deu vida a luta pela terra e aos movimentos socioterritoriais. É uma forma de contestação da realidade. Até meados da década de 1990 os acampamentos e as ocupações possuíam formas de organização diferentes das ocupações realizadas nos últimos anos, conforme abordamos nos itens anteriores. É, justamente com o intuito de compreender essas especificidades que apresentamos os resultados de um trabalho de campo, onde acompanhamos a ocupação de fazenda Poá, no município de Sandovalina.

A fazenda Poá[14], ocupada pelo MST em abril de 2010, possuía poucas cabeças de gado, fruto de arrendamentos, por não cumprir sua função social, a propriedade poderia ser desapropriada para a reforma agrária. Além disso, a fazenda está em dívida com o município de Sandovalina por não pagar impostos há alguns anos. Militantes do trabalho de base do MST tiveram acesso a essas informações e incluíram o latifúndio nas ocupações do mês de abril, mais conhecido como "abril vermelho".

A ocupação da fazenda ocorreu no dia 15 de abril de 2010 (ver anexo 4) e foi completamente pacífica. Por volta das seis horas da manhã os sem-terra ocuparam a área e começaram a montar o acampamento, primeiro os barracos de lona preta depois a cozinha. Algumas horas depois, a polícia militar chegou até o local para fazer o boletim de ocorrência, a chamado do caseiro da fazenda. Como estratégia para evitar a expedição de processos criminais, as famílias eram proibidas de conversarem com os policiais ou darem qualquer tipo de informação, principalmente citar o nome dos acampados.

Uma característica importante dessa ocupação e de várias outras é que somente um ou dois membros da família participaram da ocupação. Somente depois de montar os barracos os outros membros, principalmente as crianças e mulheres chegaram ao local. As famílias que ocuparam a área eram do acampamento Dorcelina. Na época da ocupação, as famílias estavam a menos de um ano participando de ocupações e no acampamento. As 93 famílias que ocuparam a fazenda são das áreas urbanas dos municípios de Sandovalina, Pirapozinho e Estrela do Norte.

Mais tarde, já no final do ano de 2010, a fazenda Poá, que iria a leilão, foi negociada pelo proprietário, que cultivará na área cana-de-açúcar, evitando que a mesma seja vistoriada

[14] As informações referentes a esta ocupação foram obtidas em durante o trabalho de campo, realizado em abril de 2010.

pelo INCRA, dada como improdutiva e destinada para fins de reforma agrária. Como já citado o avanço do agronegócio tem contribuído para que muitas áreas não sejam vistoriadas.

A esperança de que a fazenda Poá seria desapropriada, bem como outras fazendas que deveriam ser, mas não são, acabam frustrando as expectativas das famílias acampadas. Conforme Rosa (2005):

> Ocupações que frustraram as expectativas de seus integrantes por duas razões primordiais: a) uma série de adversidades relacionadas com a impossibilidade jurídica de desapropriação das terras pretendidas; b) a impossibilidade de o MST atender a todos os acampamentos com o mesmo empenho, tendo por fim que hierarquizá-los (p. 102).

A ocupação da fazenda Poá, especificamente, trouxe poucos elementos para a discussão da questão das ocupações de terra no Pontal do Paranapanema. As considerações sobre o acampamento Dorcelina, cujas famílias também participaram dessa ocupação, proporcionou, juntamente com a bibliográfica e os dados coletados, maior discussão sobre os possíveis novos elementos da luta pela terra no Pontal do Paranapanema. Mais do que levantar certezas, esse trabalho, tem como objetivo propor questionamentos, para através da realidade possamos pensar os rumos que a reforma agrária vem tomando no Brasil. E, se, os assentamentos implantados via política de desapropriação de terras (SANTOS, 2010), frutos da espacialização e territorialização da luta pela terra no Brasil (FERNANDES, 2000), pode ser considerado efetivamente como uma reforma agrária ou não. Se não, quais as estratégias adotadas pelos movimentos, a partir da luta pela terra, para confrontar essa questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da pesquisa procurei levantar alguns questionamentos, primeiro acerca da questão agrária e ocupações de terra em escala nacional e, depois, ocupações de terra e dinâmica da luta pela terra em escala regional. Todo este trabalho tem origem na pesquisa realizada pela Rede DATALUTA na compilação de dados em diferentes estados e pelo DATALUTA na confrontação dessas informações com as informações disponibilizadas pela CPT e OAN. Lembrando que, a partir de 2010, os dados da Rede DATALUTA passaram a compor os dados da CPT.

Como apresentado na pesquisa, a questão agrária é da essência do modo capitalista de produção e as ocupações de terra são uma forma de (re)criação do campesinato nesta realidade. A questão agrária atual, dotada de diferentes e complexos elementos, tem dificultado o processo de espacialização e territorialização da luta pela terra através de ocupações, acampamentos e obtenção de assentamentos rurais. Afirmação que pode ser comprovada se analisarmos os números de ocupações de terra nesses últimos anos, principalmente em 2010, o número de famílias em ocupações, de novos acampamentos e assentamentos rurais.

É preocupante constatar a diminuição em números da luta pela terra realizada por sem-terras no Brasil. Primeiro porque é através da implantação de assentamentos rurais que há o processo de (re)criação da classe camponesa. Segundo porque são justamente as ocupações, acampamentos e manifestações que materializam a disputa por terras ociosas, griladas ou do agronegócio e pressionam os diferentes governos na realização de uma reforma agrária.

Além da questão da diminuição das ocupações de terra e acampamentos, temos, em escala regional, no caso o Pontal do Paranapanema, uma nova dinâmica em andamento devido, principalmente, à mudança no perfil das famílias acampadas, à esporacidade da vida nos acampamentos, à não arrecadação de terras para fins de reforma agrária, à repressão aos movimentos socioterritoriais e dissensão dos mesmos.

Os elementos e questionamentos levantados por esta pesquisa são imprescindíveis para a compreensão do que é a luta pela terra contemporaneamente no Brasil e, especificamente, no Pontal do Paranapanema. Mudanças, nuances, características e dinâmicas que merecem ser estudadas e discutidas pelos interessados na questão agrária. Esta pesquisa é apenas o primeiro passo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. . **Paradigmas do capitalismo agrário em questão.** 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

ALVIM, A. M. . **Os investimentos estrangeiros diretos no brasil e os impactos sobre o agronegócio - 2002 a 2008**. In: XLIX congresso da sober, 2010, campo grande. Tecnologias, desenvolvimento e integração social. Brasília : sober, 2010. V. 1. P. 1-15.

ANDRADE, M. C. . **A questão do território no Brasil.** 5° ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

BARTRA, A. M. . **Polifônicos, Trashumantes: os campesinos Del milênio**. In: Geografia Agrária Teoria e poder. In: FERNANDES, B.F.; MARQUES, M.I.M, SUZUKI, J.C. (orgs.). São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 85-103

BERNAT, I. G. . **Os acampamentos e assentamentos do MST como expressão do conflito capital x trabalho. Luta pela terra e identidade campesina na área de influência da brigada Salvador Allende, região noroeste do estado do Paraná.** Revista Pegada – vol. 10 n.2, 2009.

Cadernos Conflitos no Campo Brasil 2010. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2011.

CARTER, M. . **Combatendo a desigualdade social: O MST e a reforma agrária no Brasil**. 1° ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

CARVALHO, H. M. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

CHAYANOV, A. V. . **La Organizaciónde La Unidad Econômica Campesina.** Bueno Aires: Ediciones Nueva Vision, 1974

CHESNAIS. F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COCA, E. L. F.; FERNANDES, B. M. . **A atualidade da questão agrária brasileira: uma discussão sobre os conceitos de reforma agrária e sobre a tipologia de assentamentos rurais.** In: Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA. Volume 35 JAN/DEZ - 2008.

DAVIS, J; GOLDBERG, R. . **A concept of agribusiness**. Boston: Harvard University Press, 1957.

DELGADO, G. C. . **Questão Agrária no Brasil:1950-2003**. In: Luciana Jaccoud. (Org.). Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo. 01 ed. Brasília DF: IPEA, 2005, v. 01, p. 51-90.

ECKERT. C. **Movimento dos agricultores sem-terra no Rio Grande do Sul: 160-1964.** Dissertação de mestrado em ciências de desenvolvimento agrícola, CPDA/UFRRJ, Itaguaí.

FELICIANO, C. A. . **Movimento camponês rebelde**: a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Contexto, 2006.

FELÍCIO, M. J. . **Estudo do debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário no brasil**. In: XI semana de geografia e IV encontro de estudantes de licenciatura em geografia, 2010, presidente prudente. XI semana de geografia e iv encontro de estudantes de licenciatura em geografia, 2010a.

FELÍCIO, M. J. . **Questão agrária e processos históricos de construção de paradigmas**. Geografia em questão, v. 3, p. 61-108, 2010b.
FELÍCIO, M. J. **. Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário**. Presidente Prudente, 2011. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente.

FERNANDES, B. M. . **MST: Movimento dos trabalhadores rurais sem terra: formação e territorialização em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, Bernardo Mançano; STEDILE, João Pedro. **Brava Gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 1999.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

FERNANDES, B. M. **A ocupação como forma de acesso à terra**. In: 8º Encontro de Geógrafos da América Latina, 2001, Santiago de Chile. Anais do 8 Encontro de Geógafos da América Latina. Santiago de Chile : Universidad de Chile, 2001. v. 1

FERNADES, B. M. . **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. In: Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**.** Antonio Márcio Buainain (Editor). Editora Unicamp, 2008.

FERNANDES, B. M. . **Estrangeirização de terras na nova conjuntura da questão agrária**. Caderno Conflitos no Campo Brasil 2010. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2011.

FERNANDES, B. M. **Acampamento**. 2011 (no prelo).

FERNANDES, B. M. e WELCH, C. A, GONÇALVES, E.C. **Políticas de agrocombustíveis no Brasil: paradigmas e disputa territorial**. **Revista Espaço Aberto**, URFJ, nº 1, Departamento de Geografia, 2010 (no prelo).

FERNANDES, B. M. e WELCH, C. A. **Campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil.** In: FERNANDES, B. M. . Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FRANK, A. G. . **A agricultura brasileira: capitalismo e mito do feudalismo**. In: A questão agrária no Brasil. O debate na esquerda - 1960-1980. STEDILE, João Pedro (Org). 2ª Edição. Expressão Popular: São Paulo, 2005.

GERMER, C. . **O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária.** In: STÉDILE, J.P.(coord.) A Questão Agrária na década de 90. 4ª edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 144-151.

Gonçalves, E. C. . **Disputa territorial entre o movimento camponês e o agronegócio canavieiro em Teodoro Sampaio-SP**. Presidente Prudente, 2011. Dissertação (Mestre em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente.

GRAZIANO DA SILVA, J. . **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2ª Edição. Editora UNICAMP: Campinas, 1998.

GUIMARÃES, A. P. . **Quatro séculos de latifúndio**. In: A questão agrária no Brasil. O debate tradicional - 1500-1970. STEDILE, João Pedro (Org). 1ª Edição. Expressão Popular: São Paulo, 2005.

JOLLIVET, M. . P**our une agriculture diversifiée.** Paris: Editions L'Harmattan, 1988.

KAUTSKY, K. . **A questão agrária.** São Paulo: Nova Cultural, 1986.

KUHN, T. S. . **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

LAMARCHE, H. (coord.). **A Agricultura Familiar:** uma realidade multiforme. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LAMARCHE, H. . **A Agricultura Familiar:** do mito a realidade. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

LENIN, V. I. . **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia.** São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LUXEMBURG, R. . **A Acumulação do Capital.** São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARQUES, M. I. M. . **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Revista NERA (UNESP): Presidente Prudente. Ano 11, p 57-67, 2008.

MARTINS, J. S. . **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARTINS, J. S. . **O cativeiro da terra**. São Paulo: Contexto, 2010.

MARX, K. . **El Capital.** Tomo I, vol. I e II. Livro Primeiro, 14ª ed., México, Siglo Veintiuno, 1984.

MAZOYER, M. & ROUDART, L. **História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea.** Lisboa: Ed. Histórias e Monografias, 1998.

MENDRAS, H. . **La Fin des paysans**. Paris : Actes Sud, 1984.

NAVARRO, Z. . **Agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica.** In: GASQUES, José Garcia; VIEIRRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro; NAVARRO, Zander (orgs). A agricultura brasileira. Desempenho, desafios e perspectivas. Brasília, IPEA, 2010, p.185-209.

OLIVEIRA, A. U. **Agricultura e indústria no Brasil.** In: Boletim Paulista de Geografia, nr. 58,
setembro de 1981, AGB, p. 5-64.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, A. U. . **Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI**. In: O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social /Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Marta Inez Medeiros Marques (org.). São Paulo: Casa Amarela: Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA. Ariovaldo Umbelino de. **A "não reforma agrária" do MDA/INCRA no governo Lula.** CIRADR-FAO, Porto Alegre-RS, 2006.

OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, A. U. **Os posseiros voltam a assumir o protagonismo da luta camponesa pela terra no Brasil.** Caderno Conflitos no Campo Brasil 2010. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2011.

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e Impérios Alimentares Lutas por Autonomia e Sustentabilidade na Era da Globalização.** Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.

PRADO JUNIOR, C. . **A questão agrária no Brasil**. 5ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.

RAMOS FILHO, E. S. Questão **agrária atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de Reforma Agrária e Reforma de Mercado (2003-2006)**. Presidente Prudente, 2008. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente.

RANGEL, I. . **Introdução ao desenvolvimento econômico brasileiro**. 2ª Edição. Editora Bienal: Rio de Janeiro, 1990.

ROSA, M. C. . **Quando o sentido é o movimento: a forma movimento como modelo contemporâneo de ação coletiva no Brasil**. In: Reunión de Antropología del Mercosur, 2005, Montevideu. Anais, 2005.

ROSA. M. C. **Encruzilhadas: acampamentos e ocupações na Fazenda Sarandi, Rio Grande do Sul (1962-1980**). In: SIGUAD, L; ERNANDEZ, M; ROSA, M. C. Ocupações e acampamentos; sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

SANTOS, R. de O. C. . **Estudo das políticas de obtenção dos assentamentos de reforma agrária no Brasil entre 1985 e 2009**. Monografia (Bacharelado em Geografia). Curso de Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, 2010.

SAUER, S. . **Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro**. 1º Ed. . São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAUER, S; LEITE, S. P. **A estrangeirização da propriedade fundiária no Brasil**. 2010a. Disponível em:< http://www.landaction.org/article.php3?id_article=587&lang=en>. Acesso setembro 2011.

SAUER, Sérgio . **"Reforma agrária de mercado" no Brasil: um sonho que se tornou dívida**. Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ), v. 18, p. 98-126, 2010b.

SCHNEIDER, S. . **A pluriatividade da agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006.

SIGAUD, L. . **As condições de possibilidade das ocupações de terra.** Tempo Social. Revista de Sociologia da USP. São Paulo, SP, v. 17, n. 1, p. 255-280, 2005.

SIGAUD, L. **Uma saga pernambucana**. In: SIGUAD, L; ERNANDEZ, M; ROSA, M. C. Ocupações e acampamentos; sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

SOBREIRO FILHO, J. . **Os "MST'S" do Pontal do Paranapanema**: **dissensão na formação dos movimentos camponeses**. Relatório de pesquisa FAPESP - Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado de São Paulo. Presidente Prudente, 2010.

SOUZA, R. S. R. de. . **A luta pela terra: repressão política aos movimentos socioterritoriais no Pontal do Paranapanema de 1990 a 2009.** Relatório de pesquisa FAPESP - Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado de São Paulo. Presidente Prudente, 2011.

STÉDILE. J. P**. A Questão Agrária no Brasil** O debate na esquerda 1960-1980. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.

THOMAZ JUNIOR, A. . **Por trás dos canaviais os (nós) da cana. A relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista**. 1. ed. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002. v. 1. 388 p

THOMAZ JUNIOR, A. . **Nova Face do Conflito pela Posse da Terra no Pontal do Paranapanema: Estratégia de Classe entre Latifúndio e Capital Agroindustrial Canavieiro**. Revista Pegada Eletrônica, Presidente Prudente, Vol. 10, n. 2, 2009.

VEIGA, José Eli. **O Desenvolvimento Agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Hucitec, 1991.

VIEIRA, F. B. **Via Campesina: um projeto contra-hegemônico?.** In: II Simpósio Lutas Sociais na América Latina, 2008, Londrina. Anais do II Simpósio Lutas Sociais na América Latina, 2008. v. 1.

WANDERLEY, M. de N. B. . **O Mundo Rural como um Espaço de Vida Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.** Porto Alegre, UFRGS Editora, 2009

WELCH, Clifford Andrew, **A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ANEXOS

Anexo 1: Fazenda Santa Fé, município de Sandovalina - Pecuária Extensiva.. Fonte: Trabalho de campo, 2010.

Anexo 2: Fazenda Santa Maria, município de Teodoro Sampaio - Cana-de-Açúcar.. Fonte: Trabalho de campo, 2010.

Anexo 3: Fazenda Beira-Rio, município de Teodoro Sampaio - Cana-de-Açúcar/Pecuária Extensiva.. Fonte: Trabalho de campo, 2010.

Anexo 4: Ocupação da Fazenda Poá, município de Sandovalina - SP, no dia 15 de abril de 2010. Fonte: Trabalho de campo, 2010.

Anexo 5: Acampamento *Dorcelina*, barracos dispostos ao longo da rodovia e em frente a fazenda reivindicada. Fonte: Trabalho de campo, 2011.

Anexo 6: Secretaria do acampamento Dorcelina. Fonte: Trabalho de campo, 2011.